

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ  
PRÓ - REITORIA DE ENSINO  
DIRETORIA DE ENSINO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
HISTÓRIA**

**AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR Nº 181, DE 01 DE ABRIL DE 2024**

Colombo  
2024

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ**

**Reitor**

Adriano Willian da Silva Viana Pereira

**Pró-Reitora de Ensino**

Sheila Cristiana de Freitas

**Diretor de Graduação**

Allan Andrei Steimbach

**Coordenadora de Licenciaturas**

Vania Maria Alves

**Direção Geral do Campus**

Ciro Bächtold

**Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus**

João Paulo Partala

**Coordenador de Curso**

Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos

**Núcleo Docente Estruturante**

Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos

Eduard Henry Lui

Jael dos Santos

Milton Aparecido Azevedo

Tiago Wolfgang Dopke

**Comissão de Estruturação de Curso**

Alysson Ramos Artuso

Antonio Daudt

Benito Eduardo Araujo Maeso

Ciro Bächtold

Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos

Elaine Cristina Arantes

Edineia Groszevicz

Eduard Henry Lui

Eduardo Liquio Takao

Felipe Richter Reis

Hugo Leonardo Marandola

Jael dos Santos

João Paulo Partala

Julio Cesar Gonçalves da Silva  
Juliano Alberi dos Santos  
Milton Aparecido Azevedo  
Tiago Wolfgang Dopke

**Colegiado de Gestão Pedagógica de Campus**

João Paulo Partala  
Carmem Lucia Graboski da Gama  
Claudia Dell'Agnolo Petry  
Eliege Cristina Pepler  
João Paulo Partala  
Marianne Heringer Nogueira Zanirato  
Michele Rosset  
Mirele Carolina Werneque Jacomel  
Taciane Aparecida Soares  
Tiago Wolfgang Dopke

<b>1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>8</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO	8
1.1.1 Denominação do Curso	8
1.1.2 Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico	8
1.1.3 Modalidade	8
1.1.4 Grau	8
1.1.5 Regime Letivo (Periodicidade)	8
1.1.6 Turno principal do curso	8
1.1.7 Horário de oferta do curso	8
1.1.8 Prazo de Integralização Curricular	9
1.1.9 Carga-Horária total do Curso	9
1.1.10 Vagas totais (anual)	9
1.1.11 Escolaridade mínima exigida	9
1.1.12 Coordenador	9
1.1.13 Endereço de Oferta	9
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROJETO NO IFPR	10
1.2.1 O Instituto Federal do Paraná	10
1.2.2 O Curso Superior de Licenciatura em História	12
1.2.3 Missão, Visão e Valores	14
1.3 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	14
1.3.1 Integração do Projeto ao PDI, PPI e PPP.	14
1.3.2 Fundamentos Legais e Normativos da Área	18
1.3.3 Integração do Projeto com o SINAES	18
<b>2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS</b>	<b>20</b>
2.1 JUSTIFICATIVA	20
2.2 OBJETIVOS	37
2.2.1 Objetivo Geral	37
2.2.2 Objetivos Específicos	38
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL	38
2.3.1 A Responsabilidade Social do Curso	38
2.3.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano	39
2.3.3 Memória, Patrimônio Artístico e Cultural	40
2.3.4 Comunicação e Relações com a Comunidade	43
2.4 CONCEPÇÃO DO CURSO	45
2.5 PERFIL DO EGRESSO	48
2.5.1 Áreas de Atuação do Egresso	50

2.5.2 Acompanhamento de Egressos	52
2.5.3 Registro Profissional	54
<b>3. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS</b>	<b>54</b>
3.1 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA , EXTENSÃO E INOVAÇÃO	60
3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	63
<b>4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b>	<b>64</b>
4.1 ESTRUTURA CURRICULAR	64
4.1.1 Representação Gráfica do Processo Formativo	67
4.1.2 Matriz Curricular	68
4.1.3 Componentes Optativos	75
4.1.4 Componentes Eletivos	84
4.1.5 Curricularização da Extensão	84
4.2 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS	89
4.3 AVALIAÇÃO	138
4.3.1 Avaliação da Aprendizagem	138
4.3.2 Plano de Avaliação Institucional	141
4.3.3 Avaliação do Curso	143
4.3.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	143
4.4 ESTÁGIO CURRICULAR	144
4.4.1 Características do Estágio	145
4.4.2 Convênios de Estágio	146
4.5 INTEGRAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, CIVIS E PARTICULARES	146
4.5.1 Integração com as redes públicas de ensino e proposição de atividades práticas de ensino para licenciaturas	147
4.5.2 Integração com o sistema local e regional de saúde (SUS) e proposição de atividades práticas de ensino para áreas da saúde	147
4.5.3 Integração com os setores públicos, civis e privados	148
4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	149
4.7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	151
<b>5. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES</b>	<b>154</b>
5.1 FORMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA	154
5.1.1 Programas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social e Assistência estudantil	155

5.1.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores	160
5.1.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores	161
5.1.4 Expedição de Diplomas e Certificados	163
5.1.5 Acessibilidade	163
5.1.6 Educação Inclusiva	165
5.1.7 Mobilidade Estudantil e Internacionalização	167
<b>6. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR</b>	<b>170</b>
6.1. CORPO DOCENTE	170
6.1.1 Atribuições do Coordenador	170
6.1.2 Experiência do Coordenador	171
6.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	172
6.1.4 Relação do Corpo docente	173
6.1.5 Colegiado de Curso	174
6.1.6 Políticas de Capacitação do Corpo Docente	175
6.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	176
6.2.1 Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação	177
6.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	179
6.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão	179
6.3.2 Representatividade da Comunidade Acadêmica	180
6.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso	181
<b>7. INFRAESTRUTURA</b>	<b>181</b>
7.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS	181
7.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL	182
7.3 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA	183
7.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE	184
7.5 ÁREAS DE APOIO	184
7.6 BIBLIOTECA	184
<b>8. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>186</b>
8.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE	186
8.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO	188
8.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	188
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>189</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>199</b>
APÊNDICE A - ACERVO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS COLOMBO	199
APÊNDICE B - REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS COLOMBO	211



## **1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO**

#### **1.1.1 Denominação do Curso**

Curso Superior de Licenciatura em História

#### **1.1.2 Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico**

Ciências Humanas/História

#### **1.1.3 Modalidade**

Presencial

#### **1.1.4 Grau**

Licenciatura

#### **1.1.5 Regime Letivo (Periodicidade)**

Semestral

#### **1.1.6 Turno principal do curso**

Noturno

#### **1.1.7 Horário de oferta do curso**

O curso é noturno e com funcionamento de segunda a sexta. As aulas ocorrerão das 19h às 22h30min, com intervalo de 10 minutos entre 20h40min e 20h50min. Cada aula terá a duração de 50 minutos, de acordo com os horários apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Horário das aulas no período noturno

<b>Aulas</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
1ª aula	19h	19h50
2ª aula	19h50	20h40
3ª aula	20h50	21h40



4ª aula	21h40	22h30
---------	-------	-------

### **1.1.8 Prazo de Integralização Curricular**

O prazo mínimo para a integralização do curso será de 8 semestres (4 anos).

Em relação ao prazo máximo, tem-se o entendimento de que não mais se aplica. Conforme a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB), no artigo 92, revoga-se expressamente a Lei nº 5.540/1968. Nesse sentido, no plano das normas gerais do Direito Educacional Brasileiro, não há mais qualquer base legal para desligar estudantes, no âmbito da educação superior, tendo por base o argumento de que ultrapassaram o prazo máximo para a conclusão dos cursos aos quais estariam vinculados. A legislação que trazia essa obrigatoriedade de desligamento foi revogada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

### **1.1.9 Carga-Horária total do Curso**

A carga horária do curso é de 3.300 horas-relógio, sendo 400 horas-relógio de Estágio Curricular Supervisionado obrigatório, 407 horas relógio de Prática como Componente Curricular e 330 horas-relógio destinadas à curricularização da extensão e 200 horas-relógio de atividades complementares.

### **1.1.10 Vagas totais (anual)**

40 vagas

### **1.1.11 Escolaridade mínima exigida**

Ensino Médio completo.

### **1.1.12 Coordenador**

Nome: Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos

Titulação Máxima: Doutorado

Regime de Trabalho: DE

### **1.1.13 Endereço de Oferta**

Campus: Colombo

Rua e número: Antonio Chemin, 28  
Bairro: São Gabriel  
Cidade: Colombo  
UF: PR  
CEP: 83403-515

## 1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROJETO NO IFPR

### 1.2.1 O Instituto Federal do Paraná

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, paralelamente, foram criados os Institutos Federais. Além dos Institutos Federais, a Rede é composta pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o CEFET/RJ e CEFET/MG, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

Com a promulgação da Lei, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná foi transformada em Instituto Federal do Paraná (IFPR). O IFPR é um dos 38 Institutos distribuídos por todos os estados da federação. É uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Diante da característica multicampi, o IFPR conta hoje com 20 campi, 06 campi avançados e 04 Centros de Referência, instalados em 27 Municípios do Estado do Paraná. Seus campi ofertam: educação profissional de nível médio (prioritariamente cursos integrados); cursos de formação inicial e continuada (FIC); cursos superiores de tecnologia; cursos de licenciatura, bacharelados e engenharia, cursos de pós-graduação (lato sensu de aperfeiçoamento e especialização e stricto sensu de mestrado).

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), informado pela Plataforma de Informações do IFPR (IFPR - INFO, 2023), o Instituto Federal do Paraná apresenta o seguinte panorama de cursos na modalidade presencial: total de 152 cursos presenciais, sendo 28 de Formação Continuada, 15 de Formação Inicial, 40

Técnicos, 21 de Tecnologia, 14 de Bacharelado, 10 Licenciaturas, 17 de Especialização, 02 Mestrados e 01 Mestrado profissional.

Atualmente, de acordo com o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, estão matriculados no IFPR, 29.809 estudantes, sendo 21.963 na modalidade presencial e 7.846, em EAD. (IFPR-INFO, 2023)

O Campus Colombo iniciou suas atividades de ensino conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 02 de 06 de fevereiro de 2015, com o objetivo de oferecer Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo com o desenvolvimento da região e dos arranjos produtivos locais.

Entre abril de 2013 e julho de 2014, o Campus Colombo teve como sede provisória o segundo piso do Colombo Park Shopping. A partir deste período, o Campus mudou-se para a sua sede própria, em um espaço adquirido pela Prefeitura Municipal de Colombo, em maio de 2013, que conta com uma extensão de 55 mil m<sup>2</sup>, localizada na Rua Antônio Chemin, 28, no bairro São Gabriel. Durante este tempo, teve como seus diretores o Professor Vicente Estevan Sandeski (de abril de 2013 a fevereiro de 2014), a Professora Edilomar Leonart (de fevereiro de 2014 a julho de 2016) e o Professor Ciro Bächtold, que assumiu a Direção Geral em julho de 2016, cargo em que permanece até o momento.

Em 05 de agosto de 2013, o Campus ofertou cursos de formação inicial e continuada, Cursos PRONATEC, em Cuidador de Idosos, Inglês Básico, Auxiliar de Pessoal, Auxiliar Administrativo e Recepcionista, atendendo 90 estudantes. Em 2014 foram oferecidos Cursos FIC em Operador de Computador, Cuidador de Idosos e Auxiliar de Faturamento. Em 2015, foi implantado o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e, em 2016, o referido curso iniciou sua primeira turma, concomitantemente com a primeira turma do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio – PROEJA, e os Cursos FIC em Espanhol Básico, Cuidador Infantil e Cuidador de Idosos.

O Campus Colombo teve sua autorização de funcionamento em 2016 por meio da Portaria MEC nº. 378/2016 e, a partir de então, criou os seguintes cursos:

- Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, criado pela Resolução CONSUP/IFPR nº 49/2014 e ofertado desde 2015;

- Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio – PROEJA, criado pela Resolução CONSUP/IFPR nº 09/2016 e ofertado em 2016 e 2017;
- Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, criado pela Resolução nº 27 – CONSEPE de 20/09/2016 e ofertado a partir de 2017;
- Curso Técnico em Administração na modalidade EAD, convalidado pela Portaria nº 56/2010 - PROENS de 22/04/2010 e ofertado em 2016;
- Curso Técnico em Serviços Públicos na modalidade EAD, convalidado pela Portaria nº 107/2011 - PROENS de 21/12/2011 e ofertado em 2016;
- Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio, convalidado pela Resolução nº 20 - REITORIA de 29/06/2018 e ofertado a partir de 2019;
- Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, convalidado pela Resolução nº 25/2018 - PROENS de 29/06/2018 e ofertado a partir de 2019;
- Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, convalidado pela Resolução nº 33 - PROENS de 29/06/2018 e ofertado a partir de 2019;
- Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, convalidado pela Portaria nº 111 - PROENS de 25/06/2019 e ofertado a partir de 2020.
- Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, convalidado pela Resolução nº 88 - CONSUP de 30/06/2022 e ofertado a partir de 2023.

### **1.2.2 O Curso Superior de Licenciatura em História**

A organização dos cursos de História tem uma trajetória de décadas no Brasil. Os primeiros cursos, instituídos nas universidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, estabeleciam na formação dos profissionais desta área uma dicotomia entre teoria e prática, separando de forma estrita o conhecimento produzido nas universidades da prática de ensino nos níveis fundamentais. Estabelecia-se uma diferença profunda do historiador para o professor de História. A partir dos anos 1970, a formação em História passa a ser repensada em uma ótica voltada especificamente para a formação de professores e por um ensino de História alinhado às perspectivas mais contemporâneas, tanto do próprio campo quanto da educação. Nos anos 1980, no bojo das mudanças na sociedade brasileira no pós ditadura empresarial-militar (1964-1985), quando a

disciplina de História havia sido condensada em licenciaturas curtas de Estudos Sociais (juntamente com a Geografia), estabelecem-se novas perspectivas para a formação de licenciados e História. De acordo com Nascimento, a nova formação do professor de História deveria ser

Uma formação que valorizasse a prática da investigação capaz de prover o aluno da capacidade de problematizar tanto a produção intelectual quanto a própria realidade de ensino na qual o futuro professor de História iria atuar. A pesquisa não deveria estar dissociada do ensino nos cursos de formação de professores. O saber precisava ser questionado, bem como o contexto histórico em que o docente se insere. (NASCIMENTO, 2014, p.288)

Desta forma, a partir dos anos 1990 ocorre uma mudança significativa na formação de professores da área de História. Da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 emergiram outras normativas, com o objetivo de garantir a reforma educacional, tais como: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a educação infantil, o ensino fundamental e médio; as Diretrizes Curriculares para os cursos de nível superior e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). As DCNs dos cursos de História foram aprovadas em 2001 e fixadas em 2002. Passa-se a defender a formação de um professor-pesquisador, rompendo a ideia de um profissional meramente transmissor de conhecimentos prévios. Assim, as licenciaturas em História enquadram-se nas DCNs para a Formação dos Professores da Educação Básica (Resolução CNP/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002), que estabelece como um de seus princípios a pesquisa com foco nos processos de ensino e aprendizagem, além do aperfeiçoamento constante das práticas pedagógicas. A formação do licenciado em História deve orientar-se, portanto, pela construção do conhecimento histórico e pelas formas pelas quais esses conhecimentos serão socializados pelo futuro professor.

Considerando a demanda verificada para a oferta de cursos de Licenciatura no município de Colombo e, particularmente, de Licenciatura em História na Região Metropolitana de Curitiba (PAC, 2023, p. 12-23); o corpo docente disponível; a infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios de informática e acervo bibliográfico); a obrigação legal dos Institutos Federais, expressamente definida na Lei nº 11.892/2008, de garantir a oferta de cursos superiores de licenciatura, a Direção-Geral do Campus Colombo publicou a Portaria de Pessoal DG/Colombo nº 41, de 16 de setembro de 2022, para a constituição da Comissão de Estruturação do Curso de Licenciatura em História, com o objetivo de construir a Proposta de Abertura de Curso (PAC).

Aprovado este documento pela PROENS, pelo Consepe e pelo Consap, a Comissão de Estruturação do Curso de Licenciatura em História, reformulada conforme Portaria de Pessoal DG/Colombo n° 83, de 06 de setembro de 2023, construiu o presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) conforme as determinações da Portaria PROENS n° 26, de 25 de maio de 2021, que define as diretrizes para elaboração do PPC.

Por fim, o curso será mantido mediante a descentralização de recursos financeiros da SETEC/MEC para o IFPR/Reitoria que, na sequência, repassará ao Campus Colombo.

### **1.2.3 Missão, Visão e Valores**

Apoiado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023, o Projeto do Curso Superior de Licenciatura em História está articulado à Missão do IFPR de “promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade”. Além disso, articula-se com a visão da instituição de “ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social”. O presente Projeto Pedagógico de Curso buscou inserir os valores consolidados pelo IFPR, a saber: sustentabilidade; educação de qualidade e excelência; ética; inclusão social; inovação; empreendedorismo; respeito às características regionais; visão sistêmica; democracia; transparência; efetividade; qualidade de vida; diversidade humana e cultural; valorização das pessoas. (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023, p. 23).

## **1.3 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

### **1.3.1 Integração do Projeto ao PDI, PPI e PPP.**

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em História converge com as orientações e normativas internas do IFPR, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campus Colombo.

Tomando por base as finalidades institucionais, a análise do contexto local, regional e nacional, é possível identificar um conjunto de demandas nas quais o IFPR Campus Colombo pode

contribuir. Entre essas demandas está a formação de professores. No âmbito da implementação e do fortalecimento dos cursos de licenciaturas, o artigo 7º da Lei nº 11.892/2008, ao tratar da educação superior, determina que os Institutos Federais ofereçam “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica”. No artigo 8º da mesma lei há o estabelecimento de ao menos 20% das vagas destinadas às licenciaturas (BRASIL, 2008).

Apoiando-se nessas finalidades, o IFPR Campus Colombo observou as necessidades do município e da região, buscando a oferta de um curso conciliado ao desenvolvimento local e regional. Baseia-se também na identidade dos sujeitos contemporâneos de nossa sociedade, motivados a contribuir para a transformação da realidade com vistas à criação de oportunidades, justiça e equidade social.

Em consonância com o Estatuto do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2011), aprovado pela Resolução nº 13/2011, que em seu Art. 1º, Parágrafo 2º, prevê a “conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica”, o Curso Superior de Licenciatura em História destina-se tanto aos estudantes oriundos do Ensino Médio, como aos estudantes que já têm uma formação superior em diferentes áreas e buscam conhecimentos na área de Ciências Humanas (IFPR, 2011).

O presente curso converge com as características do município de Colombo, atende ao interesse e à demanda da comunidade colombense, conta com a parceria firmada com a Prefeitura do Município e contribui para o desenvolvimento sustentável da região (PAC, 2023). Ademais, dispõe de previsão orçamentária, quadro de pessoal e de funções do Campus Colombo, atendendo assim ao estabelecido no Art. 51, parágrafo 1º, do Estatuto do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2011).

Ao mesmo tempo, responde ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência de 2019 a 2023, que, além de prever a oferta do curso Superior de Licenciatura em História (PDI, p. 14), compromete-se com as metas relacionadas às ações que impactam diretamente no desenvolvimento dos cursos do Campus Colombo.

Além do PDI, o Projeto Pedagógico do Curso possui relação direta com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, no qual as políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação têm por fundamento as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei

nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Lei 10.861, de 14 de abril de 2004) e demais normatizações do Ministério da Educação – MEC. A atuação do ensino de Licenciatura reúne conteúdos de formação básica, profissional e complementar, bem como metodologias específicas capazes de promover o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem, focalizando a investigação científica e a multidisciplinaridade, mediante a prática de vivências pedagógicas e estudos de casos, elementos sempre associados a uma prática profissional.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em História está em concordância com as ideias pressupostas no PPP do Campus Colombo, no que diz respeito ao papel da educação como espaço de ensino, pesquisa e inovação, atuando como instrumento de aprendizado e assimilação voltado para a comunidade externa (PPP, p. 50). E em associação com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR (2019-2023), a Instituição trabalha para ser referência em Educação Profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social que promove, a partir das ações que realiza.

A relação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação desempenha papel fundamental na formação crítica dos estudantes-cidadãos, e é alcançada a partir da integração que se faz entre os docentes dos componentes curriculares, que propõem o aprofundamento de debates e de pesquisas como forma de integrar e de contemplar seus respectivos conteúdos. Essa estratégia permite que as práticas pedagógicas sejam aplicadas à realidade e às necessidades que atendam aos problemas locais e regionais. Isso é possível com a perspectiva da indissociabilidade entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber, de uma forma aplicada.

Fundamentado nesse princípio, o curso de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo terá como premissa de sua concepção a integração plena com os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio desenvolvidos no campus que possuem em suas grades curriculares componentes curriculares de nível médio de História. Isso significa ir além da integração possibilitada pela mera atuação dos profissionais da educação do campus (especificamente os professores da área de História e áreas afins) nesses diferentes níveis: a própria organização curricular do Curso de Licenciatura em História garantirá a articulação dos estudantes dos diferentes níveis de ensino, por meio tanto das Práticas como Componentes Curriculares (PCC) quanto pelas ações extensionistas.



Essa integração é extremamente benéfica para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, possibilitando a inserção de seus estudantes em projetos inovadores de ensino, que complementem e aprofundem os conhecimentos previstos em seus currículos de História, implementados pelos quadros criados pelo curso de Licenciatura. A presença de licenciandos, isto é, professores em formação, no âmbito do campus será, assim, um catalisador para a realização de atividades acadêmicas e pedagógicas complementares e/ou inovadoras que envolvam também os estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Da mesma forma, a integração é também plenamente proveitosa para o Curso Superior de Licenciatura em História, garantindo aos seus estudantes uma formação profissional que congrega reflexão teórica e atuação prática ao longo de toda a sua formação superior. A partir da participação em atividades acadêmicas e pedagógicas integradas com um nível de ensino para o qual sua formação prevê sua atuação, os estudantes do curso de licenciatura poderão difundir essas práticas inovadoras construídas dentro do IFPR para as redes de ensino da região de Colombo e da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), já em suas atividades de estágio e quando se inserirem no mercado de trabalho.

Somam-se a isso as possibilidades de integração com as redes de ensino da região, em especial as públicas – tanto da esfera municipal quanto na esfera estadual. Essa integração pode se dar de uma forma tradicional, consolidada em cursos de licenciatura em outras instituições, por meio dos Estágios Curriculares Supervisionados que os alunos do curso poderão realizar em instituições das redes de ensino da região, levando suas experiências no IFPR e adquirindo a experiência dos professores que atuam nessas redes. Ao mesmo tempo, tal integração também poderá ser realizada de uma maneira inovadora e própria do projeto de integração que fundamenta este curso de Licenciatura. Os diferentes projetos de ensino realizados no espírito da integração entre Ensino Médio e Licenciatura também devem ter em seu horizonte a integração com as redes de ensino locais, pois assim cumprirão um dos papéis fundamentais dos Institutos Federais, qual seja, qualificar-se como centro de referência no apoio às redes de ensino locais (Lei 11.892, art. 6º, incisos V e VI).

Por fim, é preciso ressaltar que a integração da Licenciatura com as redes locais e regionais de ensino responde às necessidades de extensão e curricularização da extensão. Definida no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão é o “processo interdisciplinar,

político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. Já a Curricularização da Extensão, prevista na Instrução Normativa Reitoria/IFPR nº 1, de 26 de julho de 2021, no art. 5º, inciso II, estabelece como princípio a “relação interativa entre docentes, técnicos administrativos, discentes e sociedade no desenvolvimento das atividades de extensão”.

Assim, o curso de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo tem por finalidade o desenvolvimento de um ensino integrado neste campus, ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento da Educação Básica local por meio da formação qualificada de profissionais que atuarão nas redes de ensino das proximidades, assim como pela integração dos projetos de ensino promovidos no campus com as escolas das diferentes redes de ensino da região.

### **1.3.2 Fundamentos Legais e Normativos da Área**

O Curso Superior de Licenciatura em História tem por fundamentos legais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008); Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de História; a Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de História; e Resolução IFPR/CONSUP nº 19, de 24 de março de 2017, que Estabelece a Política Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no IFPR e aprova o Regulamento para Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura no IFPR.

### **1.3.3 Integração do Projeto com o SINAES**

As políticas públicas educacionais da educação superior são orientadas pelas diretrizes da Constituição Federal que, no seu artigo 206, estabelece, entre outros, o princípio da ‘garantia de

padrão de qualidade' (inciso VII). Diante dessa previsão constitucional foi criado, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições de educação superior.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em História utilizará como referencial para a qualidade da atuação acadêmica e social e o cumprimento de sua missão, as dimensões estabelecidas pelo SINAES, sendo estas:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural
4. A comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional
9. Políticas de atendimento aos estudantes
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

## **2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS**

### **2.1 JUSTIFICATIVA**

#### **2.1.1 Legislação vigente e documentos institucionais**

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) diz respeito à oferta do Curso Superior de Licenciatura em História, na área de Ciências Humanas, a ser ofertado pelo Campus Colombo do Instituto Federal do Paraná (IFPR) na modalidade presencial. A oferta converge com as orientações da legislação brasileira, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, além das normativas internas do próprio IFPR.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 39, inciso III, define que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida social produtiva. Além disso, em seu Art. 43, que trata das finalidades da educação superior, a Lei 9.394/1996 orienta para que os cursos formem diplomados nas mais variadas áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como incentivar o trabalho de pesquisa, investigação científica e tecnológica, promovendo também sua ampla divulgação. Os cursos superiores devem, ainda, visar ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à criação e difusão da cultura (BRASIL, 1996).

O IFPR é uma instituição direcionada para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, atuando nos campos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, tendo por missão

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional (IFPR, 2022, s.p.).

Para cumprir com sua missão o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo, e de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Paraná;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

X - participar de programas de capacitação, qualificação e requalificação dos profissionais de educação da rede pública;

XI - O IFPR, verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica (IFPR, 2022, s.p.).

Tomando por base as finalidades institucionais, a análise do contexto local, regional e nacional permite identificar um conjunto de demandas nas quais o IFPR Campus Colombo pode contribuir. Entre essas demandas está a formação de professores. No âmbito da implementação e do fortalecimento dos cursos de licenciaturas, o artigo 7º da Lei nº 11.892/2008, ao tratar da educação superior, determina que os Institutos Federais ofertem “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica”. No artigo 8º da mesma lei há o estabelecimento de ao menos 20% das vagas destinadas às licenciaturas (BRASIL, 2008). Além disso, a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no IFPR, definida pela Resolução nº 55/2011 (alterada pela Resolução nº 2/2017) prevê (Art. 2º, inciso IV) que o IFPR tem como possibilidade de oferta cursos de Licenciatura.

Apoiando-se nessas finalidades, o IFPR Campus Colombo observou as necessidades do município e da região, buscando a oferta de um curso de Licenciatura conciliado ao desenvolvimento local e regional, atendendo ao Art. 10º da Resolução IFPR nº 55/2011, que define que os Cursos de Licenciatura podem contemplar áreas de conhecimento “de acordo com as demandas dos arranjos produtivos locais/regionais e da realidade sociocultural onde está inserido o Câmpus”. Baseia-se também na identidade dos sujeitos contemporâneos de nossa sociedade, motivados a contribuir para a transformação da realidade com vistas à criação de oportunidades, justiça e equidade social.

Em consonância com o Estatuto do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2011), aprovado pela Resolução nº 13/2011, que em seu Art. 1º, Parágrafo 2º, prevê a “conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica”, o Curso Superior de Licenciatura em História destina-se tanto aos estudantes oriundos do Ensino Médio, como aos estudantes que já têm uma formação superior em diferentes áreas e buscam conhecimentos na área de Ciências Humanas (IFPR, 2011).

O presente projeto converge com as características do município de Colombo, atende ao interesse e à demanda da comunidade colombense, conta com a parceria firmada com a Prefeitura do Município e contribui para o desenvolvimento sustentável da região. Ademais, dispõe de previsão orçamentária, quadro de pessoal e de funções do Campus Colombo, atendendo assim ao estabelecido no Art. 51, parágrafo 1º, do Estatuto do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2011).

Ao mesmo tempo, responde ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência de 2019 a 2023, que, além de prever a oferta do curso Superior de Licenciatura em História, compromete-se com as metas relacionadas às ações que impactam diretamente no desenvolvimento dos cursos do Campus Colombo.

Tendo em vista as possibilidades de impacto local e regional da instalação de uma Licenciatura em História pelo IFPR campus Colombo, é preciso considerar também algumas particularidades da oferta atual de licenciaturas nesta área de formação, tanto em relação à cidade de Colombo quanto referente à Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Em primeiro lugar, a comissão designada em portaria realizou uma pesquisa de opinião junto à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal Colombo. Na pesquisa, foi disponibilizado aos profissionais da educação do município um formulário eletrônico abordando, entre outras perguntas, as seguintes questões: a) opções de distribuição de carga horária e de duração da Licenciatura em História; b) o turno de preferência para o curso de Licenciatura em História; c) o interesse em realizar o curso de Licenciatura em História (Quadros 2, 3 e 4).

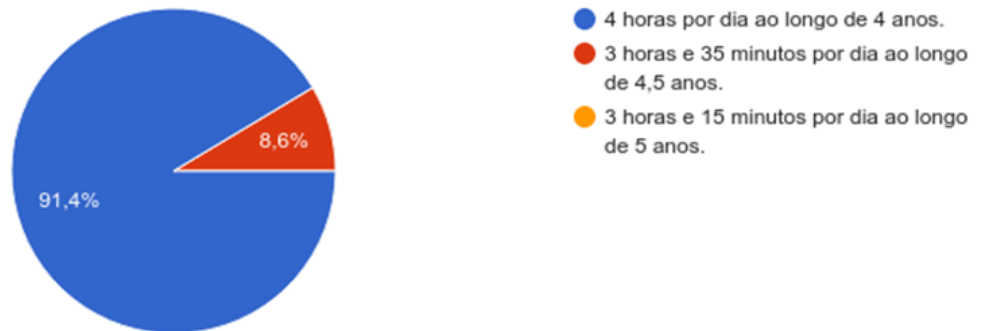
Um total de 35 profissionais responderam ao questionário. Na questão da distribuição da carga horária, 91,4% optaram por um curso com 4 horas diárias distribuídas ao longo de 4 anos. Em relação ao turno de preferência, 82,9% dos respondentes preferem um curso realizado no período noturno. Sobre o interesse por uma Licenciatura em História, 68,6% responderam ter a intenção de realizar esse curso.



### Quadro 2: Carga horária da Licenciatura em História

A carga horária mínima de um curso de licenciatura é de 3.200 horas. Nesse caso você entende que é melhor distribuí-la em

35 respostas

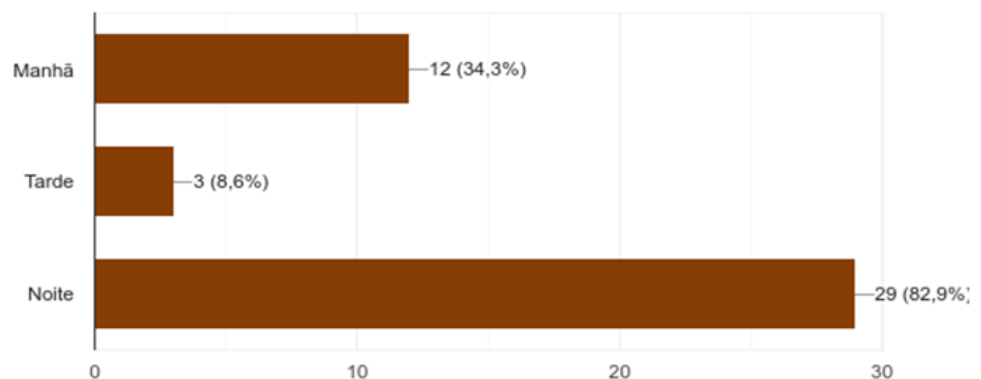


Fonte: Questionário disponibilizado pelo *Campus Colombo* para a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Colombo (2023)

### Quadro 3: Turno da Licenciatura em História

Em qual(is) turno(s) você sugere que seja o curso de Licenciatura em História?

35 respostas

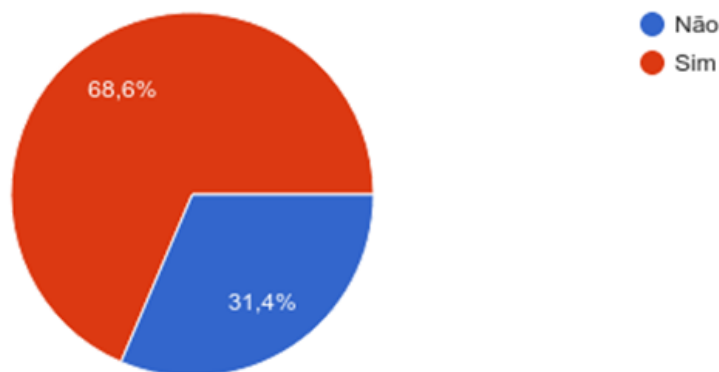


Fonte: Questionário disponibilizado pelo *Campus Colombo* para a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Colombo (2023)

### Quadro 4: Interesse na Licenciatura em História

Você tem interesse em fazer o curso de Licenciatura em História?

35 respostas



Fonte: Questionário disponibilizado pelo *Campus Colombo* para a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Colombo (2023)

Ainda que o campus Colombo busque atender prioritariamente as demandas da localidade a qual está inserido, consolidando e fortalecendo os arranjos produtivos, sociais e culturais locais (Estatuto IFPR, Parágrafo 4º, Inciso IV), é preciso considerar que a cidade de Colombo está integrada à dinâmica da RMC. Há um importante deslocamento populacional diário entre a cidade e os demais municípios da RMC, seja para acesso aos locais de emprego, seja para a utilização dos serviços de saúde e educação (IPARDES, 2022). Portanto, é relevante ponderar os impactos positivos para o município e para a RMC da oferta de um Curso Superior de Licenciatura em História pelo IFPR campus Colombo.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) do Paraná, a área da História é a terceira em número total de docentes, tanto no estado, na capital e em Colombo (SEED, 2023). Esses profissionais atendem aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Nos dados referentes ao mês de dezembro de 2022 (Quadro 5), dos 85.679 profissionais registrados na rede, 7.251 eram profissionais da área de História (8,46% do total). Em relação a Curitiba, dos 8.663 profissionais, 744 pertenciam à área de História (8,58%). Já em Colombo, dos 1.211 educadores do município, 119 atuavam na área de História (9,82%).

**Quadro 5 - Profissionais da área de História em relação ao total de professores (Estado, Curitiba e Colombo) - Dezembro 2022**

Fonte: elaborado a partir dos dados da SEED (2023)

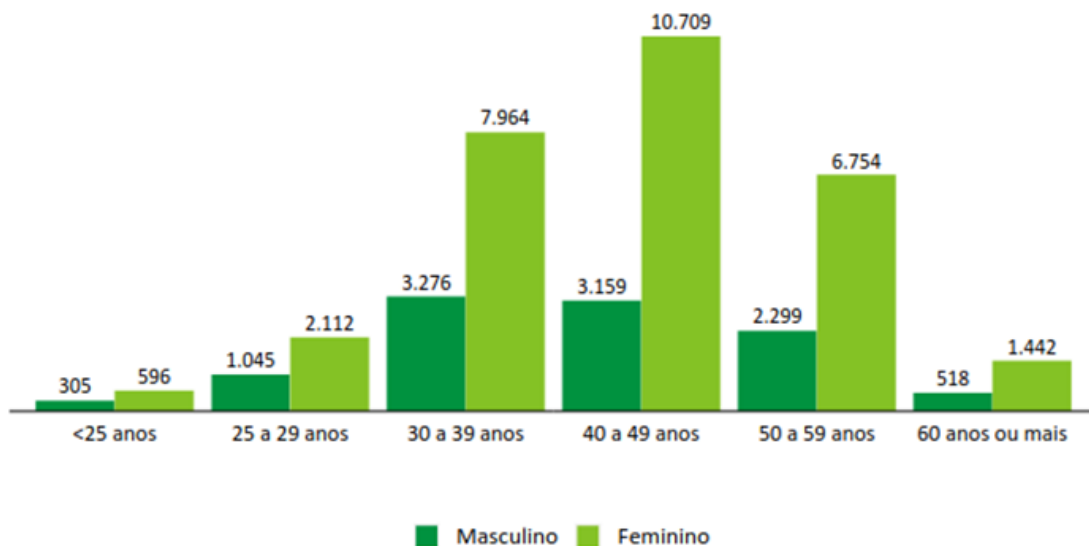
	Total de professores	Profissionais da área de História	<b>Profissionais da área de História em relação ao total</b>
<b>Paraná</b>	85.679	7.251	<b>8,46%</b>
<b>Curitiba</b>	8.663	744	<b>8,58%</b>
<b>Colombo</b>	1.211	119	<b>9,82%</b>

O Censo Escolar da Educação Básica do Estado do Paraná de 2020 (Inep, 2021), apresenta números importantes sobre a adequação da formação (relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente) e o perfil etário dos profissionais. Para os Anos Finais do Ensino Fundamental, a área de História encontrava-se na quarta posição, entre oito disciplinas, com profissionais com formação superior na mesma área da disciplina (83,5%). No Ensino Médio, o cenário era semelhante: área de História na quarta posição, com 84,5% dos profissionais com formação superior na mesma área da disciplina.

Em vista de atender a Meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014), que prevê que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”, os números apresentados acima mostram que ainda há um percentual considerável de vagas a serem preenchidas por profissionais com formação superior em licenciatura em História nos próximos anos na rede pública do Paraná.

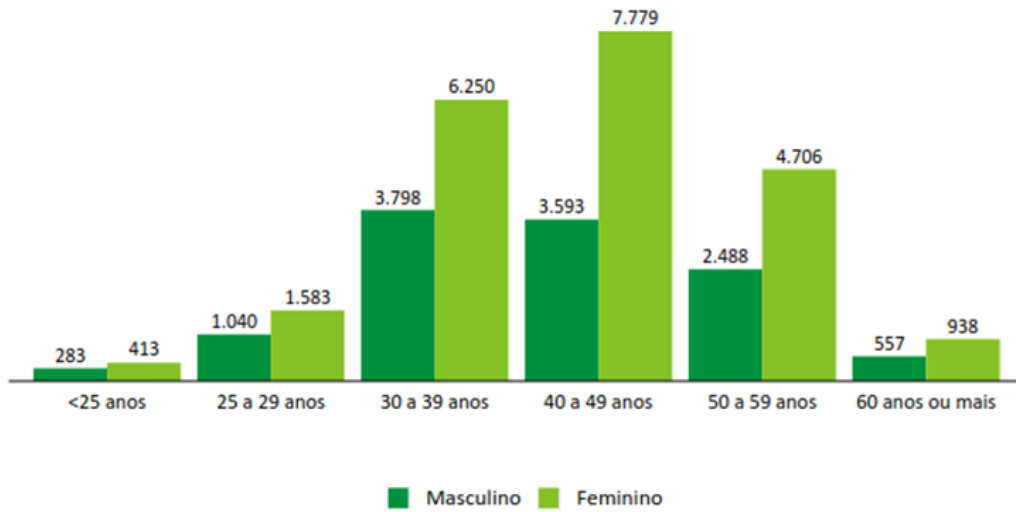
Em relação ao perfil etário, os dados do Censo Escolar revelam um perfil de progressivo avanço na idade dos profissionais. A maior parte dos docentes atuantes na Educação Básica na rede pública paranaense figuram atualmente nas faixas etárias entre 40 e 49 anos e 50 e 59 anos, como pode ser observado nos quadros abaixo (Quadros 6 e 7). É importante demarcar que este padrão sinaliza um cenário a desenvolver-se no médio e longo prazo de necessidade de reposição dos profissionais, especialmente por conta das futuras aposentadorias desses educadores, que tenderão a acentuar nos próximos anos.

**Quadro 6 - Número de docentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental segundo a faixa etária e o sexo – Paraná – 2020**



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica do Estado do Paraná de 2020 (Inep, 2021, p. 46)

**Quadro 7 - Número de docentes no Ensino Médio segundo a faixa etária e o sexo – Paraná – 2020**



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica do Estado do Paraná de 2020 (Inep, 2021, p. 49)

Desta forma, observando a constante demanda por profissionais na área de História na rede pública estadual do Paraná, especialmente na capital e em Colombo, a necessidade de aumento do número de profissionais com formação superior na disciplina, além do cenário de reposição de profissionais por conta das aposentadorias, a abertura do Curso Superior de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo contribuiria para atender as demandas de tal contexto.

A necessidade de uma licenciatura em História oferecida pelo IFPR Campus Colombo torna-se ainda mais premente quando observada a oferta de ensino público e gratuito para a licenciatura na área no estado do Paraná. Atualmente, a única instituição pública a oferecer a formação superior gratuita em História à população de Colombo e da RMC é a Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do curso de Bacharelado e Licenciatura em História, na cidade de Curitiba. Nos últimos processos seletivos realizados pela UFPR, entre 2019 e 2023, a oferta pela instituição foi de 32 vagas em cada ano de ingresso. É importante ressaltar que o curso da UFPR, com duração de 04 anos e meio, ocorre somente no período vespertino (UFPR, 2023a).

O número de vagas públicas disponibilizadas e o turno no qual são ofertadas atualmente é uma situação que também deve ser ponderada. Partindo do pressuposto de que os cursos de nível superior não estão dissociados da realidade econômica e social das metrópoles brasileiras, um curso de licenciatura com funcionamento exclusivo no turno vespertino dificulta o acesso de parte expressiva da população trabalhadora que pretende ingressar em uma Licenciatura em História. Esta lacuna de uma formação ofertada no período noturno será preenchida pelo Curso Superior de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo, demanda corroborada pela opinião de 82,9% dos respondentes do Questionário aplicado à comunidade, como exposto acima (Quadro 2).

De acordo com os dados informados pelo Núcleo de Concursos da UFPR, (UFPR, 2023b), nos últimos processos seletivos da instituição (2019-2023), quando foram oferecidas 32 vagas em cada ano de ingresso, o curso de História teve uma procura constante de ingressantes, o que demonstra um interesse persistente dos candidatos em uma licenciatura em História (Quadro 8). No período, a média de candidatos foi de 253 postulantes, estabelecendo uma relação candidato x vaga de 7,9 pessoas. Esta relação entre o número de vagas ofertadas e os possíveis ingressantes, posiciona o curso de Licenciatura em História da UFPR entre os mais concorridos da instituição.

**Quadro 8 - Média de candidatos e relação candidato x vaga para ingresso no curso de Licenciatura em História da UFPR (2019-2023)**

<b>Processo Seletivo UFPR</b>	<b>Candidaturas Homologadas</b>	<b>Relação candidato x vaga</b>
2019	295	9,21
2020	276	8,62
2021	231	7,21
2022	202	6,31
2023	261	8,15
<b>Média</b>	<b>253</b>	<b>7,9</b>

Fonte: UFPR. Núcleo de Concursos UFPR (2023b)

Ressalte-se aqui que a abertura de uma Licenciatura em História pelo IFPR Campus Colombo não surge com o intuito de concorrer com o curso ofertado pela UFPR. Ao contrário, o objetivo é ampliar para a população de Colombo e da RMC a oferta de vagas em uma instituição pública e gratuita, atendendo ao cenário de constante demanda por profissionais qualificados ao exercício da profissão, conforme exposto acima.

Portanto, pensando nas questões apresentadas anteriormente, relativas ao panorama da formação de licenciados em História em conjunto com as demandas de Colombo e RMC, a abertura do Curso Superior de Licenciatura em História pelo IFPR campus Colombo torna-se ainda mais justificável. Em vista da implementação do referido curso, é preciso considerar os seguintes fatores, aos quais o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) busca trazer soluções:

- I) a demanda persistente de postulantes ao curso de licenciatura em História;
- II) a baixa oferta de vagas de licenciatura em História nas instituições públicas locais, que não atendem plenamente às necessidades de Colombo, em particular, e da RMC, em geral;
- III) a busca por ampliar o acesso ao Ensino Superior, público, gratuito e de qualidade para uma camada expressiva dos trabalhadores da região, oferecendo uma Licenciatura em História no período noturno, seguindo a) o princípio norteador do IFPR definido em Estatuto, que no inciso V do Parágrafo 3º, assume o “compromisso com a natureza pública e gratuita do ensino” e b) correspondendo à característica do IFPR, determinada no inciso XI do Parágrafo 4º, no qual estabelece que “verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica”.



No que diz respeito às normativas da unidade Campus Colombo, busca-se propor um curso alinhado aos princípios filosóficos, pedagógicos e administrativos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Campus. Sobressaem-se, portanto, o compromisso em atender às demandas socioculturais e econômicas locais, e o engajamento com o desenvolvimento local e regional, com a formação integral dos sujeitos por meio das teorias críticas da educação e sua indissociabilidade com a pesquisa e a extensão. Da mesma maneira, a proposta surge do compromisso que o Campus possui com as políticas de inclusão, permanência e êxito, com a inovação, o desenvolvimento tecnológico, humano e cultural, processos planejados e coordenados pela gestão pedagógica e administrativa, de natureza democrática e participativa.

É importante salientar que o Curso Superior de Licenciatura em História seguirá ao recomendado na Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019) e na Resolução IFPR-CONSUP n° 19/2017, mas sem nunca perder de vista a missão e os valores do IFPR e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica. E que a demanda da comunidade do Município de Colombo pelo ensino e práticas profissionais da área de Ciências Humanas já se apresentava desde a implantação do Campus Colombo em 2015.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em História busca (i) atender a necessidades da comunidade; (ii) melhorar a relação matrículas/docente com a integralização do curso; (iii) abrir vagas com demandas para preenchimento, alavancando, assim, o papel do IFPR na comunidade; (iv) garantir a oferta com a especialização e experiência do corpo docente, requerendo-se, portanto, poucas contratações e/ou cooperações com professores pedagogos; (v) aproveitar a estrutura já estabelecida e dialogar, tanto com os cursos técnicos já consolidados, no sentido de serem laboratórios de práticas de estágio, como na perspectiva de integrar com a comunidade, com as escolas municipais e estaduais; e (vi) formar professores.

Verificada a convergência da proposta aqui apresentada com as diretrizes educacionais brasileiras, bem como com as demandas da comunidade e da gestão local tanto pública quanto privada, apresentam-se na sequência dados sociais, econômicos e educacionais que justificam a implantação do Curso Superior de Licenciatura em História.

### **2.1.2 Indicadores sociais, econômicos e educacionais do Município de Colombo**

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Caderno Estatístico do Município de Colombo, publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Município de Colombo, que compõe a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), está a 17,3 km da capital paranaense. Colombo tem área de 197,377 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 1.234,82 hab/km<sup>2</sup>, com um grau de urbanização de 95,42% (IPARDES, 2022).

A proximidade com a capital do Estado do Paraná possibilita aos munícipes de Colombo a inserção no mundo do trabalho não somente no município, mas também nas outras cidades que integram a Região Metropolitana de Curitiba. A população estimada de Colombo é de 249.277 pessoas. Desta, 203.203 pessoas concentram-se em área urbana e 9.764 em área rural. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,733 em 2010 e foi considerado alto. O Município de Colombo conta também com 5 museus e 1 sala de exposição (IPARDES, 2022; ADHB, 2020; PDESC, 2019).

Conforme dados do IPARDES (2022), 6.230 estudantes estavam matriculados em 2021 nos cursos de ensino médio ofertados pela rede estadual de ensino de Colombo. Além destes, 664 estudantes estavam matriculados no ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Colombo. No total, pelo menos 6.894 estudantes de Colombo terão a oportunidade de participar do processo seletivo em 2024 para cursar o ensino superior no Campus Colombo no curso aqui proposto, a partir de 2025.

Conforme apresentado na Quadro 9, serão também beneficiados pela oferta de Curso Superior de Licenciatura em História os 625 estudantes que se estima que estejam formados até o final de 2024 pelo Campus Colombo nos cursos técnicos integrados e subsequentes ao Ensino Médio, bem como os egressos dos cursos superiores que o Campus oferta.

**Quadro 9 - Cursos ofertados pelo *Campus Colombo*, egressos e estimativa de estudantes formados**

Cursos ofertados pelo <i>Campus Colombo</i>	Ano de conclusão do curso	Egressos de cursos já concluídos e estimativa na conclusão de cursos atualmente ofertados
Curso Técnico em Informática	2018	25
	2019	25
	2020	25
	2021	25
	2022	25
	2023	25
	2024	25
Curso Técnico em Alimentos	2020	25
	2021 (duas turmas que entraram em 2018)	50
	2022	25
	2023	25

	2024	25
Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio	2020, 2021, 2022, 2023	100
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2021	25
	2022	25
	2023	25
	2024	25
Curso Superior de Tecnologia em Alimentos	2021	25
	2022	25
	2023	25
	2024	25
<b>Total estimado em 2024</b>		<b>625</b>

Fonte: *Campus Colombo* (2023)

Os egressos de cursos técnicos teriam a oportunidade de expandir sua formação na área de Ciências Humanas com o Curso Superior de Licenciatura em História. Isso lhes traria a oportunidade de uma inserção no mundo do trabalho com mais conhecimentos e práticas em seu currículo. Os egressos de cursos superiores ofertados pelo Campus Colombo teriam a oportunidade de uma segunda formação superior, o que contribuiria sobremaneira para enriquecer o currículo dos egressos em vista da inserção qualificada no mundo do trabalho. A mesma oportunidade seria oferecida para os 178 concluintes de cursos superiores presenciais e os 284 concluintes de cursos superiores a distância ofertados em diferentes instituições de ensino de Colombo (IPARDES, 2022).

Diante do exposto, que considera os dados oficiais sobre a atividade econômica municipal, sobre os estudantes matriculados e os egressos de cursos de Ensino Médio da rede estadual e sobre o quantitativo de egressos formados pelo Campus Colombo, surge o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo. Este curso contribuirá para a formação em nível superior dos moradores não somente de Colombo, mas também de Curitiba e dos demais municípios da Região Metropolitana que teriam acesso ao curso.

## 2.2 OBJETIVOS

### 2.2.1 Objetivo Geral

- Formar professores para atuarem na Educação Básica, exercendo a docência da disciplina História nos Anos Finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e Médio, em todas as suas modalidades;
- Formar profissionais críticos, capazes de compreender, analisar e socializar os processos históricos, bem como a dialética entre teoria e prática e considerar especificidades do tempo, espaço e dos agentes sociais presentes nos diversos períodos históricos e sociedades;
- Promover a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão na formação do profissional da área de História;
- Formar profissionais que contribuam para a renovação no ensino de História na Educação Básica.

### **2.2.2 Objetivos Específicos**

- Compreender os conteúdos e problematizar os objetos históricos, a partir da criticidade necessária a todo profissional da área de História;
- Conhecer os métodos usados na pesquisa histórica, bem como a utilização de fontes históricas;
- Avaliar e produzir materiais didático-pedagógicos, a fim de utilizá-los de forma crítica na produção e socialização do saber histórico escolar;
- Incentivar a pesquisa e as atividades de extensão, ressaltando a relevância da formação de um professor-pesquisador e atento às transformações teóricas e metodológicas relativas ao ensino e a pesquisa histórica;
- Manejar os diferentes métodos e técnicas pedagógicas que favorecem o processo de transmissão do conhecimento;
- Dialogar com as demais áreas do conhecimento e com os diversos saberes.

## **2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL**

### **2.3.1 A Responsabilidade Social do Curso**

Além do compromisso de oferecer uma formação profissional para o mundo do trabalho, cabe ao Instituto Federal do Paraná, também, o papel de contribuir para as demandas sociais existentes em seu entorno. De acordo com o PDI do IFPR para o período 2019-2023,

Ao inserir-se numa determinada localidade os Institutos Federais comprometem-se em contribuir com um projeto de nação mais ampla que capilariza-se e chega até diferentes espaços. Este projeto refere-se ao combate às desigualdades e ao desenvolvimento da cidadania. Assim, cada Campus em sua região de atuação deve estabelecer relação com o território a fim de que possa conhecer a realidade do seu entorno e planejar ações que façam a diferença para o desenvolvimento social e econômico local (IFPR, 2018, p. 222).

O Curso Superior de Licenciatura em História pretende contribuir com a proposta do IFPR para a promoção de uma educação profissional tecnológica, com qualidade e inclusiva, para a construção de uma sociedade sustentável. Concebido e planejado para promover o

desenvolvimento humano, o curso alinha-se com a responsabilidade social das instituições de ensino na formação de profissionais que atuem em uma sociedade mais igualitária e humana, por meio de projetos que desenvolvam o conhecimento dedicado à solução de problemas da comunidade local ligados à gestão dos empreendimentos localizados na região de Colombo.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em História promoverá ações que visam a contribuir para a responsabilidade social com seu local de atuação, empreendendo práticas periódicas e contínuas em vista de consolidar o compromisso com a sociedade, suas demandas e carências. Assim, o curso de História:

- Colaborará com a formação docente municipal e estadual ao promover eventos como palestras, oficinas e seminários, com a participação de convidados locais e externos, especialistas em educação e de diferentes áreas do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão em História.
- Atuará junto à comunidade colombense na estruturação de ações relativas à memória social e cultural do município.
- Promoverá ações de pesquisa identificando elementos socioeconômicos do município de Colombo em vista de auxiliar na proposição de políticas públicas voltadas para o bem estar dos municípios.

### **2.3.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano**

O Curso Superior de Licenciatura em História proporcionará aos estudantes ambientes de discussão sobre o meio ambiente e o desenvolvimento humano. Os temas transversais inseridos no contexto dos componentes curriculares promovem a apresentação de conteúdos e provocam a discussão sobre estes temas.

Tendo componentes curriculares voltados para a observação e a análise das contradições do desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo, o Curso Superior de Licenciatura em História do Campus Colombo entende como prioridade compreender e atuar diante dos desafios decorrentes da relação entre as formas de organização social e o meio ambiente. A Licenciatura em História, inserida em um contexto urgente do tempo presente, de importantes desafios impostos pelas

transformações da relação dos seres humanos com o meio ambiente, que afetam as condições de vida e impactam o presente e o futuro de todos, não se esquivam de tal debate.

O Curso Superior de Licenciatura em História tem como um de seus escopos desenvolver nos futuros profissionais da área o pensamento crítico acerca dos múltiplos condicionantes (sociais, econômicos, culturais) que determinam a situação presente, de acelerada degradação da relação das sociedades com o ambiente. Esta concepção adotada na Licenciatura em História é lastreada pelos princípios básicos da educação ambiental, como definido no Art. 4º, inciso II, da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que concebe o “meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”.

Desta forma, pretende-se a construção de um curso voltado para a abordagem crítica das relações entre os seres humanos e a natureza, de forma a superar uma visão ambiental desconectada dos modos de produção e reprodução da vida estabelecidos pelas sociedades ao longo do tempo. Assim, compreende-se a função de uma educação ambiental ativa, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012), que em seu Art. 6º define:

A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino e a intrínseca relação do meio ambiente com o desenvolvimento humano pode contribuir com a construção de melhores condições de vida.

### **2.3.3 Memória, Patrimônio Artístico e Cultural**

O IFPR apresenta em sua estrutura uma série de grupos de trabalho que visam a resguardar e promover atividades artísticas e culturais. Estes grupos de trabalho são compostos por servidores, podendo, em alguns casos, também apresentar a participação de discentes, pais e outros membros da comunidade.

Os Núcleos de Arte e Cultura (NAC) do IFPR têm por finalidade fomentar, valorizar e fortalecer a formação, a difusão, a articulação, a produção e a função artística e cultural, assessorando na



interlocução da gestão política artística e cultural da instituição (Resolução nº 69/2017, que dispõe sobre a Regulamentação dos Núcleos de Arte e Cultura). O NAC visa a apoiar e fomentar programas, projetos, cursos, eventos de cunho educativo, cultural, artístico e social de modo a promover a integração entre a teoria e a prática na formação dos futuros profissionais, envolvendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (Resolução nº 69/2017).

Por sua vez, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFPR visam à realização de debates e reflexões, no âmbito do IFPR e no âmbito da sociedade civil a que pertence, acerca das relações étnico-raciais, com foco especial em populações negras, africanas, afrodescendentes e originárias tradicionais (etnias indígenas). Com isso, pretende-se produzir conhecimentos bem como estimular práticas e atitudes que, além de incidir no combate à invisibilidade que caracteriza essas identidades socioculturais nos espaços públicos e de poder, possam por meio de ações de extensão, pesquisa, inovação e ensino, estimular a tomada de consciência sobre os direitos das populações mencionadas (Resolução no 71/2018).

Outra iniciativa foi a elaboração do “Portal das Artes” do IFPR, disponível no endereço eletrônico <https://reitoria.ifpr.edu.br/portal-das-artes>, que divulga cursos, eventos artísticos culturais, projetos de ensino, pesquisa e extensão, e preservar a memória destas ações. Ainda o Observatório das Artes do IFPR consiste no espaço de divulgação das atividades propostas e da criação de tempos e espaços que utilizam a arte, contribuindo assim na formação de mediadores culturais capazes de fomentar e planejar projetos artísticos e culturais em que ações comunitárias inclusivas e interculturais sejam disseminadas, motivando quanto às novas formas de construção do processo cognitivo, crítico e criativo da comunidade acadêmica e desenvolvendo um olhar sensível – estético, a percepção, a criatividade e a reflexão sobre sua própria identidade, seus valores e os conhecimentos construídos na Educação Profissional e Tecnológica.

O Centro de Línguas do Instituto Federal do Paraná (CELIF) tem por atribuição coordenar as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação na área de línguas, para as comunidades interna e externa, com vistas à inclusão social, à diversidade cultural e à interculturalidade (Resolução no 65/2017).

A Associação de Pais, Mestres, Servidores e Colaboradores (APMF) – campus Colombo tem, dentre as suas várias atribuições, mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da

comunidade, para auxiliar a escola, promovendo condições que permitam a programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de pais, mestres, funcionários, colaboradores e estudantes. Logo, pela execução de atividades culturais, esportivas e sociais é promovida a integração escola-comunidade.

Em seu PDI 2019/2023, o campus Colombo definiu que a partir de 2019 serão atingidas as seguintes metas:

- Organizar anualmente, no mínimo 01 (uma) Mostra de trabalhos artísticos produzidos por discentes nos projetos do campus. Estabelecer 01 (uma) parceria anual com entidades culturais locais (associações, artesãos, artistas, etc). Organizar anualmente, no mínimo 01 (um) Encontro e/ou Palestra em parceria com professores de outras instituições escolares como forma de socializar o conhecimento em Arte e Cultura.
- Propor anualmente, no mínimo 01 (uma) Oficina para Intercâmbio das respectivas às áreas de conhecimento da disciplina de Arte (Artes Visuais, Teatro, Dança, Música) envolvendo professores dos demais campi do IFPR.

A partir de 2020, ficou definido no PDI 2019/2023 que o campus Colombo terá como metas

- Organizar um espaço adequado para as exposições artísticas.
- Criar o Centro de Memória do Campus Colombo.

No Curso Superior de Licenciatura em História, os componentes curriculares se correlacionam neste contexto tanto de forma direta quanto de forma transversal, ao abordar a temática das relações entre História e Memória. A presente Licenciatura, portanto, pode contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas para o trabalho de memória no município de Colombo, como preconiza o PDI do campus, na colaboração para a constituição de um Centro de Memória de Colombo. Desta forma, a Licenciatura em História pode construir ações que fujam de um simples memorialismo, ou seja, um resgate de eventos passados sem os devidos critérios consagrados pelo trabalho historiográfico. O presente curso, ao se utilizar das ferramentas fornecidas pelo campo de estudo, pode desenvolver um trabalho mais qualificado em relação a essa tarefa.

### **2.3.4 Comunicação e Relações com a Comunidade**

As relações com a comunidade visam à integração do IFPR com instituições federais, estaduais, municipais, atuando também como interlocutora entre a instituição e a sociedade, servindo de canal institucional da relação com órgãos públicos, empresas, sociedade civil organizada e comunidade, identificando potencialidades internas e externas. O campus Colombo atua com a finalidade de contribuir para que o IFPR alcance e mantenha excelência a partir de parcerias estratégicas e formação de redes de cooperação que façam articulação entre suas instâncias institucionais e a sociedade por intermédio de apoiadores em diferentes níveis.

O campus Colombo continuará priorizando o diálogo constante com entidades, organizações setoriais e comunidade, o desenvolvimento de tarefas que demandem a mobilização de representantes internos, externos e da sociedade civil, promovendo canais de comunicação com a finalidade de promover o fortalecimento das relações institucionais.

Continuarão sendo consideradas as parcerias firmadas pelo IFPR, que em sua maioria, são cooperações técnicas entre o IFPR e entidades públicas e privadas visando à execução de atividades em conjunto. Em muitos desses casos, apesar de não haver transferência de recursos financeiros entre os partícipes, o IFPR é beneficiado economicamente de outras formas, tais como: utilização de espaços físicos, doação de materiais e equipamentos, compartilhamento de know-how, entre outros.

Ainda nesse sentido, o IFPR recentemente obteve autorização do Grupo de Apoio Técnico – GAT – MEC/MCTIC para utilização da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – FUNTEF/PR, conforme Portaria Conjunta nº 54 de 23 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 03 de agosto de 2018. Com essa autorização, o Instituto poderá celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à

execução desses projetos (Lei nº 8.958/94). Com isso, espera-se um incremento no número de parcerias a serem celebradas.

A construção de uma relação com a comunidade tem se tornado cada vez mais relevante para que as instituições de ensino alcancem com êxito seu propósito de formar sujeitos críticos para além da aquisição de conhecimentos específicos. A comunicação com a comunidade se faz presente, entre outras, por meio de visitas de servidores em escolas, feiras e outras instituições com o intuito de fornecer informações a respeito do campus Colombo, tais como cursos ofertados, formas de ingresso, projetos, entre outras.

O campus Colombo incentiva a participação da família e da comunidade no ambiente escolar. Ações são desenvolvidas no campus como a criação da APMF, na qual os pais dos estudantes desempenham funções, além do auxílio à comunidade escolar, reuniões com pais e responsáveis no decorrer do ano, contato com a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), assistência estudantil por meio de bolsas e auxílios, realização de eventos envolvendo a comunidade. A relação com o setor privado faz-se por meio de estágios, atividades complementares e visitas técnicas, necessárias à formação de nossos estudantes. O setor público e a Instituição se fazem presentes por meio de projetos de ensino, pesquisa, inovação e cursos de extensão que são oferecidos também aos servidores municipais.

O Curso de Licenciatura em História promoverá a divulgação de suas atividades e ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis no campus, como o site institucional e as redes sociais, que são atualizados constantemente e nos quais são publicadas informações institucionais, editais, normativas, regulamentos, comunicados.

Além disso, a relação direta do curso com a comunidade interna e externa ocorre, também, por meio do desenvolvimento de ações, atividades e eventos como: palestras, seminários, minicursos, mostra de cursos, saraus literários, cursos de extensão e FICs, com ofertas de cine-debates, apresentações artístico-literárias e divulgação de produção científica, além de diversos projetos de extensão na área de História ofertados à comunidade interna e geral.

## 2.4 CONCEPÇÃO DO CURSO

A abertura do curso de História no Campus de Colombo enquadra-se no projeto de expansão do ensino técnico e tecnológico em nível nacional a partir da institucionalidade dos Institutos Federais. Notadamente, tal instituição vem cumprindo as importantes funções de, concomitantemente, formar uma força de trabalho qualificada e pautar um debate importante atualmente, o qual se situa ante a complexa relação entre a técnica, as relações de trabalho e os fatores humanos e históricos que constituem o presente histórico.

A atualidade tem sido marcada por profundas transformações no âmbito das relações sociais de produção. O quadro que se desenha sugere o avanço da precarização das relações de trabalho a partir de reestruturações produtivas marcadas pelo uso das telecomunicações em tempo real. De três formas o curso de Licenciatura em História contribui no sentido de pensar e propor caminhos face a tais desafios contemporâneos: primeiramente pelo caráter do curso, que, a partir do ponto de vista da história, converge na perspectiva crítica advinda dos IF's sobre as transformações no mundo do trabalho; em segundo lugar, por permitir a criação de um núcleo bem estruturado de debates históricos e de produção historiográfica no interior da instituição; por fim, elenca-se o enorme impacto social que se dará com a formação de novos docentes forjados em um ambiente cujo centro problematizador será refletir sobre os limites e potencialidades da técnica e da tecnologia no mundo atual.

A formação de profissionais do magistério da Educação Básica é uma preocupação do IFPR. Tal anseio está constituído como política institucional, conforme exposto na Resolução CONSUP/IFPR nº 19, de 24 de março de 2017. Entre as premissas que orientam a instituição nesse sentido, está a interiorização da educação, o desenvolvimento educacional e socioeconômico, a difusão e propagação de discussões e de saberes e práticas de ensino de base e interesse social. Afirmo o documento que é papel do IFPR, por meio dos seus servidores, atuar “nessas diferentes ações, aplicando experiências diversas de ensino-aprendizagem, fundamentadas no trabalho e colaborando para promover a emancipação dos sujeitos por meio da educação”. A educação, nesses termos, é entendida como ferramenta emancipatória que, a partir do trabalho, anseia a formação de um pensamento autônomo comprometido com a superação de uma ordem social desigual e excludente. O ensino estruturado de forma a ser público, gratuito e de qualidade, nos seus mais diversos níveis, tem papel fundamental nesse processo. (IFPR, 2017)

Dadas tais considerações, convém enumerar os impactos locais que o Curso Superior de História no Campus Colombo do IFPR proporcionará. A promoção dessa Licenciatura cumprirá um papel importante na realidade da cidade de Colombo e da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), pois ampliará as oportunidades de acesso ao Ensino Superior a uma parte da classe trabalhadora local. É importante salientar que a única instituição pública a oferecer a Licenciatura em História na região é a Universidade Federal do Paraná (UFPR), localizada no centro da cidade de Curitiba. Além disso, é importante destacar que o curso da UFPR é oferecido apenas no turno vespertino, limitando o acesso a setores importantes da classe trabalhadora.

Analisando-se não somente os dados sobre a cidade de Colombo, é possível inferir o grande potencial de interesse em relação a cursos os mais diversos, sobretudo os de licenciatura. Segundo projeções do IBGE, em 2021 a população do município era de cerca de 250 mil habitantes. As matrículas de alunos em Ensino Fundamental e Médio contabilizavam em torno de 30 mil estudantes. O número de docentes era de 6.759, os quais distribuídos em 83 escolas. Dessas, 28 contavam com Ensino Médio, nível coberto por cerca de 529 docentes (IBGE, 2022). A necessidade de professores de História, se analisada apenas o município de Colombo, será constante nos próximos anos. O censo de 2010 expunha essa demanda a partir da pirâmide etária que representa o perfil populacional local. Projetando-se os dados, trata-se de uma população cujo maior número de indivíduos estaria nos estratos etários entre 20 e 40 anos (IBGE, 2022).

Por sua vez, os dados preliminares do Censo de 2022 indicam que a população de Colombo cresceu de 213.027, em 2010, para 238.780, em 2022, um acréscimo de 25.753 habitantes. Ainda segundo tais dados, desde 2010 a região metropolitana de Curitiba cresceu em mais de 523 mil habitantes (PARANÁ, 2023), um público que também encontrará no Curso Superior de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo oportunidades para constituir a sua formação e entrada no mercado de trabalho. Conforme já afirmado, a oferta de educação de qualidade, tanto para os potenciais profissionais do ensino, quanto para os seus eventuais alunos, é ferramenta importante no sentido de elevar a qualidade de vida da população nas mais variadas dimensões.

Com efeito, a Constituição Federal, em seu Art. 6º, define a educação e o trabalho como direitos sociais inalienáveis do cidadão. Os Institutos Federais, mais precisamente a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contribui para a materialização de tais preceitos na medida em que proporciona à múltiplas comunidades e seus sujeitos oportunidades de acesso ao ensino e

à formação nos mais diversos níveis – do ensino médio à pós-graduação. A concepção de que a educação é ferramenta transformadora das realidades dos sujeitos é o norte da instituição. Isso se dá tanto pela possibilidade de ascensão social por meio dos estudos, quanto pela inserção ativa dos discentes na melhoria das realidades locais. Nesse sentido, os Institutos Federais visam à formação de cidadãos politicamente ativos e capazes de transformar a sociedade tanto no âmbito sociocultural quanto econômico.

Em seus documentos, o IFPR dá ênfase de que, embora o centro de atuação da instituição seja a educação profissional, técnica e tecnológica, o que ancora o seu horizonte pedagógico é o humanismo, categoria aqui entendida como estruturante do ser social e das suas relações objetivas historicamente constituídas.

Filosofia do curso:

Dos elementos anteriormente expostos, deriva a filosofia do Curso Superior de Licenciatura em História. Almeja-se a “formação integral do historiador”, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais, as quais foram formalizadas a partir do Parecer CNE/CES nº 492/2001. Segundo tal documento, “o graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador em todas as suas dimensões”, o que “supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão” (BRASIL, MEC, 2001)

Nesse sentido, o Curso Superior de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo busca constituir, em conjunto com seus professores e acadêmicos, perspectivas críticas e reflexivas sobre a história humana. Busca-se, dessa forma, a construção de um espaço social no qual, de forma profunda, contextualizada e plural, o conhecimento histórico será produzido e socializado. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o mundo é complexo, multifacetado e resultante de processos históricos moldados por relações de forças.

Não obstante, reconhece-se que os seres humanos são agentes históricos e sociais, construtores e transformadores da realidade. Valoriza-se a diversidade de experiências, identidades e visões de mundo, pois busca-se compreender a pluralidade de perspectivas presentes na história e na sociedade contemporânea.

O curso de História do IFPR entende a sociedade como um conjunto de relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Considera-se que a cultura desempenha um papel fundamental na construção e na transformação das sociedades, expressando-se em diferentes formas de manifestação, como práticas, crenças, valores, arte, linguagem e instituições. O curso valoriza a análise crítica das relações de poder, das desigualdades sociais e das dinâmicas culturais, promovendo o entendimento das complexidades e contradições presentes na sociedade.

Visão de conhecimento e educação:

A Licenciatura em História do Campus Colombo reconhece o conhecimento histórico como uma ferramenta essencial para a compreensão do presente e a construção de um futuro mais consciente e igualitário. Valoriza-se a pesquisa, a análise crítica de fontes e a interpretação dos fatos históricos, desenvolvendo habilidades de investigação e reflexão. A educação é compreendida como um processo emancipatório, que busca formar cidadãos conscientes, capazes de participar ativamente da sociedade, questionar discursos dominantes e promover transformações.

Visão de instituição educacional e de conteúdos:

O Curso Superior de Licenciatura em História do Campus Colombo entende a instituição educacional como um espaço de construção coletiva do conhecimento, de diálogo e de troca de experiências entre docentes e discentes. Valoriza-se a interdisciplinaridade e a integração de diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Quanto aos conteúdos, o curso abrange diversos períodos históricos e temáticas relevantes, buscando contemplar tanto os aspectos políticos, econômicos e sociais, quanto às dimensões culturais e identitárias presentes nas sociedades.

É importante destacar que essa síntese representa uma visão geral e não esgota todas as perspectivas e abordagens adotadas pelo curso de História do IFPR. A disciplina está em constante diálogo com as transformações sociais, as novas pesquisas e as demandas contemporâneas, visando formar profissionais críticos e comprometidos com a compreensão e a transformação da realidade histórica e social.

## 2.5 PERFIL DO EGRESSO



Em conformidade com a proposta dos Institutos Federais, a formação almejada do licenciado em História tem por premissa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o profissional deverá ser, ao mesmo tempo, um conhecedor do seu campo científico, suas concepções metodológicas e categorias investigativas, mas também alguém capaz de compreender as múltiplas relações humanas historicamente constituídas. Notadamente, tal perspectiva demanda a formação de um educador ativo e crítico em relação aos dilemas sociais do presente, às relações de força do seu tempo e espaço e aos arranjos produtivos historicamente constituídos.

Com efeito, não se deseja a formação de um profissional meramente enciclopédico ou reproduzidor de conhecimentos anteriormente consagrados pela historiografia, mas de um docente dotado da capacidade de, em sala de aula, problematizar historicamente a realidade que o cerca e, ao mesmo tempo, um constituidor de novos saberes no processo de ensino-aprendizagem. Sobre o último ponto, importa afirmar que a formação também pretende garantir aos egressos os predicados necessários para a verticalização da formação a partir de programas de pós-graduação, tanto na área de História quanto da Educação. A partir da integração indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão, ao longo de todo o curso os estudantes tomam contato e tornam-se aptos à pesquisa acadêmica, em vista da geração de novos conhecimentos, materiais didáticos e metodologias do ensino de História. Desta forma, tornam-se habilitados a atuar em pesquisas relacionadas diretamente ao campo historiográfico em níveis de Graduação e Pós-graduação. Outrossim, tanto em componentes curriculares como os Laboratórios de Ensino, Pesquisa e Extensão em História e Trabalho de Conclusão de Curso quanto nos eventos acadêmicos relacionados ao curso da Licenciatura em História, os estudantes têm a possibilidade de iniciar os contatos e preparar-se para os estudos em níveis de Pós-graduação (*stricto e lato sensu*).

Assim, almeja-se a formação de um educador comprometido com a superação da ideia de História como verdade absoluta, disposto a proporcionar aos seus potenciais alunos subsídios reflexivos no sentido de, mediante os pontos de vista retrospectivo e prospectivo, questionar fenômenos políticos, perspectivas hegemônicas, relações de gênero e classe e conformações sociais diversas.

Atualmente também entra no horizonte as possibilidades advindas das mídias sociais, a saber, a produção de conteúdo para Youtube, TikTok, Instagram e outras plataformas. A formação de historiador proporciona ao trabalhador dessa área elementos para que o material produzido e disponibilizado seja de maior qualidade e cuidado teórico/metodológico. Notadamente, os trabalhos que podem ser oferecidos pelos egressos podem ser desde a construção de canais e páginas, até mesmo consultorias, elaboração de roteiros, curadorias e escrita de materiais de apoio e didáticos.

### **2.5.1 Áreas de Atuação do Egresso**

A Licenciatura em História é um curso que prepara os estudantes para atuarem como professores de História no Ensino Básico (fundamental e médio), mas suas oportunidades de atuação vão além da sala de aula. De acordo com a Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, em seu Art. 4º, são atribuições dos historiadores:

- I - magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura;
- II - organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;
- III - planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;
- IV - assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;
- V - assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;
- VI - elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

A partir dessas definições, os egressos desse curso têm uma série de possibilidades de trabalho e áreas de atuação, detalhadas abaixo:

- **Docência:** A principal área de atuação é a educação, onde os licenciados em História podem lecionar em escolas de ensino fundamental e médio, tanto na rede pública quanto na rede privada. Eles têm o papel de transmitir conhecimentos históricos de forma didática, despertando o interesse dos alunos pela disciplina e contribuindo para a formação crítica dos mesmos.
- **Pesquisa:** Os licenciados também podem atuar na pesquisa histórica, seja em instituições acadêmicas, museus, centros de pesquisa ou mesmo de forma independente. Eles podem desenvolver estudos sobre diferentes períodos, culturas, eventos e tendências, contribuindo para a produção de conhecimento histórico.
- **Preservação Patrimonial:** A conservação do patrimônio histórico e cultural é outra área importante de atuação. Egressos podem trabalhar em instituições ligadas à preservação de documentos, objetos e edificações históricas, buscando manter viva a memória de uma região ou comunidade.
- **Gestão Cultural:** A gestão de projetos culturais é uma área em crescimento, na qual os licenciados podem trabalhar na organização de exposições, eventos culturais, festivais, entre outros. Eles podem contribuir para disseminar a história de uma localidade por meio de atividades culturais diversificadas.
- **Assessoria em Conteúdo Histórico:** Empresas e instituições que precisam de conteúdo histórico para suas ações de marketing, comunicação ou produção audiovisual podem contar com os serviços de um licenciado em História para garantir a precisão e autenticidade das informações.
- **Turismo Cultural:** Na região metropolitana de Curitiba, onde há um rico patrimônio histórico e cultural, os licenciados podem atuar no setor de turismo cultural. Eles podem guiar turistas em passeios que exploram os aspectos históricos e culturais da região, enriquecendo a experiência dos visitantes.

- **Editoração e Produção de Materiais Didáticos:** Há também a possibilidade de trabalhar na produção de materiais didáticos, como livros escolares, apostilas e recursos multimídia, colaborando para a construção de conteúdos educacionais relevantes e alinhados com as diretrizes curriculares.
- **Formação de Professores:** Além de atuar como professor de História para alunos, os licenciados podem se engajar na formação de novos professores da disciplina, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

O egresso do Curso de Licenciatura em História possui um amplo leque de oportunidades de trabalho, que vão desde a educação formal até a preservação do patrimônio histórico e a gestão cultural. Na região metropolitana de Curitiba, onde a história é rica e diversificada, as oportunidades podem ser ainda mais variadas e significativas, contribuindo para a valorização e disseminação do conhecimento histórico local.

### **2.5.2 Acompanhamento de Egressos**

O acompanhamento de egressos é uma prática valiosa para as instituições de ensino, pois permite avaliar a qualidade do ensino oferecido, entender a trajetória profissional dos graduados e identificar oportunidades de melhoria. Para o curso de Licenciatura em História, tanto o campus quanto o Colegiado do curso podem desempenhar papéis importantes nesse processo de acompanhamento. Aqui estão algumas ações que podem ser realizadas:

- **Ações do Campus:**

**Divulgação da Pesquisa de Acompanhamento:** Assim como é feito através da chamada mensal no Facebook, o campus fará uso também de outros canais de comunicação, como e-mails, site institucional e redes sociais, para promover a pesquisa de acompanhamento junto aos egressos do curso.

**Criação de Eventos de Encontro:** O campus organizará eventos específicos para os egressos do curso, como encontros, palestras ou congressos. Esses eventos proporcionarão um espaço de troca de experiências entre os antigos alunos, promovendo networking e também permitindo que compartilhem suas trajetórias profissionais.

**Coleta de depoimentos e relatos de experiências:** O campus incentivará os egressos a compartilharem seus depoimentos e relatos de experiências, destacando conquistas profissionais, projetos relevantes e como o curso contribuiu para suas carreiras.

**Parcerias com Empresas e Instituições Locais:** O campus estabelecerá parcerias com empresas, instituições culturais e históricas locais, facilitando oportunidades de estágio, trabalho ou colaboração para os egressos do curso.

- **Ações do Colegiado do Curso:**

**Monitoramento das Respostas da Pesquisa:** O Colegiado do curso acompanhará de perto as respostas à pesquisa de acompanhamento, analisando os resultados para entender melhor a trajetória dos egressos, suas áreas de atuação e eventuais necessidades de atualização curricular.

**Análise Curricular e Atualização:** Com base nas respostas dos egressos, o Colegiado identificará possíveis ajustes no currículo do curso para melhor alinhar as competências desenvolvidas com as demandas do mercado de trabalho.

**Criação de Programas de Atualização:** O Colegiado considerará a criação de programas de atualização, cursos de extensão e aperfeiçoamento voltados para os egressos, para que possam continuar se desenvolvendo profissionalmente.

**Mapeamento de Oportunidades Locais:** O Colegiado colaborará com o campus na identificação de oportunidades locais de trabalho e parcerias, sobretudo no âmbito da região metropolitana de

Curitiba, em especial nas cidades de Colombo, Almirante Tamandaré e Pinhais, onde podem existir demandas específicas para profissionais de História.

Tanto o campus quanto o Colegiado do curso manterão um canal de comunicação aberto com os egressos, buscando ouvir suas sugestões, necessidades e aspirações, no sentido de fortalecer a relação entre a instituição e seus antigos alunos, além de contribuir para a melhoria contínua do curso e a valorização da formação oferecida.

### **2.5.3 Registro Profissional**

Não há registro em conselho de classe.

## **3. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS**

O Planejamento Pedagógico Institucional (PPI), que compõe o PDI/IFPR (2019- 2023), se posiciona pedagogicamente a partir da perspectiva pedagógica denominada Pedagogia Histórico-Crítica, que reconhece a educação como prática social endereçada à transformação da realidade. Sendo histórica e crítica, essa perspectiva assume as contradições e suas determinações fundamentais, mas reconhece as potências na disputa pela formação humana integral, valorizando a teoria em sua relação orgânica com as práticas sociais (técnicas, instrumentais, relacionais e cidadãs), garantindo a indissociabilidade entre teoria e prática, conforme o Inciso IV do Art. 2º do Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, alterado pelo Decreto nº. 8.268, de 18 de junho de 2014. É, portanto, na ação intencional, planejada e sistêmica, fortemente ancorada e comprometida com os conhecimentos historicamente produzidos, que residem as possibilidades de uma educação que saia da unilateralidade, que implica formar para ser profissional, ou ser cidadão, ou ser técnico. Mas sim que propicie a omnilateralidade de ser humano integral, o que obviamente inclui uma formação profissional de excelência, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

RAMOS (2011) ao discorrer sobre a pesquisa como princípio pedagógico, afirma que:

Ela (a pesquisa) instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude para que não sejam incorporados “pacotes fechados” de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do

senso comum, escolares ou científicos. Essa atitude de inquietação diante da realidade potencializada pela pesquisa [...] contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal no âmbito acadêmico, seja na forma aplicada ou na denominada pesquisa de base/acadêmica, como também em outros processos autônomos de (re)construção de conhecimentos (RAMOS, 2011).

Considerando o disposto no PDI/IFPR (2019/2023), as práticas pedagógicas desenvolvidas neste curso devem sistematizar os conhecimentos trazidos pelos estudantes, por meio da: i) ressignificação destes conhecimentos; ii) compreensão de realidade; iii) apropriação dos signos e elementos que integram as relações entre as pessoas e o mundo. O processo pedagógico será constantemente avaliado e construído a partir das situações de aprendizagem que promovem a indissociabilidade entre educação, ciência, trabalho, tecnologia e cultura.

Nessa perspectiva, o processo ensino-aprendizagem do Curso Superior de Licenciatura em História constitui-se como um fenômeno complexo, relacional, dialético e compartilhado, um fenômeno coletivo, de questionamento, de ressignificação e interpretação da realidade por meio da relação entre os sujeitos, em que o processo educativo passa a ser visto sob a perspectiva de teia, rede, de interconexão, de inter-relacionamento, no qual o estudante é visto como um ser único, indiviso, integral, autor de sua própria história e dotado de inteligências múltiplas.

Para tanto, a construção deste processo pedagógico pressupõe princípios básicos: a reflexão crítica dos estudantes sobre a sua aprendizagem. E será por meio da reflexão crítica durante as discussões e o processo educativo que os estudantes analisam suas produções, elaboram argumentos para sustentar suas próprias opiniões por meio da atenção, categorização, seleção e do julgamento e optam em fazê-las sempre que julgarem necessário. A partir desse momento, o estudante assume a responsabilidade na planificação, na organização e na avaliação da sua aprendizagem.

Com isso, aprimora o conhecimento produzido favorecendo o desenvolvimento da autonomia. Este princípio está diretamente ligado à escolha da forma de organizar a aprendizagem na busca de formas diferentes de aprender. Assim, organizam seus próprios estudos, buscando fontes de informação e conhecimento, e construindo um saber ligado aos seus próprios objetivos de aprendizagem, por meio da pesquisa. Este princípio configura-se como condição fundamental para a conquista da autonomia intelectual do estudante. Para tanto, serão estimulados a aprender a

pesquisar e a dominar diferentes formas de acesso às informações, além de desenvolver sua capacidade crítica de avaliar, de reunir e de organizar informações muito mais relevantes.

Contudo, durante o processo de ensino-aprendizagem é necessário um olhar individualizado para cada estudante. O princípio da singularidade é estabelecido pelo acompanhamento próximo e contínuo de cada estudante, respeitando as suas particularidades, permite ver detalhadamente onde o estudante está, aonde pode chegar e quais estratégias possibilitam ao processo ser mais efetivo e que o próprio estudante participe ativamente da construção do seu conhecimento.

Numa ação gradual de reflexão crítica, autonomia, pesquisa e singularidade, os estudantes são conduzidos a avaliar permanentemente seu progresso, favorecendo o exercício da autoavaliação durante o processo de pesquisa, tomando como referência, os objetivos de aprendizagem, bem como os critérios estabelecidos de avaliação. Com isso, o trabalho pedagógico e a avaliação deixam de ser responsabilidade exclusiva do professor e a parceria torna-se um princípio norteador da ação educativa por meio da colaboração e da interação entre professor e estudante.

A colaboração favorece a parceria entre professor e estudante, minimizando as ações e atitudes verticalizadas e centralizadas. O desenvolvimento dessa ação colaborativa implica em planejamento, desenvolvimento de ações comuns, o estabelecimento de conexões, reflexão sobre o processo juntos e impulsionando à aprendizagem coletiva e ao conhecimento individual, por meio dos conceitos da entreajuda, partilha, discussão, interação e em um fim comum para a aprendizagem e a construção do conhecimento.

A ação colaborativa promovida pela interação caracteriza-se como um dos fatores mais importantes para o sucesso ou fracasso do processo de aprendizagem, em que a comunicação, a interação e a interatividade tornam-se elementos basilares para que o processo de aprendizagem e ensino aconteça.

Por último, o desencadeamento do processo de ensino e aprendizagem desenvolverá nos estudantes e professores, a autoria e coautoria durante a organização do trabalho pedagógico e na construção de um novo conhecimento, agora embasado e construído a partir de concepções particulares e de suas experiências de vida. Ou seja, a metodologia de ensino será constituída por práticas pedagógicas desenvolvidas com o propósito de atingir os objetivos a que o curso se propõe



e por ações educativas, um processo planejado e intencional, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de destaque dos sujeitos envolvidos.

No presente Projeto de Curso, a proposta metodológica adotada abre espaço para o estudante posicionar-se frente ao ato de aprender, bem como, o educador frente aos atos de ensinar e aprender. A tese que orienta a abordagem metodológica assumida nesse projeto remete-se à compreensão de que toda a formação e o desenvolvimento das funções cognitivas, inclusive os processos de construção de conhecimento, se dão a partir de interações sociais. Nesse sentido,

[...] podemos identificar internalização como um constructo teórico central no âmbito da perspectiva histórico-cultural, que se refere ao processo de desenvolvimento e aprendizagem humana como incorporação da cultura, como domínio dos modos culturais de agir, pensar, de se relacionar com outros, consigo mesmo, e que aparece como contrário a uma perspectiva naturalista ou inatista. (SMOLKA, 2000, p. 27-28).

Desse modo, parte-se do princípio de que os sujeitos são construtos e construtores da realidade social, e que seu desenvolvimento está diretamente ligado às experiências sociais vivenciadas. As ações pedagógicas orientadas por tais assertivas elegem como elemento central, nos processos de ensino e aprendizagem, não os sujeitos isolados (o que ensina, ou o que aprende, como aparece em outras abordagens), mas sim as relações estabelecidas entre eles (estudantes, professores, comunidade escolar), e entre eles e a materialidade concreta de forma geral (condições sócio-histórico- culturais). São essas relações que permitem e promovem a aprendizagem e o desenvolvimento. Desse modo, segundo tal abordagem, toda aprendizagem é o resultado de um processo complexo, e por isso não linear e imediato, de ações interpsicológicas e intrapsicológicas (VIGOTSKI, 2001).

A aprendizagem de objetos educacionais específicos pode ser entendida como o processo de introdução dos aprendizes em uma cultura nova por meio dos sujeitos mais experientes. À medida que isso acontece, os aprendizes vão se apropriando das ferramentas culturais num processo de enculturação (DRIVER et. al 1999). Nesse sentido, a intencionalidade pedagógica do professor e suas ações didáticas têm um peso bastante significativo, uma vez que:

Onde o meio não cria os problemas correspondentes, não apresenta novas exigências, não motiva nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento humano não desenvolve todas as potencialidades que

efetivamente contém, não atinge as formas superiores ou chega a elas com um extremo atraso (VIGOTSKI, 2001, p. 91).

No contexto da Licenciatura em História do Campus Colombo, a formação do egresso deve ser pautada na indissociabilidade entre teoria e prática, conforme preconiza o Decreto nº. 8.268/2014. Para atingir esse objetivo e garantir um perfil de egresso capacitado, crítico e atuante, serão empregadas diversas estratégias pedagógicas que perpassam o currículo e proporcionam uma formação completa. Além disso, o campus oferece uma série de atendimentos e programas de apoio aos discentes, visando a qualidade da experiência acadêmica. Abaixo, são descritas algumas estratégias pedagógicas e o atendimento oferecido aos estudantes:

#### Estratégias Pedagógicas:

- **Aulas Presenciais com Uso de Tecnologias Educacionais:** As aulas presenciais são essenciais para a interação direta entre professores e alunos, estimulando a discussão e o debate. Complementarmente, a utilização de tecnologias educacionais pode promover a aprendizagem ativa e a pesquisa autônoma.
- **Atividades Complementares:** Seminários, palestras, incentivo e viabilização à participação em congressos e encontros, contatos com instituições, especialistas e profissionais para enriquecer o aprendizado dos alunos e proporcionar um contato mais próximo com a prática da História.
- **Atividades de Complementação de Aprendizagem:** Projetos práticos e visitas a locais históricos, museus e arquivos no intuito de contribuir para a aplicação dos conhecimentos teóricos em situações reais.
- **Atividades Interdisciplinares:** Parcerias com outros cursos ou disciplinas no sentido de estabelecer abordagens interdisciplinares que enriquecem a compreensão dos contextos históricos.

- Avaliações Diversificadas: Além de provas, a utilização de trabalhos individuais e em grupo, resenhas, projetos de pesquisa e apresentações orais, para promover uma avaliação mais abrangente das habilidades dos alunos.

#### Atendimento aos Discentes:

- Programas de Atendimento Extraclasse: Oferecimento de horários de atendimento fora das aulas para sanar dúvidas, discutir conteúdos e propor atividades complementares.
- Equipe Multidisciplinar: Envolver docentes de diversas áreas e profissionais de apoio, como bibliotecários e técnicos, para colaborar no enriquecimento da formação dos alunos.
- Apoio Psicopedagógico: o campus dispõe de profissional especializada que auxiliará os estudantes no desenvolvimento de habilidades de estudo, organização e gerenciamento do tempo.
- Assistência Social: O campus não dispõe de profissional em assistência social no presente momento

Atividades de Pesquisa: Incentivo à participação em projetos de pesquisa, seja como colaboradores ou protagonistas, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Atividades de Extensão e Inovação: Participação em atividades que se relacionam com a comunidade e promovem a difusão do conhecimento histórico.

O Campus Colombo, por meio dessas estratégias pedagógicas e dos serviços oferecidos aos discentes, busca cumprir a legislação vigente e proporcionar uma formação completa e integral que prepare os estudantes para atuar como profissionais qualificados e comprometidos com a sociedade.

### 3.1 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vistas à inovação tecnológica curricular, compõem o tripé de atuação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. As atividades de ensino promovem aprofundamento de conhecimentos relacionados à área formativa do curso. As atividades de pesquisa contribuem no processo formativo por meio da investigação, produção, inovação e difusão de conhecimentos e como perspectiva metodológica do processo de ensino. As atividades de extensão permitem uma relação entre a produção de conhecimento realizada no interior da escola e os conhecimentos produzidos pela sociedade, de complementação entre as demandas sociais, culturais, tecnológicas num processo de contextualização dos processos formativos e de transformação da realidade local.

Respeitadas as especificidades de cada uma destas atividades, elas são indissociáveis na medida em que o trabalho pedagógico realizado estabelece interrelações entre essas dimensões objetivando uma formação mais completa para os estudantes e permitindo o desenvolvimento da autonomia intelectual e da criticidade. Também objetiva uma relação mais estreita entre níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Campus e entre os Institutos Federais e a sociedade por meio do conhecimento, do compromisso com o desenvolvimento local e da inclusão, proporcionados pelas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Para além, portanto, da formação acadêmica individual a indissociável relação entre pesquisa, ensino, extensão e inovação caminha no horizonte de propostas inovadoras que se transformam em conquistas sociais. A materialização dessa relação se dá na concretização de projetos que tenham consonância com as demandas da sociedade articulando conhecimentos acumulados, análise da realidade e propostas de soluções aos desafios apresentados na atualidade. O caráter político-pedagógico que permeia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação articula-se ao desafio epistemológico de gerar conhecimento que leve o egresso a uma atuação crítica no mundo do trabalho, na realidade social, no seu compromisso com a sustentabilidade e a justiça social.

Esse trabalho se desenvolverá a partir do planejamento coletivo da instituição em geral e do colegiado do curso em específico, planejamento esse que se dará a partir das potencialidades identificadas na instituição e no contato estabelecido com os setores econômicos, culturais e sociais

da comunidade a fim de que haja troca de saberes, compartilhamento de ações e soluções inovadoras com vistas ao desenvolvimento da comunidade local.

Cabe destacar que as atividades de pesquisa no âmbito do Instituto Federal do Paraná contam com diretrizes próprias, estabelecidas pela Resolução nº 58, de 13 de dezembro de 2019. De acordo com a referida resolução, no Art 1º, a pesquisa é compreendida como princípio educativo que se relaciona de forma característica com o ensino, a extensão e a inovação. Esta relação tem por objetivo a produção e a difusão do conhecimento científico, filosófico e artístico em prol do desenvolvimento socioeconômico e cultural local, regional e nacional.

A Resolução nº 58/2019 trata também da criação de Grupos de Pesquisa, definindo no Art. 17 que “Os pesquisadores, preferencialmente, devem se associar a Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, certificados pelo Instituto Federal do Paraná, para coordenar ou realizar atividades de pesquisa na Instituição”. Assim, a criação de grupos de pesquisa constitui uma possibilidade proveitosa de incentivo à participação dos estudantes na iniciação à pesquisa científica no âmbito do Campus Colombo do IFPR.

É importante ressaltar que, em conformidade com o artigo 11 da Resolução 58/2019, “os projetos de pesquisa deverão ser submetidos pelos pesquisadores para registro e aprovação pelo Comitê de Pesquisa e Extensão (Cope) dos *campi*, preferencialmente por sistema informatizado de gerenciamento dos COPE – Siscope”. O COPE é um órgão colegiado multidisciplinar e independente, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, instituído com o objetivo de assessorar a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Colombo e a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) do Instituto Federal do Paraná. Os projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação devem obrigatoriamente ser registrados no COPE para acompanhamento, seguindo a Instrução Normativa PROEPPI/IFPR nº 6, de 24 de agosto de 2022, que orienta as atividades e o funcionamento das ações relacionadas ao COPE.

Neste sentido, essa articulação será contemplada no Curso Superior de Licenciatura em História por meio da oferta de diversas atividades, como por exemplo:

- Práticas realizadas nos diferentes componentes curriculares e na integração entre eles por meio de projetos. Esses projetos, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação terão relação

direta ao eixo do curso e respeitarão temáticas e diretrizes específicas a serem definidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), a quem caberá o fomento, orientação e acompanhamento;

- Estudos, debates e discussão sobre as pesquisas que envolvem os conhecimentos da área de História, a serem desenvolvidos em grupos de pesquisa próprios, envolvendo a participação de docentes e de estudantes;
- Oficinas que envolvam a construção do conhecimento dos conteúdos da área de processos gerenciais;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Bolsas de Inclusão Social (PBIS), Monitoria, Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Modalidade Graduação (PIBEX);
- Eventos Científicos (congressos, seminários, mostras e feiras) organizados no campus Colombo e em outros campi do IFPR, bem como em outras instituições. Tais participações podem ser um momento importante para a divulgação das ações de Extensão, Pesquisa e Inovação tanto da Licenciatura em História quanto do campus Colombo em geral.
- Os docentes e estudantes do Curso de Licenciatura em História têm a possibilidade de divulgar os resultados das ações de Extensão, Pesquisa e Inovação por meio de publicação em periódicos (incluindo os periódicos institucionais), bem como por meio da Editora IFPR.

No Curso de Licenciatura em História, as ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade. As atividades de extensão e de interação com a sociedade têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social e cultural, por meio da oferta de cursos e realização de atividades específicas. Tais atividades serão efetuadas tanto por meio de conteúdos curriculares específicos, como os Laboratórios de Ensino, Pesquisa e Extensão em História, entre outras, bem como em atividades desenvolvidas para o público externo, como mostras e simpósios para público externo e cursos de formação continuada para profissionais da Educação Básica do município de Colombo e da Região Metropolitana de Curitiba. Os programas de pesquisa, extensão e inovação também possibilitam parcerias e/ou convênios para o seu fomento.

Cumprir observar que algumas dessas ações previstas poderão, em casos necessários, ser realizadas por meio de ambientes virtuais, possibilitando dialogar com setores de outras regiões, além de estreitar a relação do curso e do IFPR com outros profissionais e instituições.

### 3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O curso explorará as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) de maneira integrada e inovadora, seguindo a proposta dos Institutos Federais de Educação. A incorporação dessas tecnologias no currículo proporcionará uma abordagem mais dinâmica, envolvente e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea. As TDICs serão exploradas através dos seguintes dispositivos:

- Recursos Digitais Interativos:

Criação de recursos digitais interativos, como mapas interativos, infográficos animados, vídeos explicativos e simulações, para ilustrar conceitos históricos de maneira visual e envolvente.

- Bibliotecas Digitais e Repositórios:

Acesso a bibliotecas digitais que oferecem uma ampla gama de materiais, incluindo artigos acadêmicos, livros, imagens e documentos históricos, permitindo que os alunos acessem fontes primárias e secundárias relevantes.

- Produção de Conteúdo Multimídia:

Estímulo à criação de conteúdo multimídia pelos alunos, como podcasts históricos, vídeos-documentários e blogs, como parte das atividades de pesquisa e comunicação.

- Simulações e Jogos Educativos:

Uso de jogos educativos e simulações digitais que permitam aos alunos explorar contextos históricos, tomar decisões e compreender as consequências históricas de forma prática e imersiva.

- Trabalho Colaborativo Online:

Promoção do trabalho em equipe por meio de ferramentas colaborativas online, permitindo que os alunos colaborem em projetos, pesquisas e atividades de aprendizado.

- Análise de Dados e Visualização:

Introdução à análise de dados históricos por meio de ferramentas digitais, permitindo que os alunos explorem tendências, padrões e relações ao longo do tempo.

- Aprendizado Adaptativo:

Integração de plataformas que utilizam aprendizado adaptativo, ajustando o ritmo e o conteúdo do curso de acordo com o progresso individual de cada aluno.

A incorporação das TDIC no curso não apenas enriquecerá a experiência de aprendizado dos alunos, mas também os preparará para lidar com as tecnologias e as formas de pesquisa e comunicação digital cada vez mais presentes na sociedade contemporânea. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação constituem uma gama de recursos que podem ser utilizados no decorrer do Curso Superior de Licenciatura em História, a fim de contribuir no processo de formação dos estudantes de maneira que saibam utilizar essas tecnologias e, também, sejam capazes de desenvolver soluções tecnológicas para diferentes situações sejam elas, produção do conhecimento, compreensão, acesso e compartilhamento de informações ou resolução de problemas.

Para tanto, o campus oferece aos professores acesso à internet, notebook, laboratórios de Informática e salas de aula equipadas com recursos audiovisuais. Como recursos tecnológicos de Informação e Comunicação os docentes e discentes podem fazer uso de: equipamentos de áudio e vídeo, sistemas multimídias, redes sociais, fóruns, blogs, softwares e o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

## **4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **4.1 ESTRUTURA CURRICULAR**

A Lei nº 11.892 de dezembro de 2008, que cria e rege os Institutos Federais, juntamente com as atividades de ensino afirma, no Artigo 6º, como diretrizes para a instituição desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, bem como realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico tecnológico. Desse modo, a prerrogativa da lei de criação do IFPR atenta para a formação e qualificação de cidadãos, desenvolve a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração, adaptação de soluções técnicas e tecnológicas necessárias às demandas sociais. Nesse aspecto reside a importância da pesquisa, da



extensão e da inovação, considerando que articuladas ao ensino contribuem para a constituição de um espírito crítico e com identificação de potencialidades na formação do profissional.

A organização curricular do curso de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo, leva em consideração o contido nas suas Diretrizes Curriculares Nacionais - Resolução CNE/CP nº. 2/2019 e a Resolução IFPR nº 19/2017.

Em consonância com as determinações legais e com a própria concepção do Curso, a estrutura curricular apresentada contempla diretamente as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, Lei nº. 11.645/2008 e Resolução CNE/CP nº 01/2004). Além disso, compõem o curso de forma direta e de forma transversal as temáticas relativas:

- Integra-se a temática da educação ambiental, respeitando o que orienta a Lei nº. 9.795/1999, Decreto nº. 4.281/2002 e Resolução CNE/CP nº. 02/2012.
- Os Processos de Envelhecimento, conteúdo obrigatório em todos os cursos de graduação Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003
- O Conceito de gênero do PNE que é conteúdo obrigatório para todos os cursos de graduação, de acordo com a Nota Técnica nº 24 CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC
- A Educação escolar indígena, quilombola, educação do campo e educação de jovens e adultos, conteúdo obrigatório de acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015
- A temática do Espectro Autista que é conteúdo obrigatório nas Licenciaturas de acordo com a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012
- O componente curricular LIBRAS é obrigatório em todos os cursos de Licenciatura, conforme exara Decreto nº. 5.626/2005 e Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002
- A temática Educação para segurança de trânsito, conforme Lei nº. 9.503/1997
- O Componente Curricular Educação em Direitos Humanos, obrigatório em cursos de licenciatura, conforme Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 e CNE/CP nº. 01/2012

Por fim, nos termos da Resolução CONSUP/IFPR nº 159/2023, constará da organização curricular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A mesma resolução assinala a

necessidade da indicação do Atendimento Educacional Especializado no ementário do curso, o que é atendido na Seção referente às ementas deste PPC. De acordo com a Resolução, o AEE

é ofertado preferencialmente no contraturno do ensino regular e prioritariamente na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) do respectivo campus do IFPR onde o estudante está matriculado. [...] A organização do AEE se dará por meio de atendimento individual ou em pequenos grupos, conforme avaliação do Docente de Educação Especial. [...] A duração e frequência dos atendimentos serão definidas com base nas necessidades dos estudantes identificadas na avaliação do Docente de Educação Especial. (IFPR, 2023)

A distribuição curricular do curso está dividida em três núcleos: I) Núcleo de Formação Geral [azul] (fundamentos da produção do conhecimento e reflexão sobre os sistemas educacionais e práticas pedagógicas); II) Núcleo de Aprofundamento de Conhecimentos Específicos [verde] (componentes específicos para uma Licenciatura na área de História); III) Núcleo de Integração [laranja] (envolvendo a articulação teórica e prática dos núcleos anteriores).

### 4.1.1 Representação Gráfica do Processo Formativo

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
Filosofia da Educação (40h/a)	Psicologia da Educação (40 h/a)	Didática I (60 h/a)	Didática II (60 h/a)	Estágio Curricular Supervisionado I (80h ECS: 20 h/a + 60h de campo)	Estágio Curricular Supervisionado II (80h ECS: 20 h/a + 60h de campo)	Estágio Curricular Supervisionado III (140h ECS: 40 h/a + 100h de campo)	Estágio Curricular Supervisionado IV (180h ECS: 80 h/a + 100h de campo)
Trabalho e Educação (80 h/a)	Organização dos Sistemas Educacionais (80 h/a)	Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em História I (20 h/a + 80h/a PCC)	Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em História II (20 h/a + 100h/a PCC)	Diversidade, Direitos Humanos e Educação (60 h/a)	Relações étnico-raciais na Educação (60 h/a)	Organização de Ambientes e Processos de Aprendizagem (60h/a)	Libras (60h/a)
História dos países centrais no mundo globalizado (72 h/a + 8 h/a PCC)	História da América Latina no mundo globalizado (72 h/a + 8 h/a PCC)	História da África e da Ásia no mundo globalizado (72 h/a + 8 h/a PCC)	História do Brasil no mundo globalizado (72 h/a + 8 h/a PCC)	História da África nos tempos da escravidão atlântica (72 h/a + 8 h/a PCC)	História da África e da Ásia neocoloniais (72 h/a + 8 h/a PCC)	Metodologias de Ensino de História I (80 h/a + 20h/a PCC)	Metodologias de Ensino de História II (80 h/a + 20h/a PCC)
Introdução à Filosofia (80 h/a)	Introdução à Economia Política (40 h/a)	Introdução à Sociologia (80 h/a)	Introdução à Ciência Política (80 h/a)	História da formação da Europa Moderna (72 h/a + 8 h/a PCC)	História da Europa Imperialista (72 h/a + 8 h/a PCC)	Trabalho de Conclusão de Curso I (40 h/a + 60h/a PCC)	Trabalho de Conclusão de Curso II (40 h/a + 80h/a PCC)
Introdução ao Estudo da História (80 h/a)	Teoria e Metodologia da História (80 h/a)	Introdução à Geografia (80 h/a)	Estudos Culturais (80 h/a)	História da América Colonial e Independente (72 h/a + 8 h/a PCC)	História do Paraná (72 h/a + 8 h/a PCC)	Optativa (40 h/a)	Optativa (40 h/a)
Leitura e Escrita Acadêmica (40 h/a)	História Profunda da Humanidade (72 h/a + 8 h/a PCC)	História Antiga (72 h/a + 8 h/a PCC)	História Medieval (72 h/a + 8 h/a PCC)	História da América Portuguesa (72 h/a + 8 h/a PCC)	História do Brasil Império (72 h/a + 8 h/a PCC)	História do Brasil Republicano (72 h/a + 8 h/a PCC)	

#### **4.1.2 Matriz Curricular**

A matriz curricular do Curso Superior de Licenciatura em História busca atender aos pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso (Resolução nº 13, de 13 de março de 2002), a Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019, e a Resolução nº. 19, de 24 de março de 2017 (CONSUP/IFPR).

De acordo com o artigo 2º. e inciso XII do Decreto nº. 8.752, de 09 de maio de 2016, para atender as especificidades do exercício da profissão e os objetivos das diversas etapas e modalidades da educação básica, as instituições de ensino que ofertam cursos de formação de professores deverão ter projetos pedagógicos “[...] que reflitam a especificidade da formação dos profissionais da educação básica, que assegurem a organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorram para essa formação e a sólida base teórica e interdisciplinar e que efetivem a integração entre teoria e as práticas profissionais” (BRASIL, 2016).

Além disso, conforme explica o Parecer CNE/CP nº. 22, de 7 de novembro de 2019, ao longo de sua formação, “os licenciandos devem construir uma base robusta de conhecimento profissional, que lhes permita agir sobre a realidade, apoiar as aprendizagens dos estudantes com os quais estão trabalhando, e que lhes ofereça bases substanciais para continuarem aprendendo ao longo de sua carreira” (BRASIL, p. 13).

A Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019, em seus artigos 10º, 11º, 12º, 13º, 14º e 15º estabelece que todos os cursos de licenciaturas deverão ter carga horária mínima de 3.200 horas (três mil e duzentas), sendo estas distribuídas em três núcleos.

Importante destacar que a carga horária de boa parte dos componentes curriculares estão divididas da seguinte forma: 1) momentos dedicados a conteúdos de natureza científico-cultural, quando o objetivo primordial é o desenvolvimento reflexivo de conjuntos dados de conhecimentos, competências e habilidades específicos, e 2) momentos dedicados à Prática como Componente Curricular (PCC), quando o objetivo primordial é o desenvolvimento prático desses conhecimentos, competências e habilidades.

Em alguns dos componentes curriculares do Núcleo III (Núcleo de Integração) e em todos aqueles que formam o Núcleo II (Núcleo de Aprofundamento de Conhecimentos Específicos), haverá substancial carga horária dedicada à Prática como Componente Curricular – em média, ao

menos um tempo de aula por semana. A presença dos dois tipos de carga horária na grande maioria das disciplinas, sobretudo naquelas do Núcleo II, tem por objetivo a integração dialética constante entre teoria e prática.

O objetivo é que a cada conteúdo trabalhado, os estudantes tenham momentos específicos para a produção prática de atividades, oficinas, materiais e recursos didáticos de diversos tipos relacionados a estes conteúdos. Diferentes tipos de trabalhos de cunho mais prático, utilizando-se diferentes tipos de materiais, também integram o rol de importantes metodologias de ensino para o desenvolvimento dos conteúdos de natureza científico-cultural. Análises de diferentes tipos de recursos didáticos assim como de diferentes formas de fontes primárias serão importantes para o desenvolvimento da reflexão didática e historiográfica do futuro licenciado em História. A realização de seminários e apresentações de curtas pesquisas sobre temas específicos dentro dos componentes curriculares também serão métodos fundamentais para o desenvolvimento da produção desses conhecimentos.

Essa produção será aplicada nas aulas de História na Educação Básica que ocorrem no próprio IFPR Campus Colombo (além de em outras escolas da rede pública com as quais realizamos convênios), o que permite a utilização plena do princípio da integração do ensino nos Institutos Federais para a melhor formação dos professores de História.

Além dessa carga horária distribuída em diversos componentes curriculares, haverá carga horária substancial de Prática como Componente Curricular nas disciplinas de Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História e de Trabalho de Conclusão de Curso. Isso tem por objetivo que todas as atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas pelos estudantes no âmbito desses componentes curriculares impliquem em atividades práticas de ensino na educação básica.

Por fim, há na Matriz Curricular componentes curriculares destinados às práticas extensionistas. Foram destacados componentes específicos para extensão (componentes curriculares que destinam sua carga horária total para desenvolvimento do conteúdo previsto em ementário por meio de atividades de extensão/metodologia extensionista) e componentes não específicos (componentes curriculares que destinam parte de sua carga horária total para desenvolvimento do conteúdo previsto em ementário por meio de atividades de

extensão/metodologia extensionista), conforme detalhado adiante, no item 4.1.5 Curricularização da Extensão.

Desta forma, a organização dos componentes curriculares deste curso ocorre conforme o quadro abaixo:

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ</b>								
(Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008)								
<i>Campus Colombo</i>								
<b>MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA</b>								
Código área do conhecimento do Curso: 70500002								
Base legal: Resolução IFPR nº 19, de de 24/03/2017. Anexos I e II.								
Base legal específica do curso: Resolução CNE/CP nº 02/2002								
Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 181/2024								
<b>Semanas do semestre letivo:</b>					<b>CH em</b>	<b>CH em</b>	<b>% CH</b>	
								<b>Extensão</b>
<b>20</b>					<b>Núme ro de aulas seman ais</b>	<b>Hora- aula (min)</b>	<b>Hora- relógio (min)</b>	<b>Hora- relógio (min)</b>
<b>Períodos</b>	<b>Matriz curricular</b>	<b>Núcle o</b>	<b>Tipo (C, P, ES)</b>	<b>50</b>				
<b>1º</b>	Filosofia da Educação	1	C	2	40	33	0	
<b>Semestre</b>	Trabalho e Educação	3	C	4	80	67	67	

	História dos países centrais no mundo globalizado *	2	C	4	80	67	0
	Introdução à Filosofia	1	C	4	80	67	0
	Introdução ao Estudo da História	2	C	4	80	67	0
	Leitura e Escrita Acadêmica	1	C	2	40	33	0
					0	0	0
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>400</b>	<b>334</b>	<b>67</b>
<b>2º Semestre</b>	Psicologia da Educação	1	C	2	40	33	0
	Organização dos Sistemas Educacionais	1	C	4	80	67	67
	História da América Latina no mundo globalizado *	2	C	4	80	67	0
	Introdução à Economia Política	1	C	2	40	33	0
	Teoria e Metodologia da História	2	C	4	80	67	0
	História Profunda da Humanidade *	2	C	4	80	67	0
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>400</b>	<b>334</b>	<b>67</b>
<b>3º Semestre</b>	Didática I	1	C	3	60	50	0
	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História I *	3	C	1	100	84	17

	História da África e da Ásia no mundo globalizado *	2	C	4	80	67	0
	Introdução à Sociologia	1	C	4	80	67	0
	Introdução à Geografia	1	C	4	80	67	0
	História Antiga *	2	C	4	80	67	0
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>480</b>	<b>402</b>	<b>17</b>
<b>4º Semestre</b>	Didática II	1	C	3	60	50	0
	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História II *	3	C	1	120	100	17
	História do Brasil no mundo globalizado *	2	C	4	80	67	0
	Introdução à Ciência Política	1	C	4	80	67	0
	Estudos Culturais	1	C	4	80	67	0
	História Medieval *	2	C	4	80	67	0
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>500</b>	<b>418</b>	<b>17</b>
<b>5º Semestre</b>	Estágio curricular supervisionado I	3	ES	1	80	67	0
	Diversidade, Direitos Humanos e Educação	1	C	3	60	50	50
	História da África nos tempos da escravidão	2	C	4	80	67	0



	atlântica *						
	História da Formação da Europa Moderna *	2	C	4	80	67	0
	História da América Colonial e Independente *	2	C	4	80	67	0
	História da América Portuguesa *	2	C	4	80	67	0
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>460</b>	<b>385</b>	<b>50</b>
<b>6º Semestre</b>	Estágio curricular supervisionado II	3	ES	1	80	67	0
	Relações étnico-raciais na Educação	1	C	3	60	50	50
	História da África e da Ásia neocoloniais *	2	C	4	80	67	0
	História da Europa Imperialista *	2	C	4	80	67	0
	História do Paraná *	2	C	4	80	67	6
	História do Brasil Império *	2	C	4	80	67	0
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>460</b>	<b>385</b>	<b>56</b>
<b>7º Semestre</b>	Estágio curricular supervisionado III	3	ES	2	140	116	0
	Organização de Ambientes e Processos de Aprendizagem	3	C	3	60	50	50
	Metodologias de Ensino de História I *	2	C	4	100	84	0

	Trabalho de Conclusão de Curso I *	2	C	2	100	83	0
	Optativa	2	C	2	40	33	0
	História do Brasil Republicano *	2	C	4	80	67	6
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>520</b>	<b>433</b>	<b>56</b>
<b>8º Semestre</b>	Estágio curricular supervisionado IV	3	ES	4	180	150	0
	Libras	1	C	3	60	50	0
	Metodologias de Ensino de História II *	2	C	4	100	84	0
	Trabalho de Conclusão de Curso II *	2	C	2	120	100	0
	Optativa	2	C	2	40	33	0
	<b>Subtotal (Total do período)</b>				<b>500</b>	<b>417</b>	<b>0</b>
	<b>DISTRIBUIÇÃO - CARGA HORÁRIA</b>						
(C) Componentes curriculares obrigatórios					2752	<b>2293</b>	
(P) Prática como Componente Curricular (min. 400 horas-relógio)					488	<b>407</b>	
(AC) Atividades Complementares (min. 200 horas-relógio)					240	<b>200</b>	
(ES) Estágio Supervisionado (min. 400 horas-relógio)					480	<b>400</b>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (horas-relógio)</b>						<b>3300</b>	<b>330 (10% curricularização da extensão)</b>

Observação:

Os componentes assinalados com um asterisco referem-se aos componentes curriculares com parte da carga horária dedicada especificamente à Prática como Componente Curricular (PCC). A carga destinada à PCC compõe a carga total do componente curricular.

Resumo total da Carga Horária	h/a	h/r
(C) Componentes curriculares obrigatórios	2752	<b>2293</b>
(P) Prática como Componente Curricular (min. 400 horas-relógio)	488	<b>407</b>
(AC) Atividades Complementares (min. 200 horas-relógio)	240	<b>200</b>
(ES) Estágio Supervisionado (min. 400 horas-relógio)	480	<b>400</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>	3960	<b>3.300 horas-relógio</b>

#### 4.1.3 Componentes Optativos

Os componentes curriculares optativos são aqueles disponíveis para a livre escolha dos estudantes, de um elenco específico indicado na estrutura curricular do curso. São componentes que abordam os conhecimentos considerados complementares à formação profissional pretendida, dos quais o acadêmico poderá cursar aqueles que mais se adequem aos seus interesses profissionais.

O curso de Licenciatura em História oferta uma carga horária total de 280 horas-aula em componentes curriculares optativos, localizados no 7º e 8º semestres, conforme consta na tabela a seguir. Para fins de integralização curricular, os licenciandos devem cursar o mínimo de 80 horas-aulas (66 horas-relógio) de componentes curriculares optativos.

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	CH AULA	CH RELÓGIO
<b>Cinema e História</b>	40	33
<b>Questão Agrária no Brasil</b>	40	33
<b>História dos EUA</b>	40	33
<b>História das religiões</b>	40	33
<b>História do Catolicismo no Brasil</b>	40	33
<b>História do teatro: do global ao local</b>	40	33
<b>Literatura e História</b>	40	33

Os componentes curriculares optativos podem ser alterados, complementados, ampliados a qualquer momento, desde que não haja prejuízo aos estudantes já matriculados e sempre atendendo às demandas e argumentos que os justifiquem.

À medida que novos docentes se incorporam ao quadro, outras propostas de componentes curriculares optativos podem ser apresentadas, discutidas e aprovadas, cumprindo-se os trâmites normais para essa modificação, principalmente junto ao Colegiado de Curso e ao Núcleo Docente Estruturante.

Segue abaixo o ementário dos Componentes Optativos:

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Cinema e História</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2	Componente: 7º período e 8º período
<p><b>Ementa:</b> As relações entre cinema e História. O papel das fontes audiovisuais para o conhecimento histórico. As particularidades do discurso cinematográfico. A função do cinema na produção, reprodução e disputas pela memória. O cinema como ferramenta pedagógica em sala de aula.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Tomé. <b>História e Cinema:</b> dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2011. FERRO, Marc. <b>Cinema e História.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2010. NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla (org.). <b>Fontes Históricas.</b> São Paulo: Contexto, 2008, p.235-289. XAVIER, Ismail. <b>O discurso cinematográfico:</b> a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2008.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. <b>Estudos Históricos,</b> Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 237-250, 1992. RICOUER, Paul. <b>Tempo e narrativa.</b> Campinas: Papirus, 1997. SARLO, Beatriz. <b>Tempo passado:</b> cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <b>Novos Domínios da História.</b> Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.283-300.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Questão Agrária no Brasil</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2	Componente: 7º período e 8º período
<p><b>Ementa:</b> Refletir sobre a questão agrária a partir de uma perspectiva histórica. Compreender a ocupação da terra como uma questão determinada pelas transformações nos modos de produção e nas relações sociais de produção do capitalismo no campo. Os movimentos sociais rurais e a reforma agrária no Brasil. As relações do modelo de agronegócio com as disputas de poder político e econômico no Brasil contemporâneo. Relacionar as formas contemporâneas de produção no campo com as transformações ambientais.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> LINHARES, Maria Yedda; DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. <b>Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2021. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. <b>Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.</b> São Paulo: FFLCH, 2007. POMPEIA, Caio. <b>Formação política do agronegócio.</b> São Paulo: Elefante, 2021. TRASPADINI, Roberta. <b>Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina.</b> Marília: Lutas Anticapital, 2022.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. <b>A questão agrária e o capitalismo.</b> Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. CASTILHO, Alceu. <b>O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.</b> São Paulo: Contexto, 2012. DELGADO, Guilherme. <b>Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).</b> Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. PRADO JR, Caio. <b>A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 2014.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História dos EUA</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2	Componente: 7º período e 8º período
<p><b>Ementa:</b> Introdução às principais transformações econômicas, sociais e políticas dos Estados Unidos da América, da independência ao século XXI.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> JUNQUEIRA, Mary. <b>Estados Unidos: A Consolidação da Nação</b>. São Paulo: Contexto, 2001. KARNAL, Leandro et. al. <b>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</b>. São Paulo: Contexto, 2007. PURDY, Sean. McGlobalização e a Nova Direita. In: KARNAL, Leandro et. al. <b>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</b>. São Paulo: Contexto, 2007. SOLA, José António. <b>Os Índios Norte-Americanos: Cinco Séculos de Luta e Opressão</b>. São Paulo: Moderna, 1995</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> CHAFE, William. Mississippi em Chamas. In: CARNES, Mark (org.). <b>Passado Imperfeito: A História no Cinema</b>. Rio de Janeiro: Record, 1997. FICHOU, Jean –Pierre. <b>A Civilização Americana</b>. Campinas: Papirus Editora, 1990. NARO, Nancy. <b>A formação dos Estados Unidos</b>. São Paulo: Atual Editora, 1991. SELLERS, Charles. <b>Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. _____. Décadas de Discordância. In: <b>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</b>. São Paulo: Contexto, 2007.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História das religiões</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2	Componente: 7º período e 8º período
<p><b>Ementa:</b> Refletir sobre a questão da existência de religiões, possibilitando aos estudantes uma introdução às religiões mais significativas da humanidade. Esta introdução poderá abranger diversas religiões, mas serão enfocadas especialmente o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. O estudo procurará apresentar o surgimento destas religiões em seu contexto histórico, as principais características destas religiões, suas doutrinas, organizações, bem como o seu desenvolvimento histórico.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> ALVES, Ruben. <b>O enigma da religião</b>. Petrópolis: Vozes 1975. ARMSTRONG, K. <b>Uma história de Deus</b> – Quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. DELUMEAU, J. <b>As grandes religiões do mundo</b>. Lisboa: Editorial Presença, 1997. ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das idéias religiosas</b>. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978- 1984, Tomos I a III.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BLACHÈRE, R. <b>O alcorão</b>. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. CASPAR, R. <b>Cristianismo / Islamismo</b>. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1991. JOMIER, J. <b>Islamismo, história e doutrina</b>. Petrópolis: Vozes 1993. KÖNIG, F. &amp; WALDENFELS, H. <b>Léxico das religiões</b>. Petrópolis: Vozes 1998.</p>		



Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História do catolicismo no Brasil</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2	Componente: 7º período e 8º período
<p><b>Ementa:</b> Problematizações acerca da atuação e impactos sócio-históricos da Igreja, dos seus agentes e aos seus praticantes. O catolicismo no mundo colonial – práticas religiosas e sincretismos; a inquisição e os cristãos novos; representações religiosas sobre o além-mar; o catolicismo no império; a questão da república e do laicismo; a romanização e o projeto da neocrandade; o século XX, a Igreja a favor e contra o estado; a Igreja Católica e a Ditadura Civil-Militar; catolicismo, cristianismo e a Nova República</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>  MOTT, Luiz. <b>Bahia: inquisição &amp; sociedade</b>. Salvador: EDUFBA, 2010.  SOUZA, Laura de Mello e. <b>O diabo e a terra de Santa Cruz</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.  SOUZA, Juliana B. de; VAINFAS, Ronaldo. <b>Brasil de todos os santos</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.  SERBIN, Kenneth. <b>Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>  BETHENCOURT, Francisco. <b>História das Inquisições</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.  SIQUEIRA, Sônia A. de. <b>A inquisição portuguesa e a sociedade colonial</b>. São Paulo: Ática, 1978.  SIQUEIRA, Sônia A. de. A disciplina na vida colonial: os regimentos da inquisição. <b>Revista do IHGB</b>, Rio de Janeiro, ano 157, n. 392, p. 497-571.  SARAIVA, A. J. <b>Inquisição e cristãos-novos</b>. Lisboa: Estampa, 1969.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História do teatro: do global ao local</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2	Componente: 7º período e 8º período
<p><b>Ementa:</b> Origens do teatro; o teatro entre as civilizações do Oriente Próximo; Grécia: a tragédia, a comédia; o teatro medieval: religioso, profano e as manifestações religiosas; o renascimento do teatro; o teatro contemporâneo do absurdo e do improviso; o teatro no Brasil, a colônia e os séculos XIX e XX.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            BERTHOLD, Margot. <b>História mundial do teatro</b>. São Paulo: Perspectiva, 2001.            FARIA, João R (dir.). <b>História do teatro brasileiro</b> (vol. I): das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX. São Paulo: Perspectiva: Edições SESCSP, 2012.            _____. <b>História do teatro brasileiro</b> (vol. II): do modernismo às tendências contemporâneas. São Paulo: Perspectiva: Edições SESCSP, 2012.            TELLES, Narciso (org.). <b>Pedagogia do teatro: práticas contemporâneas na sala de aula</b>. Campinas: Papirus, 2015.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            GASSNER, John. <b>Mestres do teatro</b>. São Paulo: Perspectiva, 1974. (vols. I e II).            GUINSBURG, Jacob. <b>Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos</b>. São Paulo: Perspectiva, 2006.            LEITE, Rodrigo Moraes. <b>História do teatro ocidental: da Grécia Antiga ao Neoclassicismo francês (Vol. 1)</b>. Salvador: UFBA, Escola de Teatro; Superintendência de Educação a Distância, 2020.            PRADO, Décio de Almeida. <b>História Concisa do Teatro Brasileiro: 1570-1908</b>. São Paulo: Editora da USP, 1999.</p>		

Campus: Colombo

Curso: Licenciatura em História

Componente Curricular: **Literatura e História**

Carga Horária Total: 40 H/A e  
33 H/R

Aulas por semana: 2

Componente: 7º período e 8º  
período

**Ementa:**

O estatuto da ficção. O discurso ficcional e o discurso histórico: similaridades e particularidades. O romance histórico tradicional. A ficção histórico contemporânea.

**Bibliografia Básica:**

CARREIRA, Shirley; OLIVEIRA, Paulo. **Escritas migrantes: deslocamento e identidade na narrativa brasileira contemporânea**. Aletria, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 15-34, 2018.

JAMESON, Fredric. **O romance histórico ainda é possível?**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 185-203, 2007.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENTON, Seymour. **La Nueva Novela Histórica de la América Latina: 1979-1992**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

**Bibliografia Complementar:**

PERKOWSKA, Magdalena. **Historias híbridas: la nueva novela histórica latinoamericana (1985-2000) ante las teorías posmodernas de la historia**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2008.

PRIETO, Célia. **História y novela: poética de la novela histórica**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra S.A., 1998.

SALMISTRATO, Renan. **O romance: entre a história oficial e a alternativa**. Aletria, v. 28, n. 1, p. 181-200, 2018.

WEINHARDT, Marilene. **Repensando o romance histórico**. Versalete, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 320-336, 2019.

#### **4.1.4 Componentes Eletivos**

Definem-se como componentes eletivos aqueles constantes da matriz curricular de outro curso superior ofertado no IFPR. As disciplinas eletivas são de livre escolha do acadêmico regularmente matriculado, e sua finalidade é propiciar enriquecimento cultural, aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica. Os estudantes terão a faculdade de cursar ou não os componentes eletivos.

#### **4.1.5 Curricularização da Extensão**

Uma das funções sociais das Instituições de Ensino Superior (em especial as Universidade e Institutos Federais de Ensino Técnico e Tecnológico) é o de promover o desenvolvimento social, fomentar projetos e programas de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social. Nesse sentido, o Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996 preconiza que o ensino superior tem como uma das suas finalidades promover a extensão, “visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

A ações de extensão surgem do vínculo entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa. Esse vínculo é estabelecido por meio do diálogo permanente e amplo com as comunidades externas à instituição, tendo por base os diversos conhecimentos produzidos pela sociedade. Com isso, pode-se harmonizar ensino, pesquisa e necessidades socioeconômicas e culturais. Sendo assim, são iniciativas que promovem a interação entre a academia e a sociedade, permitindo que os estudantes apliquem seus conhecimentos em situações reais. Nesse processo, contribui-se para o desenvolvimento social, para a transformação da realidade local, incluindo a própria instituição de ensino superior, e para a formação discente cidadã, crítica e articulada na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

As políticas de implementação da curricularização da extensão são um grande desafio atual para as instituições de ensino e têm à sua frente uma série de questões relacionadas à inserção

destas instituições em suas regiões de atuação (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015). Nos Institutos Federais, além dos cursos oferecidos (Ensino Médio Integrado, Licenciatura, Graduação e Pós-Graduação) existe a possibilidade de oferecimento de cursos de formação, capacitação e qualificação para o público e a efetivação de projetos sociais e ambientais em conjunto com a comunidade, servindo como instrumento de inserção social, aproximando a academia das comunidades adjacentes, bem como em conjunto com o Poder Público, elaborando e articulando políticas públicas por meio da participação em fóruns, consultorias e núcleos específicos de atuação.

Tal compreensão se ancora no Art. 6º da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que traz os seguintes elementos estruturantes da concepção e prática das ações extensionistas na Educação Superior:

- I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Segundo a mesma Resolução, as matrizes curriculares dos cursos superiores devem contemplar a curricularização da extensão em, no mínimo, 10% da carga horária total do curso.

No âmbito do Instituto Federal do Paraná, a extensão é regulamentada pela Resolução IFPR nº 11, de 27 de março de 2018. De acordo com o Art. 8º desta Resolução, as atividades extensionistas típicas são os programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações.

Conforme a Instrução Normativa Reitoria/IFPR nº 1, de 26 de julho de 2021, a curricularização da extensão consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, devendo envolver disciplinas e profissões diversas, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social. Alguns de seus objetivos, presentes no artigo 6º, são:

- garantir impacto na formação e no protagonismo dos estudantes ao contribuir na sua formação integral e como cidadão crítico e responsável.
- promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, por meio dos cursos ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), ressignificando-os.
- promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.
- garantir a organicidade da Curricularização da Extensão como proposta prevista no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).
- ampliar o impacto social e acadêmico dos cursos, expressando o compromisso social da instituição com a produção e a construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável da realidade brasileira.

- buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional, respeitando e promovendo a interculturalidade.

- garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada, promovendo iniciativas que expressem o compromisso social da instituição com diversas áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho; e em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, igualdade de gênero, inclusão e educação indígena.

A opção do Curso de Licenciatura em História do IFPR Campus Colombo é pela oferta da extensão tanto por meio de componentes curriculares específicos de extensão quanto por componentes não específicos de extensão, conforme o Art. 14, incisos I e II, da Instrução Normativa Reitoria/IFPR nº 1/2021. O mesmo artigo, no parágrafo 1, possibilita que em um mesmo curso poderão ser implantadas as duas opções previstas. Ou seja, são oferecidas no Curso de Licenciatura em História tanto unidades curriculares que destinam sua *carga horária total* para desenvolvimento do conteúdo previsto em ementário por meio de atividades de extensão/metodologia extensionista, bem como componentes curriculares que destinam *parte de sua carga horária total* (10 %) para desenvolvimento do conteúdo previsto em ementário por meio de atividades de extensão/metodologia extensionista. Essas unidades curriculares contêm ementário com referências e descrição de atividades - especificando que se utilizará a extensão como concepção didático-pedagógica, além da especificação da carga horária teórica e da carga horária de extensão.

As unidades curriculares voltadas para a curricularização da extensão contêm ementário com referências e descrição de atividades, além da especificação da carga horária teórica e da carga horária de extensão. Os *componentes curriculares específicos* de extensão são: Trabalho e Educação (67 H/R); Organização dos Sistemas Educacionais (67 H/R); Diversidade, Direitos Humanos e Educação (50 H/R); Relações étnico-raciais na Educação (50 H/R); Organização de Ambientes e Processos de Aprendizagem (50 H/R). Já os *componentes curriculares não específicos* de extensão, com sua respectiva carga horária, são: Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em

História I (17 H/R); Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História II (17 H/R); História do Paraná (6 H/R); História do Brasil Republicano (6 H/R).

As cargas horárias de extensão, que de acordo com o Art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa nº 1/2021 devem corresponder a um mínimo de 10% da carga horária de todas as componentes curriculares, estão previstas na Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História, totalizando 330 horas de atividades.



#### 4.2 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

Componente Curricular: <b>Filosofia da Educação</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2 H/A	Componente: 1º semestre
<p><b>Ementa:</b> Filosofia e Filosofia da Educação. Análise crítica do conceito de Educação. A Educação ao longo da história e suas questões filosóficas. O papel da Educação no contexto social. As tendências liberais e progressistas na Educação. A filosofia do cotidiano escolar. A formação do professor. O pensamento educacional frente ao processo de globalização.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            ARANHA, M. L. de A. <b>Filosofia da Educação</b>. São Paulo: Moderna, 1989.            ADORNO, T. <b>Educação e emancipação</b>. Trad. Wolfgang Leo Maar. RJ: Zahar, 1995            CHAUI, M. "Ideologia e Educação". In: <b>Educação e Sociedade</b>. São Paulo: n° 5, jan., 1980.            _____. <b>Convite à Filosofia</b>. São Paulo: Ática, 1995.            MATOS, O. <b>Filosofia a polifonia da razão: filosofia da Educação</b>. São Paulo: Scipione, 1997.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            CURY, C. R. J. <b>Educação e contradição</b>. 6ª.ed. São Paulo: Cortez, 1995.            FREIRE, P. <b>Educação como prática da liberdade</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.            GADOTTI, M. <b>História das idéias pedagógicas</b>. 3ª.ed. São Paulo: Ática, 1995.            _____. <b>Concepção dialética da educação: um estudo introdutório</b>. 9ª.ed. São Paulo: Cortez, 1995.            GENTILI, P.; SILVA, T. T. <b>Neoliberalismo, qualidade total e educação</b>. 3ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.            GENTILI, P. <b>Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação</b>. Petrópolis: Vozes, 1995.            KNELLER, G. F. <b>Introdução à filosofia da educação</b>. 8ª.ed. Trad Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.            LUCKESI, C. C. <b>Filosofia da Educação</b>. 9ª.ed. São Paulo: Cortez, 1994.            NIDELCOFF, M. T. <b>Uma escola para o povo</b>. São Paulo: Brasiliense, 1980.            SAVIANI, D. <b>Educação: do senso comum à consciência filosófica</b>. 6ª.ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1985.            WOLLSTONECRAFT, M. <b>Reivindicação dos direitos da mulher</b>. SP: Boitempo, 2016.</p>		

Campus: <b>Colombo</b>		
Curso: <b>Licenciatura em História</b>		
Componente Curricular: <b>Trabalho e Educação</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (carga horária total para atividades de extensão)	Aulas por semana: 4 H/A	Componente: 1º semestre
<p><b>Ementa:</b> Componente curricular específico de extensão, desenvolvido em interlocução com movimentos sociais da Educação e com a comunidade local. A categoria “Trabalho” e seus aspectos históricos, filosóficos e sociológicos na formação da sociedade, dos homens e mulheres. Relações entre educação escolar e mundo do trabalho dentro do sistema capitalista de produção. A categoria “Trabalho” como princípio educativo. Novas formas de organização no mundo do trabalho, o debate entre as soluções de empreendedorismo e o problema da precarização do trabalho, e suas implicações para a educação escolar. Globalização e reestruturação produtiva e sua influência na educação escolar.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>  ANTUNES, Ricardo. <b>Adeus ao trabalho?</b> São Paulo: Cortez, UNICAMP, 2000.  FRIGOTTO, Gaudêncio. <b>A Produtividade da escola improdutiva:</b> um reexame das relações entre educação e estrutura econômico social e capitalista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.  SAVIANI, Demerval. <b>Escola e Democracia.</b> 42ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012.  SEGNINI, L. R. P. <b>Educação e Trabalho:</b> Uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo, 2000.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>  ANTUNES, Ricardo. <b>Os sentidos do Trabalho:</b> ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.  FERRETI, C. et al. <b>Novas Tecnologias, Trabalho e Educação:</b> um debate multi Curricular. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.  FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. <b>Que fazer:</b> teoria e prática em educação popular. Petrópolis, 1993.  MARTINS, A.; NEVES, L. W. (orgs.). <b>Educação Básica:</b> Tragédia Anunciada? São Paulo: Xamã, 2015.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História dos países centrais no mundo globalizado</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 1º semestre
<p><b>Ementa:</b> A reorganização do centro do sistema mundo após as duas Guerras Mundiais. A consolidação dos Estados Unidos como potência capitalista. A consolidação da União Soviética como potência e o socialismo realmente existente. A Guerra Fria entre as potências. O papel da Europa. A crise econômica da década de 1970. A ascensão do Neoliberalismo nos Estados Unidos e na Europa. A queda do Muro e o fim do bloco socialista. A Nova Ordem Mundial. Guerra ao terror. Imigração e ascensão da Extrema-Direita. Crise da Democracia representativa. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>  ARRIGHI, Giovanni. <b>O Longo Século XX</b>. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: EdUNESP, 1997.  FERREIRA, Jorge Luiz; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (orgs.). <b>O Século XX: O Tempo das Dúvidas</b>. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.  HOBSBAWM, Eric. <b>Era dos Extremos</b>. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.  IANNI, Octávio. <b>Teorias da Globalização</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>  BLACKBURN, Robin (org.). <b>Depois da Queda</b>. O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1993.  HALL, Stuart. <b>A Identidade Cultural na Pós-Modernidade</b>. 10 ed. Rio de Janeiro: DO&amp;A Editora, 2005.  HOBSBAWM, Eric. <b>Mundos do Trabalho</b>: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.  PROST, Antoine; VICENT, Gérard. <b>História da Vida Privada, 5</b>. Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.</p>		

Campus: **Colombo**

Curso: **Licenciatura em História**

Componente Curricular: **Introdução à Filosofia**

Carga Horária Total: 80 H/A e  
67 H/R

Aulas por semana: 4 H/A

Componente: 1º semestre

**Ementa:**

Significado, Natureza e caracterização do conhecimento filosófico. Periodização da História da Filosofia. A filosofia, seus problemas e métodos de abordagem

**Bibliografia Básica:**

CHAUI, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles, volume 1**. SP: Companhia das Letras, 2002.  
 DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Que é a Filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. SP: Edit.34,1993.  
 PRADO JÚNIOR, C. **O que é filosofia**. SP: Brasiliense, 2003  
 REALE, G; ANTISERI, D. **História da Filosofia**. [Tomos I-V ]. SP: Paulus, 1990.

**Bibliografia Complementar:**

ABBAGNANO. N. **Dicionário de Filosofia**. Ed. revista e ampliada. SP: Martins Fontes, 2007.  
 ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. SP: Paz e Terra, 2002.  
 ARISTÓTELES. **Metafísica**. POA: Ed. Globo, 1969.  
 CHAUI, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. SP: Cortez, 2003.  
 CHAUI, M. **O que é ideologia**. SP: Brasiliense, 2003.  
 DELACAMPAGNE, C. **História da filosofia no Século XX**. RJ: Jorge Zahar, 1997.  
 DESCARTES, R. **Meditações**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Jr. 2.ed. SP: Abril Cultural, 1979 (Col. Os Pensadores).  
 HEIDDEGGER, M. **O Que é Isto, a Filosofia?** Trad. De Ernildo Stein. 2. ed. SP: Abril Cultural, 1978. Col. Os Pensadores.  
 JÄGER, W. PAIDEIA. **A formação do homem grego**. SP: Martins Fontes, 2003.  
 KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. SP: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)  
 LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. Trad. Fátima Sá Correia et al. SP: Martins Fontes, 1993.  
 MAESO, B. **As diferenças em Comum: Deleuze, Marx e o Agora**. Curitiba: Appris, 2020  
 MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. SP: Martins Fontes, 1998.  
 NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica**. SP: Companhia das Letras, 1998.  
 PLATÃO. **República**. Tradução de Maria H. R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.  
 VERNANT. J. P. **As Origens do Pensamento Grego**. RJ: Difel, 2002.

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Introdução ao Estudo da História</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R	Aulas por semana: 4 H/A	Componente: 1º semestre
<p><b>Ementa:</b> Conceitos básicos e instrumentos fundamentais da análise histórica; Fontes, Objetos e Métodos da História; A História e seu campo de estudos: o debate acerca da cientificidade da História; O ofício do historiador; Perspectivas Historiográficas; Tempo, Narrativa e Fato Histórico.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            BLOCH, Marc. <b>Apologia da História, ou o ofício do historiador</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.            CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <b>Domínios da História</b>. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011            HOBSBAWM, Eric J. <b>Sobre História</b>. Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2007</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            BURKE, Peter. <b>A Escrita da História</b> (Novas Perspectivas). São Paulo: Editora da UNESP, 1992.            LE GOFF, Jacques. <b>História e memória</b>. Campinas: Unicamp, 1996.            DOSSE, François. <b>A história em migalhas: dos Annales à Nova História</b>. São Paulo: Ed. Ensaio. 1992.            REIS, José Carlos. <b>História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade</b>. RJ: FGV. 2008.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Leitura e Escrita Acadêmica</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2 H/A	Componente: 1º semestre
<p><b>Ementa:</b> Desenvolvimento das habilidades discentes de leitura e escrita acadêmica. As especificidades e formas da leitura e da escrita acadêmica na sociedade contemporânea e em confronto com outros tipos de discurso. Ferramentas e técnicas básicas de pesquisa científica: gerenciadores de referências bibliográficas, levantamento bibliográfico em bases de artigos, fichamentos, bibliografias comentadas e adequação às regras de citação e formatação acadêmica (ABNT).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            BECKER, Howard S. <b>Truques da Escrita:</b> para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.            ECO, Umberto. <b>Como se faz uma tese.</b> São Paulo: Perspectiva, 2014.            FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. <b>Prática de texto para estudantes universitários.</b> Rio de Janeiro: Vozes, 2011.            MEDEIROS, João Bosco. <b>Redação científica:</b> a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            COSTA, Iara; FOLTRAN, Ma. J. (org.). <b>A tessitura da escrita.</b> São Paulo: Contexto, 2013.            GOLDSTEIN, M. S; SELTZER, N.; IVAMOTO, R. <b>O texto sem mistério:</b> leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática Universidade, 2009.            MARCUSCHI, Luiz Antônio. <b>A Produção textual, análise de gêneros e compreensão.</b> São Paulo: Parábola, 2008.            SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> São Paulo: Cortez, 2000.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Psicologia da Educação</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2 H/A	Componente: 2º semestre
<p><b>Ementa:</b> Introdução ao desenvolvimento humano e à Psicologia da Educação. A psicologia científica e sua contribuição para a reflexão didático-pedagógica. Conceito e objetivos da Psicologia na Educação. O desenvolvimento psicológico humano. Diferentes concepções da psicologia do desenvolvimento: Freud, Skinner, Piaget e Vygotsky. As funções cognitivas do aprender. Como aprender? As teorias de aprendizagem. A historicidade das concepções de aprender, ensinar e avaliar. A articulação entre: aprender, ensinar e avaliar. O aprender em uma visão política: o que aprender? O currículo. As representações sociais e a relações interpessoais: professor-aluno, aluno-aluno, aluno-equipe escolar, professor-equipe pedagógica.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> COLL, Cesar; PALACIOS, Jesus &amp; MARCHESI, Alvaro (orgs.) <b>Desenvolvimento Psicológico e Educação</b>. (vol.1) Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. GOULART, Íris Barbosa. <b>Psicologia da Educação</b>: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1997. NUNES, Ana Ignez Belém Lima e SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. <b>Psicologia da Aprendizagem</b>: Processos, teorias e contextos. 3 ed. Brasília, DF: Liber Livros, 2011. VYGOTSKY, Lev. <b>A formação Social da Mente</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1984.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> CARRARA, K. (org) <b>Introdução à psicologia da educação</b>: seis abordagens. São Paulo: Avecamp, 2004 FOUCAULT, M. <b>Vigiar e Punir</b>: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. FIGUEIREDO, Luís Claudio Mendonça e SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. <b>Psicologia, uma (nova) introdução</b>. 3. ed. São Paulo, SP: EDUC, 2014. LANE, Sílvia e CODO, Wanderley (Org.). <b>Psicologia social</b>: O homem em movimento. 14. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012.</p>		

Campus: Colombo

Curso: Licenciatura em História

Componente Curricular: **Organização dos Sistemas Educacionais**

Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (carga horária total para atividades de extensão)

Aulas por semana: 4 H/A

Componente: 2º semestre

**Ementa:**

Componente curricular específico de extensão, desenvolvido em interlocução com Rede de Ensino local (Municipal e Estadual), com a comunidade local e com as diferentes áreas do Campus Colombo. A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. O sistema brasileiro de Educação. A educação na legislação básica e complementar que rege a Educação Básica no Brasil (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Decretos, Resoluções e Pareceres dos Órgãos Normativos). Educação e Direitos Humanos. Políticas públicas da educação Inclusiva no Brasil. Formas de acesso e ensino voltadas para o Espectro Autista. Princípios e estratégias de educação ambiental. A Educação para a segurança no trânsito. Relação entre os atores sociais da instituição escolar. A profissão docente no espaço escolar: análise dos conhecimentos que influenciam a construção de um perfil de professor no mundo contemporâneo.

**Bibliografia Básica:**

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.  
LEHER, Roberto. **Universidade e Heteronomia cultural do capitalismo dependente**. Um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: consequência, 2018.  
MARTINS, André; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Educação Básica: Tragédia Anunciada**. São Paulo, Xamã, 2016.  
SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

**Bibliografia Complementar:**

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: Leitura Crítico Compreensiva**. Petrópolis: Vozes, 1998.  
FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do capitalismo Real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.  
PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). 1998. **Educação Ambiental: Reflexões e Prática Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Vozes. 2008.  
SHIROMA, O. E.; MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.



Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da América Latina no mundo globalizado</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 2º semestre
<p><b>Ementa:</b> Os novos modelos de desenvolvimento na América Latina no pós-guerra. As revoluções na região. As ditaduras empresariais-militares e as resistências no Cone Sul. A América Latina no limiar do século XX. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> AYERBE, Luis Felipe. <b>Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.</b> São Paulo: Ed. Unesp, 2002. BAMBIRRA, Vânia. <b>O capitalismo dependente latino-americano.</b> Florianópolis: Insular, 2015. BETHELL, L (Org.). <b>História da América Latina. Vol. VI: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade.</b> São Paulo: Edusp, 2021. BETHELL, L (Org.). <b>História da América Vol. VII: A América Latina após 1930: Estado e Política.</b> São Paulo: Edusp, 2021.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> FERREIRA, Jorge (org). <b>O populismo e sua história.</b> Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. FIORI, José Luis. <b>O Poder Americano.</b> Rio de Janeiro; São Paulo: PUC-Rio; Boitempo, 2009. MOREIRA, LUIZ Felipe Viel. <b>As Relações Internacionais da América Latina.</b> Petrópolis: Vozes, 2010. SANTOS, Theotônio dos. <b>Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano.</b> Florianópolis: Insular, 2018.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Introdução à Economia Política</b>		
Carga Horária Total: 40 H/A e 33 H/R	Aulas por semana: 2 H/A	Componente: 2º semestre
<p><b>Ementa:</b> O surgimento da economia política e a consolidação do capitalismo. A relação capital/trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Método e objeto da economia nos paradigmas clássico, marxista, neoclássico e keynesiano. Tratamento de questões econômicas atuais no Brasil e no mundo segundo os diferentes paradigmas.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>  HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER, Mark. <b>História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.</b> Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.  MARX, Karl. <b>O Capital: crítica da economia política.</b> Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.  NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. <b>Economia política: uma introdução crítica.</b> São Paulo: Cortez, 2008.  SMITH, Adam. <b>A riqueza das nações.</b> Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>  FURTADO, Celso. <b>Formação econômica do Brasil.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 2007.  HARVEY, David. <b>Para entender O capital: livro I.</b> São Paulo: Boitempo, 2013.  HUBERMAN, Leo. <b>História da riqueza do homem.</b> Rio de Janeiro: LTC, 2019.  KONDER, Leandro. <b>O que é dialética.</b> São Paulo: Brasiliense, 2012.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Teoria e Metodologia da História</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R	Aulas por semana: 4 H/A	Componente: 2º semestre
<p><b>Ementa:</b> Estudo das metodologias e técnicas da História e do fazer historiográfico. Análise dos elementos, condicionamentos e problemas que compõem a construção do saber histórico e sua especificidade na área das Humanidades.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BLOCH, Marc. <b>Apologia da História</b> ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <b>Domínios da História</b>. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <b>Novos Domínios da História</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 HOBSBAWM, Eric. <b>Sobre História</b>. Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1998.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BARROS, José D'Assunção. <b>O Campo da História</b>. Petrópolis: Vozes, 2004. DOSSE, François. <b>A história em migalhas: dos Annales à Nova História</b>. São Paulo: Ed. Ensaio, 1992. FONTANA, Josep. <b>História: análise do passado e projeto social</b>. São Paulo: EDUSC, 1998. GINZBURG, Carlo. <b>Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História</b>. SP: Cia. das Letras, 1989.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História Profunda da Humanidade</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 2º semestre
<p><b>Ementa:</b> Estudo das divisões cronológicas em História e o conceito de História Profunda. “Pré-História” e primeiras formações históricas complexas. A evolução das espécies e o desenvolvimento do gênero homo. Paleolítico superior: revolução cognitiva e conquista do mundo pelo homo sapiens. Neolítico: revolução agrícola e urbana, surgimento do Estado e da escrita. As primeiras sociedades complexas na América. As primeiras sociedades complexas na Ásia: vales dos rios Amarelo e Indo e sudeste asiático. Oriente próximo, Mediterrâneo Oriental e norte da África na Idade do Bronze. O Egito faraônico e o Reino do Kush. Mesopotâmia, Palestina e Pérsia. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            DAVID, Rosalie. <b>Religião e magia no Antigo Egito</b>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.            HARARI, Yuval Noah. <b>Sapiens: uma breve história da humanidade</b>. Porto Alegre: L&amp;PM, 2016.            LIVERANI, Mario. <b>Antigo Oriente</b>. São Paulo: Edusp, 2016</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            GIORDANI, Mario Curtis. <b>História da Antiguidade Oriental</b>. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.            KI-ZERBO, Joseph (org.). <b>História Geral da África</b>. Vol. 1: Metodologia e Pré-História da África. Brasília: Unesco, 2010.            PAGE, Jake; SOFFER, Olga; ADOVASIO, J.M. <b>O sexo invisível: o verdadeiro papel da mulher na Pré-História</b>. São Paulo: Record, 2009.            PROUS, André. <b>O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Didática I</b>		
Carga Horária Total: 60 H/A e 50 H/R	Aulas por semana: 3 H/A	Componente: 3º semestre
<p><b>Ementa:</b>            Concepções de didática e currículo. A escola como organização de trabalho e lugar de aprendizagem do professor. A formação da cultura escolar: interculturalismo. A cultura organizacional do ambiente escolar. Orientações governamentais para a escola. Currículo Escolar: Diretrizes curriculares, Parâmetros Curriculares: Orientações Didáticas. Organização Curricular por eixos temáticos e por Projetos. Organização do conhecimento escolar: disciplinar, interdisciplinar, transversalidade. Os projetos temáticos e a aprendizagem. Projetos Pedagógicos e Projetos Institucionais. Avaliações Nacionais e Institucionais.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            FAZENDA, Ivani C. Arantes. <b>Interdisciplinaridade:</b> história, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 2012.            LIBÂNEO, J. C. <b>Didática.</b> São Paulo: Cortez, 1994.            SAVIANI, Dermeval. <b>Pedagogia histórico crítica:</b> primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Orgs). <b>O sentido da escola.</b> Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2008.            CANDAU, Vera Maria (Org.). <b>Reinventar a escola.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.            FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia:</b> saberes necessários à prática educativa. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.            PIMENTA, S. G. (org.). <b>Saberes pedagógicos e atividade docente.</b> 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História I</b>		
Carga Horária Total: 100 H/A e 84 H/R (80 H/A e 67 H/R de Prática como Componente Curricular; 20 H/A e 17 H/R de atividades de extensão)	Aulas por semana: 1H/A e 4H/A de Prática como Componente Curricular	Componente: 3º semestre
<p><b>Ementa:</b> Componente com parte da carga horária para atividades curriculares de extensão, desenvolvido em interlocução com a Rede de Ensino local (Municipal e Estadual), com os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrados ao Ensino Médio do Campus Colombo, com a comunidade local e com as diferentes áreas do Campus Colombo. Introdução à prática de produção de projetos de pesquisa, ensino e extensão na área de História.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> ANDRÉ, Marli, ed. <b>O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores</b>. Papyrus Editora, 2011. ARÓSTEGUI, Julio. <b>A pesquisa histórica: teoria e método</b>. Bauru: EDUSC, 2006. FONTANA, Josep. <b>História: análise do passado e projeto social</b>. Bauru: EDUSC, 1998.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BURKE, Peter. <b>A Escrita da História</b> (Novas Perspectivas). São Paulo: Editora da UNESP, 1992. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <b>Domínios da História</b>. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. RÜSEN, Jörn. <b>Reconstrução do Passado</b>. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UNB, 2007. VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). <b>Novos Domínios da História</b>. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da África e da Ásia no mundo globalizado</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 3º semestre
<p><b>Ementa:</b> Os processos de descolonização e reorganização dos Estados-Nação na África e na Ásia. As revoluções socialistas e seus desdobramentos internos e externos nos continentes abordados. O Mundo Árabe. África e Ásia na Nova Ordem Mundial. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            HOURANI, A. <b>História dos povos árabes</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1994.            PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes. <b>História da África e dos africanos</b>. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.            PANNIKAR, K.M. <b>A dominação ocidental na Ásia: Do século XV a nossos dias</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2001.            SAID, Edward. <b>Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1990.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            CHOSSUDOVSKY, Michel. <b>Globalização da Pobreza: impactos da política do FMI nos países do Terceiro Mundo</b>. São Paulo: Moderna, 1999.            DAVIDSON, Basil. <b>O fardo do Homem Negro: Os efeitos do estado-nação em África</b>. Porto: Campo das Letras, 2000.            MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (orgs.). <b>Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista</b>. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.            SARAIVA, J. F. S. <b>Formação da África Contemporânea</b>. São Paulo: Atual, 1987.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Introdução à Sociologia</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R	Aulas por semana: 4 H/A	Componente: 3º semestre
<p><b>Ementa:</b> O contexto histórico do surgimento da Sociologia e seu desenvolvimento. Émile Durkheim: método funcionalista e sociologia positivista. Max Weber: individualismo metodológico e sociologia compreensiva. Karl Marx: método dialético e materialismo histórico. A Sociologia no Brasil: a obra de Florestan Fernandes, a Teoria da Dependência e a formação social brasileira.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> DURKHEIM, Emílie. <b>As regras do método sociológico</b>. 4.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014. FERNANDES, Florestan. <b>A revolução burguesa no Brasil</b>: ensaio de interpretação sociológica. 6.ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. <b>A ideologia alemã</b>: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007. WEBER, Max. <b>Economia e sociedade</b>: Fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. 4.ed. Brasília: Editora UnB, 2004.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> DURKHEIM, Emílie. <b>As formas elementares da vida religiosa</b>: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996. MARINI, Ruy Mauro. <b>Subdesenvolvimento e revolução</b>. 4.ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013. MARX, Karl. <b>Capítulo VI (inédito)</b>. Manuscritos de 1863-1867, O capital, Livro I e Enquete operária. São Paulo: Boitempo, 2022. WEBER, Max. <b>A ética protestante e o espírito do capitalismo</b>. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.</p>		



Campus: Colombo

Curso: Licenciatura em História

Componente Curricular: **Introdução à Geografia**

Carga Horária Total: 80 H/A e  
67 H/R

Aulas por semana: 4 H/A

Componente: 3º semestre

**Ementa:** A formação do pensamento geográfico; fundamentos da ciência geográfica; principais correntes do pensamento geográfico; os conceitos na evolução do pensamento geográfico; relações entre Geografia e História; Geografia e ensino de História; espaço e memória; transposição didática e pesquisa em História e Geografia Escolar.

**Bibliografia Básica:**

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.  
 DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.  
 MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.  
 MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia**. Belo Horizonte: UFMG, 1985.  
 BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.  
 BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Perspectiva, 2017.  
 BERQUE, Augustin. **O pensamento-paisagem**. São Paulo: EdUSP, 2023.  
 GREGORY, Derek; Martin, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana, Sociedade, Espaço e Ciência Social**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005  
 HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010  
 HOLZER, Werther. **A geografia humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: Eduel, 2016.  
 LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Borges (org.). **Geografia das ciências, dos saberes e da história da geografia**. São Paulo: Alameda, 2020.  
 MARANDOLA JR., Eduardo; WERTHER, Holzer; OLIVEIRA, Lívia de (org.) **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.  
 MEDEIROS, Paulo César. **Epistemologia da geografia: elementos para apr(e)nder e ensinar a dinâmica do espaço**. Curitiba: InterSaberes, 2017.  
 MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **Ensaios de geografia histórica e história da geografia**. Vitória: EDUFES; Rio de Janeiro: MC&G, 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História Antiga</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 3º semestre
<p><b>Ementa:</b> Estudo dos povos e impérios no mundo entre os séculos X a.C. e V d.C. Os conceitos de História Antiga Ocidental e Antiguidade Clássica e seus papéis como mito de fundação do Ocidente; As possibilidades de uma História Global da Antiguidade; A Idade do Ferro na Afro-Eurásia, difusão da tecnologia do ferro e suas consequências políticas, econômicas e sociais. A expansão banta na África subsaariana. A China no período Zhou; A Índia no período Védico e a Segunda Urbanização; o Mediterrâneo antigo: geografia e história; a integração da Europa meridional, da África setentrional e do Oriente Próximo. As diferentes formações históricas dos diversos povos do Mediterrâneo antigo e as fontes para seu estudo; A Idade do Ferro no Mediterrâneo: o surgimento das Cidades-Estado no mundo mediterrânico; a Grécia e o “mundo das póleis”. A “Era Axial” e seus Império; os Impérios mediterrânicos: Reinos Helenísticos, Cartago e Roma; a formação e o apogeu do Império Romano; a expansão do Cristianismo; grandes migrações e a queda do Império Romano; A Índia Clássica e as fés dárnicas; a China das Dinastias Qin e Han e o confucionismo. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das ideias religiosas</b>. Volume 2: De Gautama Buda ao triunfo do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.            CANFORA, Luciano. <b>O mundo de Atenas</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.            GUARINELLO, Norberto. <b>História Antiga</b>. São Paulo: Editora Contexto, 2013.            WOOLF, Greg. <b>Roma: História de um Império</b>. Casa das Letras, 2015.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            COULANGES, Foustel de. <b>A cidade antiga</b>. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.            FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. <b>China: uma nova história</b>. Porto Alegre: L&amp;PM, 2006.            HINGLEY, Richard. <b>O Imperialismo Romano</b>. Novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010.            MOKHTAR, Gamal (org.). <b>História Geral da África. Vol. II: África antiga</b>. Brasília: UNESCO, 2010.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Didática II</b>		
Carga Horária Total: 60 H/A e 50 H/R	Aulas por semana: 3H/A	Componente: 4º semestre
<p><b>Ementa:</b> O contexto da sala de aula. As influências sociais na sala de aula: as relações interpessoais e intrapessoais. O estudante com necessidades educacionais específicas: problemas e desafios na prática docente. Educação do campo e educação de jovens e adultos. O planejamento da aula. Recursos didáticos no processo de aprendizagem. Organização e seleção dos conteúdos. Visão crítica da transposição didática dos conteúdos. Avaliação da aprendizagem: concepção e instrumentos de avaliação. Conselho de classe.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            CANDAU, Vera Maria (Org.). <b>Reinventar a escola</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.            ESTEBAN, Maria Teresa. <b>O que sabe quem erra?: reflexões sobre avaliação e fracasso escolar</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2001.            FREIRE, Paulo. <b>Educação como prática da liberdade</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.            GASPARIN, João Luiz. <b>Uma didática para a pedagogia histórico-crítica</b>. Campinas: Autores Associados, 2009.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico</b>. São Paulo: Cortez, 2011.            MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. <b>Inclusão escolar: pontos e contrapontos</b>. São Paulo: Summus, 2006.            ROCHA, A. D. C. da. <b>Conselho de classe: burocratização ou participação</b>. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.            SAVIANNI, Demerval. <b>Pedagogia Histórico-Crítica</b>. Campinas: Autores Associados, 2003.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História II</b>		
Carga Horária Total: 120 H/A e 100 H/R (100 H/A e 83 H/R de Prática como Componente Curricular; 20 H/A e 17 H/R de atividades de extensão)	Aulas por semana: 1 H/A + 5 H/A de Prática como Componente Curricular)	Componente: 4º semestre
<p><b>Ementa:</b> Aprofundamento na prática de produção de projetos de pesquisa, ensino e extensão na área de História. Componente com parte da carga horária para atividades curriculares de extensão (20 H/A e 17 H/R), desenvolvido em interlocução com a Rede de Ensino local (Municipal e Estadual), com os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrados ao Ensino Médio do Campus Colombo, com a comunidade local e com as diferentes áreas do Campus Colombo.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> ARÓSTEGUI, Julio. <b>A pesquisa histórica: teoria e método</b>. Bauru: EDUSC, 2006. FONTANA, Josep. <b>História: análise do passado e projeto social</b>. Bauru: EDUSC, 1998. GINZBURG, Carlo. <b>O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. HOBSBAWM, Eric. <b>Sobre História</b>. Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1998</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BLOCH, Marc. <b>Apologia da História, ou o ofício do historiador</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. BURKE, Peter. <b>A Escrita da História</b> (Novas Perspectivas). São Paulo, Editora da UNESP, 1992. RÜSEN, Jörn. <b>Reconstrução do Passado</b>. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UNB. 2007. VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). <b>Novos Domínios da História</b>. Elsevier Brasil, 2012.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História do Brasil no mundo globalizado</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 4º semestre
<p><b>Ementa:</b>            Conjuntura internacional do pós-Guerra e seu impacto sobre o Brasil. Crise do Estado Novo. Populismo e trabalhismo. Governo Gaspar Dutra. Governo Vargas. Crise de 1954 e sucessão presidencial. Governo Juscelino Kubitschek e Plano de Metas. Ideologia desenvolvimentista. Governo Jânio Quadros e crise institucional. Governo João Goulart e as Reformas de Base. O golpe de 1964. Governos da ditadura empresarial-militar. Ditadura e movimentos de resistência. Crise do regime militar. Movimentos da sociedade civil pela redemocratização. Governo Sarney. A constituição de 1988. Neoliberalismo e Estado de Bem-Estar Social. Governo Collor. Governo FHC. Governo Lula e a emergência do Lulismo. Governo Dilma e o Lulismo em crise. Governo Temer e a ascensão de Bolsonaro. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. <b>Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988</b>. Niterói: EDUFF, 2014.            FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). <b>O Tempo da Experiência Democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964</b>. Coleção: O Brasil Republicano, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.            FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). <b>O Tempo da Ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX</b>. Coleção: O Brasil Republicano, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.            LINHARES, Maria Yeda (coord.). <b>História Geral do Brasil</b>. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            FAUSTO, Boris. <b>História do Brasil</b>. 14 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.            RIDENTI, Marcelo. <b>Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv</b>. Rio de Janeiro: Record, 2000.            SANTOS, Theotônio dos. <b>Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2021.            SCHWARCZ, Lilia. <b>História da Vida Privada no Brasil</b>. Contrastes da intimidade contemporânea (v.4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Introdução à Ciência Política</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R	Aulas por semana: 4 H/A	Componente: 4º semestre
<p><b>Ementa:</b> Ciência Política: objeto e características. Principais conceitos da Ciência Política de Max Weber. Partidos, representação e classes sociais. Estado e classes sociais. O Estado Capitalista. Democracia liberal e democracia socialista.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BOBBIO, Norberto. <b>Liberalismo e democracia</b>. São Paulo: Edipro, 2017. CARNOY, M. <b>Estado e teoria política</b>. Campinas: Papiros, 2011. MARX, Karl. <b>O dezoito brumário de Luís Bonaparte</b>. São Paulo: Boitempo, 2011. WEBER, Max. <b>Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva</b>. Volume 2. 4.ed. Brasília: Editora UnB, 2004.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> CLASTRES, P. <b>A sociedade contra o Estado</b>. São Paulo: Editora Ubu, 2017. DAHL, R.A. <b>Poliarquia: participação e oposição</b>. São Paulo: Edusp, 2005. HIRSCH, J. <b>Teoria materialista do Estado</b>. Rio de Janeiro: Revan, 2010. LENIN, N. <b>O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução</b>. São Paulo, Boitempo, 2017.</p>		

Campus: Colombo

Curso: Licenciatura em História

Componente Curricular: **Estudos Culturais**

Carga Horária Total: 80 H/A e  
67 H/R

Aulas por semana: 4 H/A

Componente: 4º semestre

**Ementa:**

Estudo dos múltiplos sentidos para o termo "cultura". A cultura enquanto movimento em busca de poder, como também a procura de outros significados para as relações subjetivas, afetivas e sociais. A emergência das pautas ligadas às identidades. O multiculturalismo e as políticas de reconhecimento. Pós-Modernidade e Pós-colonialismo. A influência da Teoria Literária e o narrativismo. A crítica liberal e marxista às políticas de identidade. Os estudos culturais e a questão de gênero e raça no Brasil. Introdução à teoria dos Estudos Culturais e a relação intertextual e polissêmica entre ela, a literatura e outras formas textuais, a televisão e o cinema, tendo em vista o antes e o depois da revolução gerada pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

**Bibliografia Básica:**

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2015.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: L&PM, 2000.

MATTELARD, Armand. NEVÉU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**. Vol.4. Cortez: SP, 2006.



Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História Medieval</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 4º semestre
<p><b>Ementa:</b>  Estudo dos conceitos de “Idade Média” e “Medievalidade”. Idade Média e História Global. Antiguidade tardia e transição para a Idade Média: reinos sucessores na Europa Ocidental; o Império Romano do Oriente. A expansão das grandes religiões universais: expansão do cristianismo na Europa; surgimento e expansão do Islamismo; expansão do budismo na Ásia. A Globalização arcaica medieval: conexões comerciais e transformações econômicas: Rota da seda; o Saara; o Mediterrâneo. Formas de trabalho e organização econômica: o problema do Feudalismo na Europa e fora da Europa. Formação de Estados e Impérios Medievais Eurasianos: A fragmentação política na Europa; Califado Abássida: apogeu, crise e fragmentação; China nas dinastias Sui, Tang e Yuan; Império Khmer; Reinos e povos africanos sob a expansão do Islamismo. A “expansão europeia” medieval: desenvolvimentos agrários e expansão; o mundo urbano medieval: cultura, sociedade e economia; as transformações econômicas e culturais do final da Idade Média. Os Impérios da América Pré-Colombiana. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>  FASI, Mohammed El; HRBEK, I. (org.). <b>História Geral da África</b>. Vol. III: África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010.  FRANCO JR., Hilário. <b>A Idade Média: nascimento do Ocidente</b>. São Paulo: Brasiliense, 2001.  HOURANI, A. <b>História dos povos árabes</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1994.  PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. <b>História da idade média: textos e testemunhas</b>. São Paulo: Editora UNESP, 2000.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>  BERTAZONI, Cristiana; SANTOS, Eduardo Natalino dos; FRANÇA, Leila Maria (orgs.). <b>História e arqueologia da América indígena</b>. Tempos pré-colombianos e coloniais. Florianópolis: Editora UFSC, 2017.  LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. <b>Dicionário Temático do Ocidente Medieval</b>. Bauru: EdUSC, 2002.  FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. <b>China: uma nova história</b>. Porto Alegre: L&amp;PM, 2006.</p>		

NIANE, Djibril Tamsir (org.). **História Geral da África**. Vol. IV: África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010.

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Estágio Curricular Supervisionado I</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (20 H/A de orientação + 60 horas de atividade de campo)	Aulas por semana: 1H/A de orientação + atividades de campo (60 horas no total)	Componente: 5º semestre
<p><b>Ementa:</b> A Prática de Ensino enquanto parte constituinte fundamental da Formação de Professores. Trajetórias de vida e profissão: outros espaços/tempos de formação. Os espaços educativos e a práticas docentes: as instituições escolares e os projetos educativos; o cotidiano escolar como espaço de reflexão/ação. As diferentes possibilidades de atuação docente e a diversidade dos processos de aprendizagem. Estágio a ser realizado preferencialmente no âmbito de uma escola pública de Ensino Médio, salvo casos excepcionais em que isso não for possível ao licenciando.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido Pimenta. <b>Estágios supervisionados na formação docente</b>. São Paulo: Cortez, 2015. BITTENCOURT, Circe. <b>Ensino de História: fundamentos e métodos</b>. São Paulo: Cortez, 2004. _____. <b>O saber histórico na sala de aula</b>. São Paulo: Contexto, 2004. GUSMÃO, N. M. M. (org.). <b>Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados</b>. São Paulo: Biruta, 2003.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> ALVES, N. GARCIA, R. L. (orgs.). <b>O sentido da escola</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 1999. _____. <b>A invenção da escola a cada dia</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2000. PIMENTA, Selma Garrido. <b>O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?</b> São Paulo: Cortez, 1997. PICONEZ, Stela C. Bertholo. <b>A prática de ensino e o estágio supervisionado</b>. Campinas: Papyrus, 1991. OLIVEIRA, Raquel Gomes de. <b>Estágio curricular supervisionado</b>. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Diversidade, Direitos Humanos e Educação</b>		
Carga Horária Total: 60 H/A e 50 H/R (carga horária total para atividades de extensão)	Aulas por semana: 3 H/A	Componente: 5º semestre
<p><b>Ementa:</b> Componente curricular específico de extensão, desenvolvido em interlocução com movimentos sociais e órgãos públicos de defesa da Diversidade e dos Direitos Humanos. O conceito de Direitos Humanos e sua aplicação na Educação. Os impactos das diversidades sociais e culturais dos estudantes sobre o processo de ensino-aprendizagem. As relações entre educação, práxis pedagógica e o respeito à dignidade da pessoa humana. As diversidades de origem geográfica, de classe, de gênero, de etnia racial e de sexualidade na educação brasileira. Sexualidade – gênero: aspectos bio-psico-históricos e sociais. Sexualidade e geração. Gênero, raça e classe social. Processos de envelhecimento e dignidade humana. Práticas pedagógicas de educação e diversidade.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). <b>Educar em direitos humanos:</b> construir democracia. Petrópolis: Vozes, 2000.            FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia do Oprimido.</b> Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.            SACAVINO, Susana (org). <b>Educação em direitos humanos:</b> pedagogias desde o sul. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.            SAFFIOTI, Heleieth. <b>Gênero, patriarcado, violência.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2015.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            BUTLER, Judith. <b>Problemas de gênero:</b> Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.            FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. <b>Que fazer:</b> teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes, 1993.            LOURO, Guacira L. <b>Gênero, sexualidade e educação:</b> uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.            PEREIRA, Maria Elizabeth et al. <b>Gênero e diversidade na escola:</b> formação de professores/as em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC/Brasília: SPM, 2009.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da África nos tempos da escravidão atlântica</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 5º semestre
<p><b>Ementa:</b> A África sob impacto do tráfico de escravos. Surgimento e expansão do Islã na África: os califados no norte da África e o comércio transaariano; a Islamização da África subsaariana e os Reinos do Sahel. O contato com a Europa e a América e o impacto do tráfico atlântico de escravos sobre as sociedades africanas. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            LOVEJOY, Paul. <b>A escravidão na África:</b> uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.            M´BOKOLO, Elikia. <b>África Negra.</b> História e civilizações. Tomo 1 (Até o século XVIII). Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.            SILVA, Alberto da Costa e. <b>A manilha e o libambo.</b> A África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            HEYWOOD, Linda. <b>Jinga de Angola:</b> a rainha guerreira da África. São Paulo: Todavia, 2019.            MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2014.            OGOT, Bethwell Allan (org.). <b>História Geral da África.</b> Vol. V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.            SILVA, Alberto da Costa e. <b>A enxada e a lança.</b> A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.            THORNTON, John. <b>A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800.</b> Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da formação da Europa Moderna</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 5º semestre
<p><b>Ementa:</b> A formação da Europa e o conceito de “Tempos Modernos”; a ascensão da Europa e seu poder em perspectiva comparada com as sociedades dos outros continentes do período. A Transição do Feudalismo para o Capitalismo e as transformações econômicas na Europa e sua interação com o mundo; Humanismo e Renascimento; Reformas Religiosas: fragmentação da Cristandade e os conflitos religiosos; Cultura popular; Formação das Monarquias soberanas e formas alternativas de organização política; o Absolutismo e a sociedade de Corte; O Antigo Regime e suas hierarquias sociais; Revolução Científica; a crise do século XVII: clima, guerra, demografia e política; Revoluções Inglesas; Iluminismo; Cultura letrada e o reformismo ilustrado. Era das Revoluções na Europa: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            ANDERSON, Perry. <b>Linhagens do Estado Absolutista</b>. São Paulo: Editora Unesp, 2016.            ELIAS, Norbert. <b>O processo civilizador</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994-5, 2 vols.            WEBER, Max. <b>A ética protestante e o espírito do capitalismo</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.            WOOD, Ellen. <b>A origem do capitalismo</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            BURKE, Peter. <b>A cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.            DELUMEAU, Jean. <b>História do Medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada</b>. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.            HILL, Christopher. <b>O Século das Revoluções, 1603-1714</b>. São Paulo: Editora UNESP, 2012.            HOBSBAWM, Eric J. <b>A era das revoluções: Europa, 1789-1848</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da América Colonial e Independente</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 5º semestre
<p><b>Ementa:</b> Introdução ao estudo das Américas. O encontro com os Europeus: invasão, implantação e exploração das sociedades coloniais. A vida nas colônias das Américas sob domínio dos espanhóis, franceses, holandeses e britânicos. Tentativas de reestruturação da ordem colonial e crise. Os processos de independência na América. A formação dos Estados e a invenção das nações. As estruturas político-sociais da América independente. A evolução econômica dos séculos XIX e XX. O “novo” imperialismo britânico na América. A expansão para o Oeste e a Guerra Civil nos Estados Unidos da América. O processo de industrialização nos Estados Unidos da América. As oligarquias e o caudilhismo na América Latina. A Revolução Mexicana. As possibilidades de desenvolvimento industrial relativamente autônomo. As guerras mundiais e a América. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BERNARD, Carmem, GRUZINSKI, Serge. <b>História do Novo Mundo</b>. São Paulo: Cia das Letras, Vol. I, 2001. BETHELL, Leslie (Org.). <b>História da América Latina</b>. São Paulo: EDUSP, 2021. (Vol I-IV) KARNAL, Leandro et al. <b>História dos Estados Unidos</b>: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2008. SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. <b>A América Latina na época colonial</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p>		
<p>Bibliografia Complementar: ANDERSON, Benedict. <b>Comunidades imaginadas</b>. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. BERBEL, Marcia Regina; PAMPLONA, Marco A. (org.). <b>Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (vol.1 - 3). BLACKBURN, Robin. <b>A Construção do Escravismo no Novo Mundo</b>. Rio de Janeiro: Record, 2003. BONILLA, Heraclio. <b>Os conquistados</b>: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. GRUZINSKI, Serge. <b>A colonização do imaginário</b>. Sociedades indígenas e ocidentalização no</p>		

México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.  
PRADO, Maria Ligia. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2014.



Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da América Portuguesa</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 5º semestre
<p><b>Ementa:</b>  Estudo da construção da América Portuguesa no contexto da expansão ultramarina. Os indígenas: cultura e confronto na Colônia. O Estado colonial português no Brasil: história e historiografia. A vida religiosa na colônia: o papel da Igreja Católica. Economia colonial e produção mercantil na Colônia: a escravidão como elemento central da dinâmica colonial. A ocupação do território: o sertão e a descoberta do ouro. Contestações à ordem colonial: as revoltas coloniais. A transição da Colônia ao Império. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>  ALENCASTRO, Luiz Felipe de. <b>O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul</b>. São Paulo: Cia das Letras, 2000.  FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). <b>O Brasil Colonial</b>. V. 1 (1443 - 1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.  _____. <b>O Brasil Colonial</b>. V. 2 (1580-1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.  SCHWARTZ, Stuart B. <b>Burocracia e sociedade no Brasil Colonial, 1550-1835</b>. São Paulo: Perspectiva, 1979.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>  ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. <b>Os índios na história do Brasil</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2010.  FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). <b>O Brasil Colonial</b>. V. 3 (1720 - 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.  MELLO, Evaldo Cabral de. <b>A Educação pela Guerra</b>. São Paulo: Penguin-Companhia, 2012.  SCHWARTZ, Stuart B. <b>Burocracia e sociedade no Brasil Colonial, 1550-1835</b>. São Paulo: Perspectiva, 1979.  SOUZA, Laura de Mello e (org.) &amp; Fernando Novais (coord.). <b>História da Vida Privada no Brasil</b>, v. I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Estágio Curricular Supervisionado II</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (20 H/A de orientação + 60 horas de atividade de campo)	Aulas por semana: 1H/A de orientação + atividades de campo (60 horas no total)	Componente: 6º semestre
<p><b>Ementa:</b> Planejamento e realização do processo de ensino-aprendizagem em História: fundamentos teórico metodológicos, conceitos fundamentais, definição de temáticas, diversidade de estratégias e formas de avaliação do processo. Estágio a ser realizado preferencialmente no âmbito de uma escola pública de Ensino Médio, salvo casos excepcionais em que isso não for possível ao licenciando.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BALDIN, Nelma. <b>A História dentro e fora da escola</b>. Florianópolis: Ed. da EFSC, 1989. BITTENCOURT, Circe. <b>Ensino de História fundamentos e métodos</b>. São Paulo: Cortez, 2018. KARNAL, Leandro (org.). <b>História na sala de aula: conceitos e propostas</b>. São Paulo: Contexto, 2003.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> CERRI, Luís Fernando. “Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM”. In: <b>Revista Brasileira de História</b>, vol. 24, nº 48. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a10v24n48.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a10v24n48.pdf</a>. Acesso em: 26 out. 2023. FAZENDA, Ivani C. Arantes. <b>Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa</b>. Campinas: Papyrus, 1994. FONSECA, Selva Guimarães. <b>Didática e prática de ensino de história</b>. Campinas: Papyrus, 2008. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros &amp; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). <b>Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas</b>. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2007.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Relações étnico-raciais na Educação</b>		
Carga Horária Total: 60 H/A e 50 H/R (carga horária total para atividades de extensão)	Aulas por semana: 3 H/A	Componente: 6º semestre
<p><b>Ementa:</b> Componente curricular específico de extensão, desenvolvido em interlocução com as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, povos de terreiro, etc.) e movimentos sociais da Educação. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Construção da identidade negra e trajetórias escolares. A questão indígena na história do Brasil e suas implicações educacionais. A questão racial na educação e na escola brasileira. Atuação e conquistas do Movimento Negro e Indigenista na educação brasileira. Ações afirmativas e a lei 10.639/03.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            DAVIS, Angela. <b>Mulheres, raça e classe</b>. São Paulo: Boitempo, 2016.            FREIRE, José Ribamar Bessa. <b>Educação escolar indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento</b>. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.            HERNANDEZ, Leila Leite. <b>A África na sala de aula</b>. São Paulo: Summus, 2008.            HOOKS, Bell. <b>Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2013.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            ALMEIDA, Sílvio Luiz de. <b>Racismo estrutural</b>. São Paulo: Pólen, 2019.            PAIXÃO, Marcelo. <b>Desigualdade nas questões racial e social</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003.            SANTOS, Joel Rufino. <b>O que é racismo</b>. São Paulo: Brasiliense, 2005.            SILVA, Tomaz T. (org). <b>Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais</b>. Petrópolis: Vozes, 2000.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da África e da Ásia neocoloniais</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 6º semestre
<p><b>Ementa:</b> As formações políticas e sociais da África e da Ásia entre o século XIX e 1945. Neocolonialismo e Partilha da África: o Imperialismo europeu na África. Neocolonialismo na Ásia: Índia e o domínio inglês; a China Imperial e seu domínio pelas potências estrangeiras; A Indochina francesa; o Imperialismo japonês. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BOAHEN, Albert Adu. <b>História geral da África: VII, África sob dominação colonial, 1880-1935.</b> Brasília: Unesco, 2010. FERRO, Marc (org.) <b>O livro negro do colonialismo.</b> São Paulo: Ediouro, 2004. M´BOKOLO, Elikia. <b>África Negra: História e civilizações.</b> Tomo II (do século XIX aos nossos dias). Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> APPIAH, Kwame A. <b>A casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.</b> Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. PANIKKAR, K.M. <b>A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias.</b> Ed. Saga, 1969. FAIRBANK, John; GOLDMAN, Merle. <b>China: uma nova história.</b> Porto Alegre: L&amp;PM, 2006. HOBSBAWM, Eric. <b>A Era dos Impérios. 1874-1914.</b> Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. METCALF, Barbara; METCALF; Thomas. <b>História concisa da Índia moderna.</b> Edipro, 2013.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História da Europa Imperialista</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 6º semestre
<p><b>Ementa:</b> Transformações sociais e políticas do início do século XIX: formação do movimento operário europeu; liberalismo; socialismo; Revolução de 1830; Revolução de 1848; Comuna de Paris; concentração de capital; Imperialismo; colonialismo; nacionalismo; Internacionais Socialistas; Primeira Guerra Mundial; Revolução Russa; Crise de 1929; regimes fascistas e totalitarismo; Guerra Civil Espanhola; Segunda Guerra Mundial; Romantismo e Realismo; cidade e modernidade; esferas públicas e privadas; cultura burguesa e cultura proletária; sociedade disciplinar; indústria cultural. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> FERREIRA, Jorge Luiz; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (orgs.). <b>O Século XX</b>. Volume 1: o tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. HOBSBAWM, Eric. <b>A Era dos Impérios</b>. 1874-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. _____. <b>Era dos Extremos</b>. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 SAID, Edward. <b>Cultura e imperialismo</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1995.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> ANDERSON, Benedict. <b>Comunidades imaginadas</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. ARENDETT, Hannah. <b>As origens do totalitarismo</b>. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. ELEY, Geoff. <b>Forjando a democracia</b>. A história da esquerda na Europa: 1850-2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. LENIN, Vladimir. <b>Imperialismo: estágio superior do capitalismo</b>. São Paulo: Boitempo, 2021. PERROT, Michelle (org.). <b>História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História do Paraná</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular; 6 H/R de atividades de extensão)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 6º semestre
<p><b>Ementa:</b> Estudo dos processos históricos do Paraná da colonização até os dias atuais. A construção dos ideários paranaenses. Processos de formação histórica e identitária do Paraná e das lutas sociais por meio de fontes históricas e da revisão historiográfica. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas). Componente com parte da carga horária para atividades curriculares de extensão (6 H/R), desenvolvido em interlocução com a Rede de Ensino Local (Municipal e Estadual), os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrados ao Ensino Médio do Campus Colombo e com as instituições de memória no âmbito regional.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BREPOHL DE MAGALHAES, Marion. <b>Paraná: política e governo</b>. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes e SOUZA, Jhonatan U. (Orgs.). <b>Paraná Insurgente: história e lutas sociais</b> - secs. XVIII a XXI. 1ed. Curitiba: Casa Leiria, 2018. NADALIN, S. O., ANDREAZZA, M. L. <b>Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores</b>. Ed. Nova Didática, Curitiba. 2000. WACHOWICZ, Ruy Christovam. <b>História do Paraná</b>. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> DALFRÉ, Liz Andréa. <b>Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado</b>. Curitiba: SAMP, 2014. GUTIERREZ, Horácio. <b>Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830</b>. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 8 n. 16, p.161-188, 1988. _____. <b>Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX</b>. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006. PRIORI, Angelo, et al. <b>História do Paraná: séculos XIX e XX</b>. EDUEM, 2012.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História do Brasil Império</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 6º semestre
<p><b>Ementa:</b> A emancipação política e a construção do Estado imperial: principais correntes historiográficas. As conjurações coloniais, a Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a interiorização da metrópole: revolução e restauração. A construção do Estado imperial brasileiro: unitarismo e federalismo; liberalismo, romantismo e conservantismo; cidadania, escravidão, ordem e exclusão. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            CARVALHO, José Murilo de. <b>A construção da ordem:</b> a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.            COSTA, Emília Viotti da. <b>Da monarquia à República:</b> momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.            SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). <b>História do Brasil Nação:</b> 1808-2010. Crise Colonial e Independência. 1808-1830. Coordenação de Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, Fundación Mapfre, 2011 (vol. 1).            _____. <b>História do Brasil Nação:</b> 1808-2010. A Construção Nacional. 1830-1889. Coordenação de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, Fundación Mapfre, 2012 (vol. 2).</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            CHALHOUB, Sidney. <b>Visões da Liberdade.</b> Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.            FAUSTO, Boris. <b>História do Brasil.</b> São Paulo: EDUSP, 2012.            NOVAIS, Fernando e ALENCASTRO, Luiz Felipe. <b>História da Vida Privada no Brasil.</b> Vol. 2. Império - A Corte e a Modernidade Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1998.            SCHWARCZ, Lilia Moritz. <b>As barbas do imperador.</b> D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Estágio Curricular Supervisionado III</b>		
Carga Horária Total: 140 H/A e 116 H/R 40 H/A de orientação + 100 horas de atividade de campo	Aulas por semana: 2H/A de orientação + atividades de campo (100 horas no total)	Componente: 7º semestre
<p><b>Ementa:</b> As diferentes estratégias de ensino de História na Educação Básica. Planejamento de trabalho docente: identificação de conhecimentos prévios, definição de objetivos e estabelecimento de estratégias de ensino-aprendizagem. Elaboração de oficinas e produção de material didático. Estágio a ser realizado preferencialmente no âmbito de uma escola pública de Ensino Fundamental (Anos Finais), salvo casos excepcionais em que isso não for possível ao licenciando.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <b>Ensino de história: fundamentos e métodos</b>. São Paulo: Cortez, 2018. CARRETERO, Mario. <b>Construir e ensinar as Ciências Sociais e a História</b>. Porto Alegre, Artes Médicas do Sul, 1997. GRINBERG, K. e outros. <b>Oficinas de História: Projeto curricular de Ciências Sociais e História</b>. Belo Horizonte: Dimensão, 2000. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. <b>Ensinar história</b>. São Paulo: Scipione, 2006.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BAGNO, Marcos. <b>Pesquisa na Escola</b>. São Paulo: Loyola, 1999. CANDAU, Vera. <b>Oficinas pedagógicas de direitos humanos</b>. Petrópolis: Vozes, 1995. COOL, César e outros. <b>O construtivismo em sala de aula</b>. São Paulo: Ática, 1997. SASSAKI, Romeu Kazumi. <b>Inclusão Social: Construindo uma sociedade para todos</b>. Rio de Janeiro: WVA, 1997.</p>		



Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Organização de Ambientes e Processos de Aprendizagem</b>		
Carga Horária Total: 60 H/A e 50 H/R (carga horária total para atividades de extensão)	Aulas por semana: 3 H/A	Componente: 7º semestre
<p><b>Ementa:</b> Componente curricular específico de extensão, desenvolvido em interlocução com a Rede de Ensino Local (Municipal e Estadual) e os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrados ao Ensino Médio do Campus Colombo. O ambiente como componente fundamental do processo de aprendizagem. Fundamentos históricos, políticos e sociais da espacialidade da sala de aula tradicional. Dinâmicas de aprendizagem e suas diferentes necessidades espaciais e ambientais. Construção prática de ambientes de aprendizagem por meio da realização de oficinas.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> ALVES, Nilda; GARCIA, Regina L. <b>A invenção da escola a cada dia</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2000. CANDAU, Vera Maria (Org.). <b>Reinventar a escola</b>. Petrópolis: Vozes, 2008. FREIRE, Paulo. <b>Educação como prática da liberdade</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. GAUTÉRIO, Vanda Leci Bueno, RODRIGUES, Sheyla Costa. “Os Ambientes de Aprendizagem possibilitando transformações no ensinar e no aprender”. <b>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</b> 94, nº 237, ago. 2013.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> ALVES, Nilda; GARCIA, Regina L. (orgs.). <b>O sentido da escola</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 1999. CANDAU, Vera. <b>Oficinas pedagógicas de direitos humanos</b>. Petrópolis: Vozes, 1995. CARRETERO, Mario. <b>Construir e ensinar as Ciências Sociais e a História</b>. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1997. JAUME, Maria Antônia Riera. “O Ambiente e a Distribuição de Espaços”. In: ARRIBAS, Tereza Lieixa. <b>Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 363-383.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Metodologias de Ensino de História I</b>		
Carga Horária Total: 100 H/A e 84 H/R (sendo 20 H/A e 17 H/R de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A e 1 H/A de Prática como Componente Curricular	Componente: 7º semestre
<p><b>Ementa:</b> O processo de ensino-aprendizagem em História; linguagens e técnicas; os propósitos e as especificidades do ensino de História. Planejamento de curso; avaliação; estratégias didáticas para o ensino de História. Recursos didáticos. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (20 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BITTENCOURT, Circe (org.). <b>O saber histórico na sala de aula</b>. São Paulo: Contexto, 2006. FONSECA, Selva Guimarães. <b>Didática e prática de ensino de história</b>. Campinas: Papyrus, 2008. KARNAL, Leandro (org.). <b>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</b>. São Paulo: Contexto, 2008. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. <b>Ensinar história</b>. São Paulo: Scipione, 2006.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <b>Ensino de história: fundamentos e métodos</b>. São Paulo: Cortez, 2018. CERRI, Luís Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. In: <b>Revista Brasileira de História</b>, vol. 24, nº 48. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a10v24n48.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a10v24n48.pdf</a>. FAZENDA, Ivani C. Arantes. <b>Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa</b>. Campinas: Papyrus, 1994. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros &amp; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). <b>Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas</b>. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2007.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Trabalho de Conclusão de Curso I</b>		
Carga Horária Total: 100 H/A e 83 H/R (sendo 60 H/A e 50 H/R de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 2 H/A + 3 H/A de Prática como Componente Curricular	Componente: 7º semestre
<p><b>Ementa:</b>            Construção do projeto de pesquisa ou de produção de objeto de aprendizagem. Identificação de discussões teóricas e metodológicas a partir da pesquisa bibliográfica e da consulta às fontes. Construção de uma problemática de pesquisa ou de intervenção no processo de ensino aprendizagem. Definição do quadro teórico e conceitual. Definição de proposta de abordagem metodológica.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b>            ANDRÉ, Marli, ed. <b>O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores</b>. Campinas: Papirus, 2011.            ARÓSTEGUI, Julio. <b>A pesquisa histórica: teoria e método</b>. São Paulo: EDUSC, 2006.            BARROS, Aidil; LEHFELD, N. <b>Projeto de pesquisa: propostas metodológicas</b>. Petrópolis: Vozes, 1998.            KAHLMEYER-MERTENS, Roberto Saraiva et al. <b>Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método</b>. Rio de Janeiro: EdFGV, 2007.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b>            ABRÃO, Janete. <b>Pesquisa &amp; história</b>. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.            MALERBA, Jurandir. <b>A Velha história: teoria, método e historiografia</b>. Campinas: Papirus, 1996.            MORAN, José Manuel. <b>Mudanças na comunicação pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica</b>. São Paulo: Edições Paulinas, 1998.            PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. <b>Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito</b>. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>História do Brasil Republicano</b>		
Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R (sendo 8 H/A de Prática como Componente Curricular; 6 H/R de atividades de extensão)	Aulas por semana: 4 H/A (8 H/A totais de prática espalhadas pelo período)	Componente: 7º semestre
<p><b>Ementa:</b> Estudo da sociedade brasileira a partir da construção da ordem republicana, da mudança institucional e dos movimentos sociais no campo e na cidade. Analisar aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais desde a implantação da República até o fim do governo Vargas, em 1945. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (8 horas). Componente com parte da carga horária para atividades curriculares de extensão (6 H/R), desenvolvido em interlocução com movimentos sociais, rede pública de ensino e comunidade local.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> CARVALHO, José Murilo de. <b>Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 2019. FAUSTO, Boris. <b>A revolução de 1930: História e Historiografia.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 1997. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. <b>O Brasil Republicano: o tempo do capitalismo excludente.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. _____. <b>O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> FAUSTO, Boris. <b>História Geral da Civilização Brasileira.</b> Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, Vols. VIII a XI. GOMES, Ângela Castro. <b>A invenção do trabalhismo.</b> Rio de Janeiro: EdFGV, 2005. PANDOLFI, D. (org.). <b>Repensando o Estado Novo.</b> Rio de Janeiro: EdFGV, 1999 SEVCENKO, Nicolau. <b>Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.</b> São Paulo: Companhia das Letras. 2003.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Estágio Curricular Supervisionado IV</b>		
Carga Horária Total: 180 H/A e 150 H/R (80 H/A de orientação + 100 horas de atividade de campo)	Aulas por semana: 4H/A de orientação + atividades de campo (100 horas no total)	Componente: 8º semestre
<p><b>Ementa:</b> A extensão como parte integrante da formação do licenciando. Abordagens interdisciplinares e transdisciplinaridade para o Ensino de História. Diálogos com disciplinas afins. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade. Projetos e temas integradores. Estágio a ser realizado preferencialmente no âmbito de uma escola pública de Ensino Fundamental (Anos Finais), salvo casos excepcionais em que isso não for possível ao licenciando.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> DOMINGUES, Ivan. <b>Conhecimento e transdisciplinaridade</b>. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001. FAZENDA, Ivani. <b>Didática e Interdisciplinaridade</b>. Campinas: Papirus, 2008. NICOLESCU, Basarab. <b>Educação e transdisciplinaridade</b>. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Representação no Brasil, 2001. SANTOS, Vivaldo Paulo dos. <b>Interdisciplinaridade na sala de aula</b>. São Paulo: Loyola, 2007.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> FAZENDA, Ivani (org.) <b>Práticas interdisciplinares na escola</b>. São Paulo: Cortez, 1991. MENDONÇA, Nadir Domingues. <b>Uma questão de interdisciplinaridade: o uso dos conceitos</b>. Petrópolis: Vozes, 1985. MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. <b>A inteligência da Complexidade</b>. São Paulo: Petrópolis, 2000 RODRIGUES, Angélica Cosenza. <b>Educação ambiental e o fazer interdisciplinar</b>. Araraquara: Junqueira &amp; Marin, 2008.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Libras</b>		
Carga Horária Total: 60 H/A e 50 H/R	Aulas por semana: 3 H/A	Componente: 8º semestre
<p><b>Ementa:</b> Contextualização histórico-social da surdez. Estudos teóricos da Língua Brasileira de Sinais e sua legislação. A inclusão social/educacional da pessoa surda. Cultura e comunidade surda. Noções da linguística aplicada a Libras. Datilografia (Alfabeto brasileiro de sinais). Sinais em Libras. Noções básicas de Libras com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos. Vocabulário específico para o ensino de História.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. <b>Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais:</b> desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011. INES. <b>Espaço: Informativo técnico-científico do INES.</b> Rio de Janeiro, v. Semestral, n. 33, p. 03-128, jan./jun. 2010. LOPES, Maura Corcini. <b>Surdez &amp; Educação.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 2011. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <b>Língua de sinais brasileira:</b> estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BRANDÃO, Flávia. <b>Dicionário ilustrado de Libras.</b> São Paulo: Global, 2011. CAMPELLO, Ana Regina e Souza. <b>Deficiência Auditiva.</b> Indaia: Grupo Uniasselvi, 2009. DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. <b>Atendimento Educacional Especializado:</b> pessoa com surdez. Disponível em: &lt;<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf</a>&gt; SACKS, Oliver W. <b>Vendo vozes:</b> uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Metodologias de Ensino de História II</b>		
Carga Horária Total: 100 H/A e 84 H/R (sendo 20 H/A e 17 H/R de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 4 H/A e 1 H/A de Prática como Componente Curricular	Componente: 8º semestre
<p><b>Ementa:</b> O processo de ensino-aprendizagem em História; linguagens e técnicas; os propósitos e as especificidades do ensino de História. Planejamento de curso; avaliação; estratégias didáticas para o ensino de história. Recursos didáticos. Atividades de prática como componente curricular para a articulação entre o conteúdo da disciplina e a prática pedagógica (20 horas).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BITTENCOURT, Circe (org.). <b>O saber histórico na sala de aula</b>. São Paulo: Contexto, 2006. FONSECA, Selva Guimarães. <b>Didática e prática de ensino de história</b>. Campinas: Papirus, 2008. KARNAL, Leandro (org.). <b>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</b>. São Paulo: Contexto, 2008. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. <b>Ensinar história</b>. São Paulo: Scipione, 2006.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <b>Ensino de história: fundamentos e métodos</b>. São Paulo: Cortez, 2018. CERRI, Luís Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. In: <b>Revista Brasileira de História</b>, vol. 24, nº 48. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a10v24n48.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a10v24n48.pdf</a>. FAZENDA, Ivani C. Arantes. <b>Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa</b>. Campinas: Papirus, 1994. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros &amp; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). <b>Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas</b>. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2007.</p>		

Campus: Colombo		
Curso: Licenciatura em História		
Componente Curricular: <b>Trabalho de Conclusão de Curso II</b>		
Carga Horária Total: 120 H/A e 100 H/R (sendo 80 H/A e 67 H/R de Prática como Componente Curricular)	Aulas por semana: 2 H/A + 4 H/A de Prática como Componente Curricular	Componente: 8º semestre
<p><b>Ementa:</b> Atividade de pesquisa: métodos de análise de fontes. Exposição de resultados de pesquisa e suas diferentes formas: relatórios de pesquisa, comunicações em eventos acadêmicos, artigos acadêmicos e monografias. Produção de objeto de aprendizagem: construção do objeto; testes práticos do objeto em sala de aula; reformulação do objeto a partir dos resultados dos testes; elaboração de manual para professores utilizarem o objeto; elaboração de artigo para divulgação do objeto.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <b>Novos domínios da História</b>. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012. ECO, Umberto. <b>Como se faz uma tese</b>. Perspectiva, 2005. FERREIRA, Luiz Gonzaga Rebouças. <b>Redação científica; como escrever artigos, monografias, dissertações e teses</b>. Edições UFC, 2001. SILVA, Marcos A. da; FONSECA, Selva Guimarães. <b>Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido</b>. Campinas: Papyrus, 2007.</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b> BURKE, Peter. <b>A escrita da história</b>. São Paulo: UNESP, 1992. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <b>Domínios da História</b>. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. PACÍFICO, Juracy Machado; BUENO, José Lucas Pedreira; SOUZA, Ana Maria de Lima (orgs.). <b>Formação docente na universidade em interface com a educação básica: ultrapassar limites, criar possibilidades</b>. Pandion, 2014. VEYNE, Paul Marie. <b>Como se escreve a história</b>. UnB, 1995.</p>		



Componente Curricular: **Atendimento Educacional Especializado**

Carga Horária Total: a depender da condição do estudante	Aulas por semana: a depender da condição do estudante	Componente: Ementa de acordo com a Resolução CONSUP IFPR nº 159/2023
--	---	--

**Ementa:** Flexibilização curricular e adaptações razoáveis aos estudantes com Deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação. Identificação das habilidades e dificuldades dos estudantes e desenvolvimento de suas potencialidades. Enriquecimento curricular para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, autonomia e identidade dos estudantes, públicos da Educação Especial. Uso de tecnologia assistiva e de comunicação alternativa. Trabalho colaborativo em parceria com os outros docentes e intérpretes de Libras. Parceria entre família-escola e promoção das inter-relações sociais.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 11 de dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Resolução n. 04, de 02 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial**. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. 2009.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Sede das Nações Unidas, Nova Iorque, agosto de 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

VIGOTSKI, Lev Semionovich **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. Disponível em: [https://editora.unioeste.br/index.php?route=product/product&product\\_id=186](https://editora.unioeste.br/index.php?route=product/product&product_id=186). Acesso em 11 de dezembro de 2023.

GARCIA, R, M, C (org.). **Políticas de Educação Especial no Brasil no Início do Século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017. .

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL, Ministério da Educação. **O Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências**, Secretaria de Educação Especial, 2011. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em 11 de dezembro de 2023.

MENDES, Katiúscia Aparecida Moreira de Oliveira. **Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia Brasileiros** [manuscrito], 2017. CLXV, 165 f. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8139>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

BARROCO, M. S.; LEONARDO, N. S. T.; SILVA, T. S. A (org.). **Educação Especial e a Teoria Histórico-Cultural: em defesa da humanização do homem**; prefácio Dermeval Saviani. - Maringá : Eduem, 2012.

DIOGO, Maria Fernanda Diogo; GESSER, Marivete (org.). **Abordagem Histórico-Cultural e inclusão escolar: aproximações teóricas**. Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar. Disponível em: <https://proceedings.science/cintedes2019/trabalhos/abordagem-historico-cultural-e-inclusao-escolar-aproximacoes-teoricas?lang=pt-br>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. **A Exclusão dos “Incluídos”: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos**. - 2. ed. - Maringá : Eduem, 2012.

GÓES. Anderson Roges Teixeira; COSTA. Priscila Kabbaz Alves da. (org.). **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva** – vol 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 172p.

## 4.3 AVALIAÇÃO

### 4.3.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem ocorrerá de forma a atender o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, especificamente o inciso V do artigo 24; a Resolução nº 50/2017 do CONSUP/IFPR, que estabelece as normas de avaliação do processo ensino-aprendizagem do Instituto Federal do Paraná e na Resolução nº 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

De acordo com o artigo 24, inciso V da LDB, a avaliação é um processo contínuo e cumulativo, com predominância dos aspectos qualitativos a fim de que sejam priorizados o aprofundamento e o aperfeiçoamento da aprendizagem. Neste sentido, deve prevalecer o desempenho dos estudantes ao longo do ano, em detrimento de uma eventual prova final, valorizando-se as aprendizagens significativas que promovam a construção do conhecimento, a

capacidade de constante aprendizagem, a criatividade e o desenvolvimento humano e integral do estudante.

Neste sentido, a Resolução nº 50/2017 do CONSUP/IFPR ressalta que a avaliação deve estar permeada por três características: diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação, ao ser diagnóstica, fornece informações durante o processo educativo para que se planejem intervenções e procedimentos que levem os alunos a atingir novos patamares de conhecimento. Ou seja, seus resultados servem para explorar, identificar, adaptar acerca das aprendizagens dos alunos, considerando os aspectos que devem ser retomados e/ou aprofundados. Ao ser formativa, configura-se como uma prática que se dá ao longo do processo ensino-aprendizagem, tendo esse processo como foco. Seu caráter é pedagógico e visa detectar possíveis dificuldades no processo para imediatamente corrigi-las. É, portanto, contínua e parte das interações que vão se construindo no interior da sala de aula com os estudantes, o que possibilita a proximidade, o conhecimento mútuo e o diálogo entre professor e aluno. Os resultados permitem o planejamento, as adaptações, o redirecionamento do processo pedagógico para a melhoria da aprendizagem dos alunos. A avaliação somativa sintetiza as aprendizagens no final de um processo educacional que pode ser um ano, um semestre, um bimestre ou outra forma de divisão do período. É pontual e estabelece um resultado das aprendizagens por meio de um balanço somatório da sequência do trabalho realizado. Tem como objetivo informar, certificar e classificar o avaliado para o registro e a publicação dos resultados.

O rendimento escolar será avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes nas diversas atividades propostas, tais como: trabalhos individuais e em grupos, seminários, estudos de caso, testes orais e escritos, autoavaliação, exercícios práticos em laboratório de informática, entre outros. Os resultados obtidos, nos termos da Resolução nº 50/2017, serão traduzidos em conceitos que variam de A até D, sendo:

Conceito A: quando a aprendizagem do aluno foi **PLENA** e atingiu os objetivos propostos no processo ensino-aprendizagem;

Conceito B: quando a aprendizagem do aluno foi **PARCIALMENTE PLENA** e atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem;

Conceito C: quando a aprendizagem do aluno foi **SUFICIENTE** e atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade no processo ensino-aprendizagem;

Conceito D: quando a aprendizagem do aluno foi INSUFICIENTE e não atingiu os objetivos propostos, comprometendo e/ou inviabilizando o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

O conceito mínimo para aprovação no componente curricular é C e a frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) em cada componente curricular (matrícula por componente).

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo, onde a predominância dos aspectos qualitativos se sobrepõe com vistas a priorizar o aprofundamento e o aperfeiçoamento da aprendizagem. Neste sentido, deve prevalecer o desempenho dos estudantes ao longo do ano, valorizando-se as aprendizagens significativas que promovam a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral do sujeito.

Constitui-se num processo intencional que objetiva buscar a emancipação do estudante enquanto profissional e transformador da sociedade. A avaliação terá caráter emancipatório e qualitativo, constituindo um instrumento de reflexão para professores e estudantes.

O processo avaliativo deve ser de caráter permanente e contínuo, propondo valorizar o aprendizado do estudante, desafiando-o a superar seus limites e a reconhecer-se como sujeito questionador, ousado, criativo, crítico, respeitoso de si mesmo e do outro e conhecedor de suas responsabilidades e direitos sociais.

A recuperação dos conteúdos e conceitos será realizada ao longo do período letivo. Ao estudante que não apresentar aproveitamento satisfatório nos diferentes componentes curriculares, será ofertada a recuperação paralela em horário diverso da aula regular (horários de atendimento), a fim de que o professor possa atender de forma mais individualizada e, a partir das dificuldades encontradas, selecionar objetivos e atividades diferenciadas e mais adequadas para efetivar a aprendizagem. Ademais, será assegurado horário para recuperação paralela em dias previamente definidos entre coordenação, professores e alunos. Ainda, a recuperação paralela poderá ser realizada utilizando-se tecnologias virtuais como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do IFPR.

Ressalta-se que é garantida a recuperação paralela ao estudante, tão logo diagnosticadas as dificuldades de aprendizagem como um mecanismo que busca desenvolver e resgatar os conhecimentos necessários à interação do estudante com os conteúdos do currículo. O estudante deverá participar das atividades de recuperação somente o tempo necessário à superação das

dificuldades diagnosticadas. Nos termos do artigo 13, item 3, da Resolução nº 50/2017 do CONSUP/IFPR, “a recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados, ocorrerá a mudança de resultado”.

#### **4.3.2 Plano de Avaliação Institucional**

O SINAES prevê a articulação entre a avaliação da Instituição (interna e externa), a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPR tem por finalidade o planejamento, o desenvolvimento, a condução, a coordenação e a supervisão da Política de Avaliação Institucional, em atendimento aos preceitos, critérios e estratégias legais estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que determinam que a regulação se faça de modo articulado. Desta forma, a autoavaliação é um instrumento obrigatório e tem caráter permanente, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em consonância com os princípios institucionais, definidos e aprovados pela Resolução nº 23 do CONSUP/IFPR, de 14 de dezembro de 2009, modificados pela Resolução nº 38 do CONSUP/IFPR, de 04 de outubro de 2021, que institui a Comissão Própria de Avaliação do IFPR, orientando-se pelas Dimensões e Diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/CONAES/INEP/DAES/MEC), objetivando promover autoconhecimento sobre a realidade institucional, sendo o instrumento que orienta a gestão, quanto ao planejamento institucional com vistas a atingir excelência através do aprimoramento dos processos e incentivando a participação efetiva dos públicos interno e externo. A Avaliação Institucional, portanto, está relacionada com:

- A melhoria da qualidade da educação em seus diferentes níveis de oferta;
- A orientação da expansão de sua oferta;
- O aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- O aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da instituição,
- Por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores
- Democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional é um processo planejado e normatizado no IFPR sendo do entendimento da Comissão Central que se verifique da forma mais abrangente possível, não se restringindo ao âmbito dos cursos superiores, desta forma sua aplicação é realizada em todos os cursos ofertados pelo IFPR e em suas diferentes modalidades. O intuito é mensurar indicadores quantitativos e qualitativos que venham orientar a gestão, em todas as instâncias, para a busca permanente da qualidade, eficiência, eficácia e publicização, entendidas como princípios que agregam valor às atividades desenvolvidas pela Instituição. Neste sentido, o trabalho avaliativo se fortifica por sua utilidade e aplicabilidade, pois, conhecendo as demandas mais específicas das diferentes unidades e setores, se consegue dirigir informações mais precisas às tomadas de decisão, que visam ultimar a (re) orientação das ações no sentido da superação das necessidades institucionais. A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e
- Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da
- CONAES.
- Avaliação Externa – Realizada por comissões designadas pelo INEP, tendo
- Como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos
- Nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independe de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Alguns instrumentos de avaliação externa, como o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE são conduzidos pelas comissões de especialistas nomeadas pelo INPE/MEC, responsáveis pela avaliação de cursos de graduação, que no início eram caracterizados por 10 dimensões e que atualmente foram transformadas em 5 eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

Desta forma, conforme o preceituado, norteando-se pelos princípios da transparência, exequibilidade, fidedignidade e ética, a Comissão Própria de Avaliação deve atuar com autonomia em relação aos demais conselhos e órgãos colegiados e deliberativos existentes na instituição, estruturando-se internamente de acordo com suas necessidades e com os termos de seu regulamento e da legislação em vigor.

Atualmente, a CPA é composta por onze membros, sendo três deles para cada um dos segmentos: Docente; Técnico-Administrativo; Discente, com dois representantes da Sociedade Civil Organizada. Os campi participam com a indicação de dois membros, respectivamente titular e suplente, como representantes da CPA junto a suas unidades.

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fim, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além de atividade-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do IFPR, abrangem toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas, o que garante um melhor entendimento da realidade institucional. A integração da avaliação com os PPC's ocorre pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais, para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

#### **4.3.3 Avaliação do Curso**

A partir das avaliações da CPA e avaliações externas conforme o Sistema Nacional de Avaliação de Cursos Superiores (ENADE, reconhecimento e renovação de reconhecimento), de acordo com os princípios institucionais da referida Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, complementada pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, serão implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação, com vistas a sanar possíveis incongruências e/ou necessidades do curso.

#### **4.3.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso**

A Portaria nº 26, de 25 de maio de 2021, define os critérios para o acompanhamento e avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso. Neste sentido, a proposta prevê anualmente (com a integralização de cada turma) a realização de uma avaliação institucional do Curso no campus, seguindo as dimensões do Art. 41º da Portaria nº 26/2021 do IFPR. Caberá ainda ao Colegiado de Curso e ao Núcleo Docente Estruturante a promoção de ações conjuntas para o saneamento ou melhoria de incongruências apontadas. Também, a depender da necessidade, apontar os ajustes que devem ser efetivados no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

#### 4.4 ESTÁGIO CURRICULAR

De acordo com a Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio é definido como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

A mesma lei define, ainda, que o estágio integra o itinerário formativo do educando, visando ao aprendizado de competências relativas à atividade profissional e à contextualização curricular e que poderá ser obrigatório ou não obrigatório.

Acompanhando as definições dadas pela Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o regulamento de estágio do Instituto Federal do Paraná estabelece como:

estágio obrigatório [...] aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com carga horária determinada e que seja considerado como pré requisito para a aprovação e certificação e [...] estágio não obrigatório aquele que não seja pré-requisito para a aprovação e certificação, realizado de forma opcional, acrescido à carga horária total do curso (BRASIL, 2008).

No âmbito do Curso de Licenciatura em História, as atividades de estágio são normatizadas conforme o Artigo 18º, do anexo II da Resolução CONSUP/IFPR nº 19, de 24 de março de 2017, o estágio supervisionado também encontra amparo legal no âmbito do Instituto Federal do Paraná com a Resolução CONSUP/IFPR nº 82, de 02 de junho de 2022, que regulamenta e normatiza as atividades de estágio curricular nos cursos da instituição. No Campus Colombo há um Regulamento Geral de Estágios (RGE) próprio, autorizado pelo Parecer Consepe nº 39/2020, documento apresentado no Apêndice.

Por fim, é importante destacar que a Resolução CONSUP/IFPR nº 82/2022 estabelece normativa específica para estudantes com deficiência (Art. 42 ao Art.46), que estabelece: o estudante deve frequentar campo de estágio com acessibilidade adequada; o período de realização do estágio poderá ser diferente do indicado no PPC, RGE (desde que previsto no processo de flexibilização curricular do estudante); poderá haver forma alternativa de orientação para estudantes com deficiência; e os estudantes surdos e/ou deficientes auditivos, usuários de Libras como meio de comunicação, poderão entregar seu relatório na modalidade bilíngue.



#### **4.4.1 Características do Estágio**

Carga Horária Estágio Obrigatório: **400 horas-relógio** de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme Anexo II da Resolução nº 19/2017 do CONSUP/IFPR, Art. 17, inciso VI.

Modalidade: **orientação semidireta**, conforme Art. 38, inciso II, da Resolução CONSUP/IFPR nº 82, de 02 de junho de 2022.

Período: **do 5º período ao 8º período**

Os componentes curriculares relacionados aos Estágios Curriculares Supervisionados apresentam particularidades em relação aos demais componentes da matriz curricular. A carga horária destinada a esses componentes é computada considerando momentos de atividades de orientação e de campo. O Estágio Supervisionado prevê momentos de diagnóstico, de discussão e aprofundamento teórico e de intervenção na realidade educacional. As atividades realizadas nas salas de aula do campus referem-se aos momentos em que são promovidos estudos teórico-metodológicos, orientação de planejamentos e encontros nos quais se reflete acerca das atividades de campo realizadas nas escolas – unidades concedentes de estágio.

Desta forma, os componentes curriculares relacionados aos Estágios Curriculares Supervisionados terão suas cargas horárias dispostas conforme a seguir:

Estágio Curricular Supervisionado I (5º período): Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R, divididas em 20 H/A de orientação + 60 horas de atividade de campo

Estágio Curricular Supervisionado II (6º período): Carga Horária Total: 80 H/A e 67 H/R, divididas em 20 H/A de orientação + 60 horas de atividade de campo

Estágio Curricular Supervisionado III (7º período): Carga Horária Total: 140 H/A e 116 H/R, divididas em 40 H/A de orientação + 100 horas de atividade de campo

Estágio Curricular Supervisionado IV (8º período): Carga Horária Total: 180 H/A e 150 H/R, divididas em 80 H/A de orientação + 100 horas de atividade de campo

#### **4.4.2 Convênios de Estágio**

As atividades de estágio são um momento fundamental para a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica de ensino. Tais ações complementam de maneira substancial e fundamental o princípio da integração dialética entre teoria e prática, conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, art.13º, §6º. Por meio da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado, os estudantes desenvolverão uma série de atividades de formação didático-pedagógica.

Em vista de consolidar as atividades de estágio, o Curso Superior de Licenciatura em História do IFPR campus Colombo tem como objetivo que os licenciados possam desenvolver suas atividades preferencialmente em instituições públicas de ensino, tanto de Ensino Médio quanto dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). A princípio, serão buscados convênios com as instituições de ensino (municipais e estaduais) do município de Colombo.

Pela particularidade do campus Colombo estar integrado à Região Metropolitana de Curitiba, haverá também a possibilidade de busca por instituições de ensino dessas localidades, ampliando as oportunidades de estágios para os estudantes do curso.

Outrossim, é preciso considerar que os estudantes do Curso de Licenciatura em História poderão contar também com a possibilidade de realização de atividades de estágio no próprio IFPR campus Colombo, tanto nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio quanto nos cursos de Educação Profissional no nível de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores oferecidos no campus.

Por fim, em vista de ampliar as oportunidades de campo para realização de Estágio Curricular, contemplando a diversidade de experiências e práticas didático-pedagógicas e a partir da perspectiva desta Licenciatura de integrar-se de forma orgânica com a comunidade local, cabe destacar a possibilidade de realização de estágios em espaços formativos da sociedade civil organizada, como organizações de educação popular e movimentos sociais, desde que sejam estabelecidos convênios do campus com os mesmos.

#### **4.5 INTEGRAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, CIVIS E PARTICULARES**

A integração com a Sociedade Civil ocorre seja pela representatividade no CODIC (Colégio de Dirigentes do Campus), ou pelo desenvolvimento de projetos de extensão que envolvem a Comunidade local, docentes e discentes.

A relação com a Comunidade local também ocorre a partir dos Núcleos do Campus, como o NEABI (Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro e Indígena) ou o NAC (Núcleo de Arte e Cultura). Embora estes órgãos de atuação não se restrinjam especificamente à Licenciatura em História, a participação de docentes e discentes viabiliza a aproximação com as diversas temáticas regionais e Instituições públicas do município de Colombo e da Região Metropolitana de Curitiba (Movimentos Sociais, Prefeituras locais, Núcleo Regional de Ensino).

#### **4.5.1 Integração com as redes públicas de ensino e proposição de atividades práticas de ensino para licenciaturas**

Além do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório, a parceria com as Redes Públicas de Ensino ocorre por meio do PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência), ou ainda nos eventos promovidos pelo Curso envolvendo não somente os acadêmicos, como também docentes da Rede Pública local.

Outra possibilidade de aproximação ocorrerá a partir do componente Projetos Integradores de Pesquisa, Ensino e Extensão, onde se pretende desenvolver atividades que envolvam estudantes e docentes da Rede, em cursos de formação continuada.

#### **4.5.2 Integração com o sistema local e regional de saúde (SUS) e proposição de atividades práticas de ensino para áreas da saúde**

Os componentes curriculares dialogam transversalmente com questões que envolvem conceitos de Saúde Integral, como por exemplo – adoecimento docente, adoecimento no trabalho violência doméstica, violências de Gênero.

Nesse aspecto propomos uma maior aproximação com o CRAS (Centro de Referência de Assistente Social) da região, para organização de palestras referentes aos temas, ou mesmo auxílio no tratamento de dados levantados por essas Instituições a partir das notificações registradas.

Destacamos ainda as ações da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do Campus, que estabelece vínculo permanente com esses setores do Município, ou ainda o desenvolvimento de atividades referente ao setembro amarelo.

#### **4.5.3 Integração com os setores públicos, civis e privados**

O Campus Colombo já tem se mobilizado no sentido de atuar em conjunto com a Prefeitura do município, bem como com organizações instaladas em Colombo para desenvolver atividades que beneficiem a comunidade local.

A parceria estabelecida entre o Campus Colombo e a Prefeitura do Município tem sido positiva para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão que o Campus propõe para a comunidade. Recentemente, tem sido discutida a implantação de um parque tecnológico em área vizinha ao Campus que é de propriedade da Prefeitura de Colombo. Os docentes, coordenadores e a direção do Campus Colombo estão envolvidos juntamente com a Prefeitura de Colombo, a ACIC e o Serviço Social da Indústria (SESI) na concepção deste empreendimento que oferecerá aos estudantes oportunidades de formação profissional para sua inserção no mundo do trabalho. Um espaço empresarial compartilhado será disponibilizado para os estudantes e para a comunidade estimulando o desenvolvimento de projetos inovadores que envolvam recursos tecnológicos avançados.

Outra parceria que existe entre o Campus e a Prefeitura de Colombo é a participação dos nossos docentes na capacitação de professores da rede municipal de Ensino. Dois professores de matemática do Campus ministraram capacitação para os docentes desta rede de ensino no início do ano de 2022, na semana pedagógica organizada pela Secretaria de Educação de Colombo. Para o curso de História, a continuidade dessa parceria com a prefeitura é interessante para as necessidades dos estudantes desse curso na realização de estágios em escolas municipais.

O IFPR campus Colombo também tem parceria com a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Uma das parcerias acontece junto ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade, cujos licenciandos realizam seus estágios no campus com os estudantes do ensino técnico, tendo a orientação dos professores de matemática do IFPR Campus Colombo. Outra parceria, que vem ocorrendo desde o início de 2022, é o trabalho colaborativo em modalidade de curricularização da extensão, cujos estudantes das turmas da disciplina de Acessibilidade e

Inclusão Digital da UTFPR desenvolvem semestralmente projetos que objetivam beneficiar estudantes do campus Colombo que apresentam necessidades específicas.

O Campus Colombo tem uma parceria com o Banco Nacional de Empregos (BNE) que oferece suporte para o encaminhamento dos estudantes e egressos para o mundo do trabalho. Vale ressaltar que o BNE tem sua sede no Sítio do Caqui, na mesma rua onde funciona o Campus Colombo. Esta proximidade geográfica proporciona a realização de atividades conjuntas como, por exemplo, a oferta de cursos na área de informática para os estudantes, aos sábados, nas dependências do Campus.

A Coordenação de Estágios do Campus Colombo atua junto aos estudantes para que, durante o curso de suas atividades acadêmicas, já iniciem a aplicação dos conhecimentos no mundo do trabalho. Dezenas de estudantes realizam estágio em organizações em Colombo e em municípios próximos. Professores orientadores acompanham as atividades destes estudantes durante o estágio e a Coordenação da área juntamente com a direção e os orientadores visitam as organizações para conhecer a realidade em que se desenvolve a aquisição de práticas profissionais.

Para acompanhar a realidade das empresas no Município de Colombo, o Campus Colombo tem uma parceria estabelecida com a ACIC cuja sede se situa próxima ao Campus. A presidência da ACIC integra o Colégio de Dirigentes do Campus (CODIC) e participa das discussões sobre temas que dizem respeito às atividades que se desenvolvem bem como às propostas de novos cursos a serem ofertados pelo Campus.

#### 4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com a definição constante no Manual de Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2023), trabalho de conclusão de Curso (TCC) é o “documento elaborado sob a orientação de um docente da área correlata ao tema escolhido, que deve refletir o conhecimento adquirido durante o estudo e/ou pesquisa”, sendo, conforme estabelece a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR (Resolução nº. 55/2011 IFPR), parte integrante do currículo de cada curso.

Conforme o estabelecido pela Resolução nº. 19, de 24 de março de 2017, em seu anexo II, nos cursos de licenciatura do IFPR,

O trabalho final de curso deve ser compreendido como um elemento do itinerário de formação do estudante, resultante do processo de ensino e aprendizagem, das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo do curso e deve estar relacionado ao objeto problematizado, definido previamente com subsídios dos componentes que trabalharão as diferentes metodologias de pesquisa e investigação, e com temáticas voltadas à problematização dos processos de ensino-aprendizagem da educação básica.

O processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso visa ao aperfeiçoamento contínuo e ao crescimento qualitativo dos discentes, garantindo, conforme proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, a orientação acadêmica individualizada, bem como a avaliação e a validação dos resultados alcançados por especialistas competentes da área.

Assim, no curso de Licenciatura em História, o Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentado nas seguintes formas, conforme estabelecido nas normativas institucionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso:

- monografia individual ou artigo acadêmico como resultado final de projeto de pesquisa científica;
- objeto educacional, composto de projeto de atividades de ensino e/ou extensão tais como oficinas, atividades e instrumentos pedagógicos, de grande fôlego, como resultado de projeto de pesquisa sobre o ensino de alguma área da História.

O objetivo geral do Trabalho de Conclusão de Curso na forma de monografia é permitir e fomentar o trabalho e o pensamento científico no âmbito do curso. Assim, a monografia pode constituir importante ferramenta pedagógica ao licenciando, estimulando a leitura e escrita acadêmica, promovendo o pensamento crítico e reflexivo, posicionando-se frente aos desafios históricos da realidade local, regional, nacional e global. Tais características são habilidades relevantes ao licenciando em História.

Por sua vez, o objetivo geral do TCC na forma de objeto educacional é permitir e fomentar o trabalho e o pensamento crítico de planejamento e elaboração de atividades inovadoras de ensino de História no âmbito do curso, constituindo-se importante ferramenta pedagógica ao licenciando. Esse objeto educacional pode permitir o estímulo à leitura e à reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem, promovendo o pensamento crítico e reflexivo, posicionando-se frente aos

desafios educacionais da realidade local, regional, nacional e global. Tais características são habilidades relevantes ao licenciando em História.

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente obrigatório para a integralização do curso, estando dividido nas disciplinas *Trabalho de Conclusão de Curso I* e *Trabalho de Conclusão de Curso II*. Em ambos, o estudante será orientado por um docente de Licenciatura em História do Campus Colombo ou docente do IFPR autorizado pela coordenação do curso. O vínculo de orientação deverá ser formalizado na Coordenação do curso. As cargas horárias de ambos os componentes curriculares se dividem em uma parte voltada para conteúdos de natureza científico-cultural, que servirão para as reuniões de orientação, e uma parte voltada para a prática como componente curricular, a qual o licenciando deverá utilizar para desempenhar suas atividades de prática de pesquisa, no caso de um projeto de pesquisa, ou de estudo, avaliação e experimentação das propostas educacionais, no caso de um projeto de objeto educacional.

Para a disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso I*, o aluno deverá apresentar uma proposta de projeto de pesquisa ou objeto educacional ao orientador escolhido previamente. A avaliação da disciplina consiste na entrega, por escrito, do projeto desenvolvido durante o período. A avaliação será feita pelo orientador. A disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso II* consiste na produção efetiva da monografia ou artigo individual ou do objeto educacional. O Trabalho de Conclusão de Curso será defendido em sessão pública perante banca examinadora constituída por, no mínimo, dois membros docentes da Instituição, sendo um, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A participação de docentes de outras IES na banca examinadora será permitida a membros credenciados pela coordenação do curso.

#### 4.7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em uma sociedade em constante transformação, é importante que um dos percursos formativos do licenciando seja aprender a aprender. Dessa forma, a curiosidade e a observação devem ser as premissas de qualquer processo educativo, principalmente quando se trata de um curso de licenciatura.

As Atividades Complementares têm a função de ampliar as atividades acadêmicas para além da sala de aula. Seus objetivos são complementar a formação social, humana e profissional

do estudante, por meio de atividades de cunho comunitário, de assistência acadêmica, de iniciação científica e tecnológica, podendo ser estendidas tanto às atividades esportivas e culturais quanto aos intercâmbios com outras instituições de ensino.

Serão consideradas Atividades Complementares as seguintes atividades: participação em eventos ou projetos de extensão; participação em projetos de pesquisa ou de ensino; participação em eventos como: semanas de estudos, congressos, seminários, mesas redondas, simpósios, encontros, jornadas, palestras e conferências; publicações; apresentação de trabalhos em eventos; cursos de idiomas e atividades esportivas, como participação em maratonas ou torneios esportivos. Para a validação da carga horária serão consideradas apenas aquelas atividades que foram desenvolvidas após o ingresso do estudante no IFPR.

A normatização destas atividades será regida pelo regulamento das Atividades Complementares do Ensino Superior do Campus Colombo. Aos alunos caberá cumprir a carga horária mínima determinada pelo curso ao longo do seu período de formação. Abaixo, é apresentado uma tabela relacionando o aproveitamento da carga horária com o tipo de atividade desenvolvida pelo estudante.

As Atividades Complementares não serão avaliadas por conceito ou nota, sendo consideradas as cargas horárias das atividades e realizando a equivalência em carga horária de acordo com o tipo de atividade desenvolvida.

O estudante poderá desenvolver essas atividades desde o início do curso. Contudo, para efeitos de validação da carga horária, o estudante deverá submeter à secretaria acadêmica os documentos comprobatórios (certificados, declarações, programas de eventos, publicações, etc.) quando estiver cursando o último ano do curso. Para que as 200 horas de Atividades Complementares necessárias sejam validadas, deverá ocorrer o deferimento do pedido, que será concedido pela Direção de Ensino juntamente com a Coordenação do Curso. Fica estabelecido que os alunos deverão apresentar os documentos comprobatórios até 60 dias antes do encerramento do último semestre do curso para que haja tempo hábil para a análise documental e validação das horas que forem julgadas pertinentes às atividades desenvolvidas.

Quadro 10 - Carga horária para validação das Atividades Complementares

<b>Tipo de atividade</b>	<b>Carga horária mínima</b>	<b>Carga horária máxima</b>
--------------------------	-----------------------------	-----------------------------



Participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão	10 horas	100 horas
Participação em projetos de ensino	10 horas	100 horas
Oferecer cursos, oficinas e palestras relacionadas ao curso	4 horas	80 horas
Participação em eventos (congressos, encontros, seminários, simpósios, mostras)	4 horas	20 horas
Apresentação de posters ou outros trabalhos em eventos relacionados com o curso	Cada apresentação equivale a 20 horas	80 horas
Publicação de artigos científicos	Cada artigo equivale a 50 horas	100 horas
Publicação de artigos culturais em jornais e revistas	Cada publicação equivale a 10 horas	80 horas
Publicação de resumos em anais de eventos	Cada publicação equivale a 10 horas	80 horas
Desenvolvimento de software/sites de interesse	Cada trabalho concluído equivale a 20 horas	80 horas
Organização de eventos institucionais	Cada evento equivale a 20 horas	80 horas
Intercâmbios institucionais	4 horas	50 horas
Atividades esportivas (maratonas, jogos universitários etc.)	4 horas	80 horas

**Observação:** Outras atividades que não estejam contempladas na tabela acima serão avaliadas pelo colegiado do curso.

## **5. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES**

### **5.1 FORMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA**

Quanto ao ingresso de estudantes, o qual se dá por meio de Processo Seletivo, o IFPR tem como base, principalmente, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências; o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711; a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam os documentos supracitados (PDI/IFPR,2019-2023).

A distribuição das vagas ocorrerá da seguinte maneira:

I – 60% (sessenta por cento) são reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, em cursos regulares no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); ou tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), do Exame Nacional do Ensino Médio(Enem), ou de exames de certificação de competência ou de avaliação jovens adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino. Esse percentual será distribuído da seguinte maneira:

a) 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos: autodeclarados pretos, pardos e indígenas com deficiência; autodeclarados pretos, pardos e indígenas; pessoas com deficiência;

b) 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal superior a 1,5 (uma vírgula cinco) salário-mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos: autodeclarados pretos, pardos indígenas com deficiência; autodeclarados pretos, pardos e indígenas; pessoas com deficiência;

II – 10% (dez por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso turma são reservadas aos candidatos autodeclarados pretos ou pardos;

III – 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso turma são reservadas aos candidatos autodeclarados indígenas;

IV – 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso turma são reservadas aos candidatos com deficiência;

V – 20% (vinte por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso da turma são reservadas à concorrência geral.

Nas primeiras semanas de aula serão promovidas atividades de acolhimento, envolvendo docentes, técnicos, ex-alunos e convidados externos. Durante o período escolar, caberá ao Colegiado orientar e acompanhar a vida acadêmica dos alunos ingressantes no Curso. O PDI (2019-2023) do campus Colombo prevê os seguintes estímulos à permanência dos estudantes:

- Fortalecimento da equipe multidisciplinar do campus que deverá, em conjunto com a direção de ensino e coordenações de ensino e cursos, elaborar, acompanhar e avaliar ações de assistência estudantil.

- Implementação de atividades complementares com o intuito de promover a participação de todos os discentes que ingressam na instituição.

- Implantação de aulas de atendimento, a recuperação paralela contínua e o atendimento ao discente do campus.

- Organização de atividades esportivas e culturais voltadas à comunidade interna e externa.

- Incentivo e apoio a participação de docentes, técnicos e discentes projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidos no Campus, no IFPR e em Instituições parceiras.

- Fortalecimento de parcerias que possibilitem a integração IFPR-Campus Colombo - Empresas - Comunidade visando promover ingresso dos discentes no mundo do trabalho.

- Criação de espaços adequados para alimentação dos discentes do Campus.

- Realização de estudo com o objetivo de verificar a viabilidade de implantação do refeitório no Campus Colombo.

### **5.1.1 Programas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social e Assistência estudantil**

A Assistência Estudantil, pautada na Política Nacional da Assistência Estudantil –PNAES – Decreto nº 7.234/2010, tem como finalidade ampliar as condições de acesso, permanência e êxito

dos estudantes no IFPR. As ações planejadas a partir dessa política buscam aprimorar o desenvolvimento intelectual e humano da comunidade acadêmica contemplada pelos benefícios, sobretudo porque estão articuladas ao tripé ensino, pesquisa e extensão (PDI/IFPR, 2019-2023). A Assistência Estudantil é orientada por princípios e diretrizes institucionais que se configuram como fundamentos para a elaboração e a execução de programas e ações, estabelecendo-se de forma transversal a todos os setores que compõem a Instituição (PDI/IFPR, 2019-2023). Os Programas Institucionais de Bolsas de Estudos são regulamentados pelas Resoluções CONSUP nº 11/2009 e nº 53/2011.

A política de Assistência Estudantil do IFPR se apoia nos princípios da educação pública e de qualidade para todos, que promovam a formação integral, com justiça e respeito à diversidade. Para isso, efetiva-se por meio de Programas Institucionais, de parcerias com órgãos de fomento do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal, além das cooperações eventuais com a iniciativa privada e demais organizações, possuindo, cada uma, seus critérios de participação. O Curso Superior de Licenciatura em História, pensado a partir dos mesmos princípios, poderá ser beneficiado com os seguintes Programas:

- Programa de Apoio à Participação em Eventos Estudantis: concorrem estudantes regularmente matriculados, com a finalidade de participar de evento acadêmico da área relacionada ao curso, mediante critérios de edital específico e disponibilidade orçamentária da Instituição;
- Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS): consiste em oportunizar aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica condições de permanência nos cursos, participando com mais dedicação das ações acadêmicas. O critério de participação no PBIS está vinculado à condição socioeconômica dos estudantes e sua forma de ingresso na instituição. Está regulamentado pela Resolução CONSUP nº 64/2010;
- Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC: voltado ao desenvolvimento do pensamento científico e das práticas de investigação científica para estudantes de Graduação. Recebe suporte de Programas de Iniciação Científica de agências de fomento. Insere-se no contexto do incentivo ao desenvolvimento de pesquisas no curso e a partir do curso, estimulando articulação com futuros cursos de Pós-Graduação e visando contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Podem concorrer a esse tipo de Bolsa os estudantes selecionados

para atuar em projetos coordenados por docentes ou técnicos administrativos. Recebe regulamentação da Resolução CONSUP nº 11/2011;

- Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Araucária (PIBIC-FA): voltado para o desenvolvimento do pensamento e das práticas de iniciação à pesquisa para estudantes de Graduação, com recursos repassados pela Fundação Araucária do Governo do Estado do Paraná. Podem concorrer a esse tipo de Bolsa os estudantes selecionados para atuar em projetos coordenados por docentes;

- Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex): tem a finalidade de incentivar as atividades de extensão, produzindo e divulgando conhecimentos a partir da realidade local e dos fatores de maior impacto na região, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. Os projetos de extensão possuem maior integração com a sociedade, sendo a comunidade externa um dos principais espaços para o desenvolvimento de produtos gerados nas ações de extensão. Podem concorrer a esse tipo de Bolsa os estudantes selecionados para atuar em projetos coordenados por docentes ou técnicos administrativos;

- Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador (PIBIN): tem a finalidade de estimular o desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo, além do desenvolvimento tecnológico através de processos de investigação, produção e formação para o mundo do trabalho. Podem concorrer a esse tipo de Bolsa os estudantes selecionados para atuar em projetos coordenados por docentes ou técnicos administrativos;

- Programa de Auxílio Complementar aos Estudantes (PACE): regulamentado pela IIP PROENS/IFPR nº 20/2012, objetiva oferecer apoio e condições de permanência e conclusão do curso aos estudantes regularmente matriculados, que comprovem situação de vulnerabilidade social. O recurso do PACE pode ser propiciado por meio de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio transporte;

- Programa Bolsa Atleta: voltado a estudantes que participam de projetos ligados à prática esportiva. Podem concorrer a esse tipo de Bolsa os estudantes selecionados para atuar em projetos da área de esportes coordenados por docentes;

- Programa Bolsa Monitoria: consiste na atividade de monitoria para estudantes que possuem bons rendimentos e desempenho no curso. Podem concorrer a esse tipo de Bolsa os estudantes selecionados para serem orientados por docentes de componentes curriculares específicos;

A concessão das bolsas e auxílios estudantis está condicionada a editais ou à participação semanal - por 12 (doze) horas - em projetos coordenados por docentes e/ou técnicos do Campus Colombo, de acordo com a natureza do Programa. A esse critério são exceções o PACE e o Programa de Apoio à Participação em Eventos, que possuem normas específicas.

Além dos Programas expostos, a Instituição inova e busca se adequar às necessidades da sociedade, subsidiando muitas outras ações que incentivam o desenvolvimento dos estudantes. Entre essas ações, merecem destaque as Feiras de Inovação Tecnológica (IFTech), Os Núcleos de Educação em Direitos Humanos, os Jogos escolares (JIFPR) e o Seminário de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (SE<sup>2</sup>PIN), eventos nos quais os estudantes podem apresentar artigos, projetos e protótipos em desenvolvimento. Importante salientar que as ações de inovação respondem às diretrizes da Resolução Consup/IFPR nº 04, de 28 de março de 2019, que instituiu a Política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito do IFPR. Assim, também são incentivados pela instituição programas e eventos direcionados à inovação, como:

- Programa institucional de desenvolvimento tecnológico e inovação (PRADI): tem por finalidade contribuir técnica e financeiramente, por meio de bolsas para os estudantes de nível médio e graduação e de auxílio financeiro aos coordenadores, para a aquisição de recursos materiais e serviços que auxiliarão no desenvolvimento dos projetos selecionados.

- Programa institucional de bolsas em desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBITI): tem por objetivo estimular os estudantes dos cursos de graduação nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.

- Feira de inovação tecnológica (IFTech): representa um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos por meio de projetos que apresentam ao menos um dos seguintes tipos de inovação: de produto; de serviço; de processo; de marketing; de negócio e/ou organizacional. Procura incentivar projetos que desenvolvem inovação, por meio de auxílio financeiro, a ser repassado aos coordenadores dos projetos, para o desenvolvimento de protótipos e/ou modelos a serem apresentados na feira.

- Workshop de tecnologias agroindustriais (IFAgroTech): constitui-se em um workshop que procura conhecer as demandas locais, em termos de tecnologias e/ou inovação, voltadas à agroindústria ou à agricultura familiar, por meio da caracterização dos gargalos, principalmente tecnológicos, com o escopo de idealizar e desenvolver projetos para que os pesquisadores do IFPR

– servidores e discentes – idealizem e testem soluções para problemas identificados, por meio da inserção de estudantes com interesse resolutivo na comunidade local.

- Olimpíada de Robótica: representa um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes e que poderão ser utilizados em competições internas e/ou externas.

- Mostra de Lançamento de Foguetes: representa um espaço de exposição de protótipos, desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes, que poderão ser utilizados em competições internas e externas. A construção de protótipos deve estar associada aos níveis 3 (combustível água e ar comprimido) e 4 (combustível vinagre e bicarbonato de sódio) dos tipos de foguetes.

Nessa perspectiva a Assistência Estudantil, por intermédio de ações afirmativas, assume compromisso com o desenvolvimento e o acompanhamento pedagógico dos estudantes, que lhes subsidiará igualdade de condições para aprendizagem, visando à permanência e ao êxito escolar/acadêmico, e promovendo a formação integral e a inclusão no mundo do trabalho (PDI/IFPR, 2019-2023).

Por fim, devem ser destacados programas voltados para o fomento de pesquisas e de inovação, voltados para docentes, servidores, discentes e para a comunidade, como:

- Programa institucional de apoio à pesquisa (PIAP): é um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI), com apoio dos *campi*, destinado aos servidores do IFPR. Tem a finalidade de fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas a eles. Seus recursos podem ser aplicados em despesas relativas ao projeto de pesquisa contemplado, tais como: aquisição de material de consumo e/ou permanente, inscrição em congressos e eventos científicos, entre outros.

- Programa institucional de apoio ao extensionista (PIAE): visa a apoiar o desenvolvimento de atividades de extensão, com a concessão de auxílio financeiro a pesquisadores do IFPR, financiados pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. Tem como principais objetivos promover, valorizar e fortalecer as atividades de extensão na instituição.

- Programa institucional de direitos humanos (PIDH): visa ao fomento de ações de extensão, pesquisa, inovação e ensino, relacionadas à temática da educação em direitos humanos. Tem como principais objetivos: articular os diversos setores da instituição para a realização de atividades relativas à educação dos direitos humanos; contribuir para a afirmação dos direitos humanos,

voltada ao diálogo intercultural e ao empoderamento de pessoas e de coletividades, para a construção de condições de garantia da dignidade humana; estimular a conscientização para o combate ao preconceito, à discriminação e à violência no ambiente acadêmico, de forma a contribuir para a valorização da diversidade e da cultura da paz, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça, igualdade e diferença.

- Programa de apoio à aquisição de equipamentos para pesquisa, extensão, arte, cultura, inovação e pós-graduação (PROEQ): visa o suprimento da necessidade de equipamentos caracterizados pela sua utilidade para um conjunto de pesquisadores e/ou extensionistas, em várias áreas do conhecimento.

### **5.1.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores**

O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso, quando solicitado pelo estudante.

Os procedimentos para o aproveitamento de estudos anteriores estão regulamentados pelo capítulo VI, da Resolução nº 55 de 21 de dezembro de 2011 a qual dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR:

Art. 83. O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de Análise composta de professores da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

I - Correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;

II - Além da correspondência entre as disciplinas, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

Art. 84. O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Campus, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do



programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

§ 1º Os pedidos de aproveitamento de estudos devem ser feitos no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

§ 3º A Secretaria Acadêmica do Campus deve encaminhar os processos de aproveitamento de estudos à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus em até dois (02) dias úteis a contar da data do protocolo.

§ 4º O estudante deve estar matriculado no componente curricular para o qual solicita o aproveitamento, ou ainda não tê-lo cursado.

§ 5º O resultado do pedido de aproveitamento realizado pelo estudante não deve ultrapassar 10 (dez) dias úteis.

Art. 85. Cabe à Secretaria Acadêmica do Campus proceder ao cadastramento do aproveitamento de estudos no sistema de controle acadêmico, através do Documento de Aproveitamento de Estudos enviado pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, devidamente assinado pelos membros da Comissão designada para a análise do pedido.

Parágrafo único. Os componentes curriculares com aproveitamento de estudos serão cadastrados, pela Secretaria Acadêmica do Campus, no sistema de controle acadêmico. Serão indicados a frequência e o desempenho atingidos pelo estudante no componente curricular realizado em outra instituição de ensino e aproveitado para o currículo do curso do IFPR.

Art. 86. É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.

### **5.1.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores**

A certificação de Conhecimentos Anteriores se caracteriza como a dispensa de frequência em componente curricular do curso em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação.

Os procedimentos para a certificação de conhecimentos anteriores estão regulamentados pelo capítulo VII, da Resolução nº 55 de 21 de dezembro de 2011 a qual dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR:

Art. 88. Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante

comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação

§ 1º A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com o previsto no projeto do curso e terá quinze (15) dias úteis para a expedição do resultado.

§ 2º A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

§ 3º Quando solicitado pelo estudante, o pedido de Certificação de Conhecimentos Anteriores deverá ser feito no prazo de até dez (10) dias a contar do início do período letivo, através de formulário próprio entregue à Secretaria Acadêmica do Campus.

§ 4º Caberá à Comissão designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus estabelecer a programação e a supervisão das avaliações, bem como a homologação dos resultados finais.

§ 5º Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para Estágio Curricular Supervisionado.

§ 6º O estudante deverá estar matriculado ou ainda não ter cursado o(s) componente(s) curricular(es) para o(s) qual(is) solicita a certificação de conhecimentos, até que seja expedido o resultado do seu pedido de aproveitamento.

Art. 89. A certificação de conhecimentos por componente curricular somente pode ser aplicada em curso que prevê matrícula por componente curricular.

Art. 90. Caberá à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus encaminhar o resultado à Secretaria Acadêmica do Campus através de processo individual por estudante, contendo os componentes curriculares aproveitados com os respectivos conceitos avaliativos e a frequência, acompanhados de atas e/ou relatórios das avaliações, assinado pelos membros da Comissão designada para tal.

Parágrafo único. Os componentes curriculares com certificação de conhecimento serão cadastrados, pela Secretaria Acadêmica do Campus, no sistema de controle acadêmico com a frequência integral e o desempenho atingido pelo estudante.

#### **5.1.4 Expedição de Diplomas e Certificados**

Nos termos do artigo 114, da Resolução nº 55/2011 do CONSUP/IFPR, o estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento em todos eles, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula, receberá o **Diploma de Licenciado em História**, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica do Campus, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição. O estudante concluinte do curso poderá requerer, após a sua Formatura, declaração de Conclusão de Curso junto à Secretaria Acadêmica do campus.

Antes da colação de grau, o formando deverá apresentar à Secretaria Acadêmica do Campus o comprovante de ausência de débito com a biblioteca e com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus e, no caso de ter sofrido mudança no nome durante o curso, entregar cópia do documento do qual consta o nome atualizado.

O formando que não comparecer à cerimônia de formatura de seu curso deverá solicitar à Direção Geral, mediante requerimento, nova data para formatura em Gabinete, para receber a outorga do diploma.

As certificações intermediárias propostas estão de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por Portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República (CBO, 2020).

#### **5.1.5 Acessibilidade**

Com o intuito de atender ao Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Leis nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a

promoção da acessibilidade dos estudantes com necessidades educacionais específicas, o Campus Colombo tem trabalhado politicamente para o saneamento das deficiências arquitetônicas de acessibilidade, tornando o local mais acessível à comunidade.

O campus Colombo vem trabalhando pela qualificação de todos os serviços necessários para a garantia da acessibilidade, como: o atendimento à pessoas surdas, à pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento; pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas; disponibilidade de áreas especiais para a mobilidade; divulgação dos atos públicos em lugares visíveis.

Com o objetivo de garantir acessibilidade aos estudantes com necessidades educacionais específicas, bem como o direito individual e social, e sua efetiva integração social, nos termos da Lei nº 7.853/1989, foi planejada a reforma do Bloco Azul com vaga destinada a pessoas com deficiência no estacionamento, rampa e portas padronizadas com mobilidade para pessoas portadoras de deficiência física, e um banheiro parcialmente adaptado para cadeirantes.

O campus Colombo possui, ainda, um teclado de baixa visão, quatro fones de ouvido com microfone Headset, duas mesas adaptadas para cadeirante, cinco tablets PC e um notebook para serem utilizados com objetivo da inclusão. Também estão previstas aquisições de artefatos para pessoas com deficiências visuais e surdas. A preocupação com a inclusão também se reflete na organização dos ambientes, como a Biblioteca, os Laboratórios e áreas de uso comum.

Tais ações dão cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em atendimento ao Parecer nº 5.626/05; ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo; e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Atualmente, o campus Colombo passa por desenvolvimento e expansão, com a construção de um Bloco Didático, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Nesse sentido, cumpre registrar que o esforço para tornar os ambientes mais acessíveis faz parte da missão

do IFPR, que vem trabalhando pela aquisição de novos e melhores equipamentos, que atendam a comunidade em suas necessidades específicas, para que seja, de fato, uma instituição inclusiva.

### **5.1.6 Educação Inclusiva**

O IFPR, em virtude de sua concepção, tem compromisso com a educação inclusiva. Para isso, instituiu, pela Resolução nº 08/2014, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), vinculado à Seção Pedagógica e Assuntos Estudantis (SEPAE). Esta organização foi atualizada pela resolução CONSUP/IFPR nº 160/2023, que instituiu as diretrizes da Coordenadoria Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CNAPNE), subordinando-a diretamente às Direções de Ensino, Pesquisa e Extensão dos Campi do IFPR. Trata-se de um núcleo consultivo, propositivo e de assessoramento, com composição multiprofissional (estabelecida no campus Colombo pela Portaria nº 8, de 14 de fevereiro de 2020). O CNAPNE visa promover e estimular a criação da cultura da educação para a convivência, respeito às diferenças e, principalmente, minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, de atitude e tecnológicas, sendo parte fundamental do trabalho para promover a inclusão de todos os estudantes. O CNAPNE tem como finalidade:

- incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades específicas e do público-alvo da Educação Especial na instituição;
- contemplar e implementar as Políticas Nacionais de Educação Inclusiva;
- incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem na educação/atuação/inclusão profissional, para pessoas com necessidades específicas;
- difundir informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos campi, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- promover a cultura da educação inclusiva para a convivência, aceitação e respeito às especificidades dos estudantes;
- integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, propiciando corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição;
- fomentar práticas democráticas de inclusão, como diretrizes de atuação do campus;

- buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição;
- fomentar e participar de capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas.

Inserir-se nesse contexto da Educação Inclusiva o papel do Docente de Educação Especial, que atua por meio da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme a Resolução CONSUP IFPR nº 159, de 12 de dezembro de 2023. O AEE é um dos serviços da Educação Especial do IFPR que visa complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes da Educação Especial. As atribuições do Docente de Educação Especial são múltiplas, relacionando-se aos aspectos relacionados ao ensino, às atividades de apoio ao ensino, manutenção do ensino, à pesquisa e/ou extensão e atividades administrativas.

Em vista do melhor atendimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, o IFPR organizou, por meio da Resolução Consup IFPR nº 148, de 11 de outubro de 2023, procedimentos institucionais de flexibilização curricular para aqueles que apresentam significativo, expressivo e relevante comprometimento de aprendizagem, de caráter permanente, progressivo e/ou transitório, que não estejam em igualdade de condições e oportunidades, no contexto escolar, com o intuito de promover acesso, permanência e êxito a todos os estudantes do IFPR, respeitando as suas especificidades.

A flexibilização curricular envolve adaptações de materiais e atividades para os estudantes com necessidades educacionais específicas do IFPR, em consonância com a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017 do IFPR e com a concepção de adaptações razoáveis, previstas no Art. 3º, inciso VI, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Entende-se a Flexibilização Curricular como um meio para alterações pedagógicas significativas em apoio ao estudante com necessidades educacionais específicas, atividade que será registrado no Plano de Flexibilização Curricular (PFC). A Flexibilização Curricular será realizada mediante articulação entre os professores do componente curricular e Comissão do Plano de Flexibilização Curricular, visando a implementação de 1 (uma) ou mais possibilidades:

I - Diferenciação dos conteúdos previstos na ementa do componente curricular;

II - Atendimento educacional individualizado realizado pelo professor do componente curricular;

III - Dilação ou redução do prazo para a conclusão do curso;

IV - Reorganização e/ou equivalência de componente curricular;

V - Reopção e/ou transferência entre curso e campi, considerando a existência de vaga no curso pretendido, a qualquer tempo.

VI - Definição de critérios diferenciados e adequados de avaliação, considerando a singularidade e especificidade dos estudantes, de maneira que sejam atendidos em suas necessidades e possam avançar com êxito em seu processo de aprendizagem.

Nos casos de estudantes com altas habilidades/superdotação, o processo de flexibilização curricular ocorrerá fundamentado no princípio legal da progressão parcial ou total, possibilitando o avanço nos cursos, componentes curriculares específicos ou etapas, mediante verificação de aprendizagem.

A proposta pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em História ratifica o compromisso com a Educação Inclusiva por meio: i) entendimento de que a Educação Inclusiva busca educação para a convivência, aceitação da diversidade e a quebra de barreiras arquitetônicas educacionais e atitudinais; ii) da oferta do componente curricular obrigatório de Libras, que oferece ao futuro licenciado os instrumentos para atuar na inclusão de pessoas que se comunicam por meio da Linguagem Brasileira de Sinais (Lei no 10.436/2002 e Decreto no 5.626/2005); e iii) das ações institucionais por meio de suas políticas e programas, com vistas à inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com necessidades específicas.

### **5.1.7 Mobilidade Estudantil e Internacionalização**

A Mobilidade Estudantil é um compromisso do IFPR que envolve os intercâmbios nacionais e internacionais, seja por meio de programas do Governo Federal, ou por iniciativas próprias decorrentes de demandas locais, a mobilidade estudantil objetiva colaborar com a

formação integral do licenciando de maneira inclusiva, transformadora e comprometida com o desenvolvimento humano, conforme o PDI do IFPR (PDI, p. 139-140).

Entendida como o processo pelo qual o estudante desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo e que realiza atividades de mobilidade escolar/acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios, intercâmbios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação integral do estudante.

Por meio de ações e programas de mobilidade internacional, o IFPR também contribui para a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência, da tecnologia e da inovação brasileira. Além disso, a experiência no exterior auxilia na aquisição de maior respeito e tolerância às diferenças, promovendo a formação humanística do estudante e melhorando a percepção de sua própria identidade.

De acordo com a Resolução nº 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR, o ingresso de estudantes estrangeiros, decorrente de celebração de acordo de convênio cultural, educacional e/ou científico e tecnológico entre o Brasil e outros países, está sujeito à criação de vagas em edital específico. Ainda quanto à mobilidade acadêmica são previstas:

1. Transferência interna: transferência de estudante regularmente matriculado em curso do IFPR para outro curso no mesmo campus ou em outro campus do IFPR;
2. Transferência externa: transferência disponibilizada para estudantes de outras instituições de educação da Rede Pública, somente a partir do 2º período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo os critérios divulgados em edital próprio.

Os alunos dos Cursos de Graduação do IFPR podem se afastar para participar de Programas de Intercâmbio em Instituições de Ensino Superior ou Centros de Pesquisas do Brasil e de outros países, conveniados com o IFPR. São consideradas atividades de Programas de Intercâmbio aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisa orientada que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do aluno.

O IFPR, em sua contribuição para a formação do estudante, assume o compromisso de proporcionar-lhe a mobilidade escolar/acadêmica, a qual envolve os intercâmbios nacionais e internacionais. Seja por meio de programas do Governo Federal, como o Ciência sem Fronteiras,



ou por iniciativas próprias decorrentes de demandas locais, a mobilidade estudantil busca colaborar com a formação integral do estudante de maneira inclusiva, transformadora e comprometida com o desenvolvimento humano.

As metas propostas pelo Campus Colombo em seu PDI, em relação às quais o Curso Superior de Licenciatura em História pretende contribuir, são:

- Aumentar o número de estudantes internacionais matriculados, desenvolver programas de intercâmbio, estabelecer parcerias estratégicas com instituições estrangeiras, entre outros.
- Estabelecer uma estrutura organizacional clara para a gestão da internacionalização, designando um comitê ou departamento responsável por coordenar e implementar as atividades relacionadas à internacionalização.
- Desenvolver programas de intercâmbio e mobilidade estudantil, que permitam aos estudantes realizar parte de seus estudos em instituições estrangeiras parceiras e receber estudantes internacionais em sua própria instituição.
- Identificar e estabelecer parcerias estratégicas com instituições de ensino e pesquisa em outros países. Essas parcerias podem incluir acordos de cooperação acadêmica, projetos de pesquisa conjuntos, intercâmbio de docentes e pesquisadores, entre outros.
- Oferecer suporte abrangente aos estudantes internacionais, incluindo serviços de orientação acadêmica, suporte linguístico, assistência para acomodação e integração cultural, entre outros.
- Estimular a diversidade cultural e promover a compreensão intercultural dentro da instituição. Isso pode ser feito por meio de eventos culturais, programas de sensibilização intercultural, atividades de aprendizado intercultural, entre outros.
- Promover a internacionalização do currículo, integrando perspectivas internacionais e interculturais em diferentes disciplinas e programas de estudo. Isso pode incluir o desenvolvimento de cursos internacionais, a inclusão de

conteúdo global nas disciplinas existentes e a promoção de oportunidades de aprendizado internacional dentro do currículo.

- Desenvolver estratégias de comunicação e marketing para promover a imagem e reputação internacional da instituição. Isso pode incluir a criação de materiais promocionais em diferentes idiomas, a participação em feiras e eventos internacionais de educação, o uso de mídias sociais e plataformas online para alcançar públicos internacionais, entre outros.

## **6. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

### **6.1. CORPO DOCENTE**

#### **6.1.1 Atribuições do Coordenador**

O(a) Coordenador(a) do curso desempenha atividades inerentes às exigências e aos objetivos e compromissos do IFPR Campus Colombo, contando, dentre outras, das seguintes atribuições:

1. Acompanhar em conjunto a equipe pedagógica as práticas pedagógicas.
2. Pronunciar sobre aproveitamento de estudo e adaptação de estudantes, subsidiando o colegiado de curso, quando for o caso.
3. Participar da elaboração do calendário acadêmico.
4. Elaborar o horário do curso em articulação com as demais coordenações.
5. Convocar e presidir reuniões do curso e /ou colegiado.
6. Orientar e acompanhar, em conjunto com a equipe pedagógica, o planejamento e desenvolvimento das unidades curriculares e aproveitamento dos estudantes.

7. Acompanhar em conjunto com a equipe pedagógica a execução de atividades programadas, bem como o cumprimento das mesmas pelo corpo docente do curso.
8. Promover avaliações periódicas do curso em articulação com a Comissão Própria de Avaliação.
9. Promover reuniões periódicas com o colegiado para revisão do projeto pedagógico.
10. Promover reuniões com os docentes para revisão dos programas de ensino, das diretrizes conceituais do curso, dos componentes curriculares e das bibliografias.
11. Aprovar os planos de aula de cada componente curricular.
12. Representar o Curso junto a órgãos, conselhos, eventos e outros, internos e externos.
13. Participar do planejamento e acompanhamento do estágio supervisionado dos estudantes juntamente com a Coordenação Geral de Estágio do campus.
14. Participar e apoiar atividades extraclasse inerentes ao curso (cursos, palestras, seminários, simpósios) juntamente com a Coordenação de Pesquisa e Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.
15. Participar da organização e implementação de estratégias de divulgação da instituição e do curso.
16. Implementar ações de atualização do acervo bibliográfico e laboratórios específicos do curso bem como a sua manutenção.
17. Implementar ações juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso buscando subsídios que visem a permanente atualização do Projeto Pedagógico do Curso.
18. Participar do processo de seleção dos professores que irão atuar no curso.

### **6.1.2 Experiência do Coordenador**

O docente Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui mestrado em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (PPGHE/USP).

O docente realiza pesquisas nas áreas de História Econômica, com ênfase em História do Brasil, além dos debates sobre Economia Política, a burguesia brasileira e o agronegócio. Entre 2016 e 2022, o docente lecionou a disciplina de História na rede municipal da Prefeitura de Resende, no Estado do Rio de Janeiro.

O docente entrou em exercício no IFPR em janeiro de 2023, assumindo a disciplina de História oferecida para as turmas do Ensino Médio Integrado do Campus Colombo, além das turmas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, oferecido por meio do Ensino à Distância. Além disso, o docente compõe o Núcleo de Arte e Cultura (NAC) do Campus e participa de demais atividades da instituição.

Desde sua entrada no Campus Colombo, o docente participou da construção da Proposta de Abertura de Curso (PAC) da Licenciatura em História, tendo assumido a presidência da Comissão de Estruturação do Curso e coordenado os trabalhos finais que resultaram neste PPC.

### **6.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um conceito criado pela Portaria do MEC N° 147, de 2 de fevereiro de 2007 (Art.2° Inciso IV) e normatizado tanto pelo Parecer CONAES n°. 4, de 17 de junho de 2010, quanto pela Resolução CONAES n° 01, de 17 de junho de 2010. No âmbito do IFPR, o NDE é delimitado pela Resolução CONSUP n° 08, de 23 de fevereiro de 2011 e Resolução CONSUP n° 15, de 10 de junho de 2014.

O NDE tem por objetivo a criação de um grupo de docentes cuja missão é o acompanhamento do desenvolvimento, consolidação e constante atualização do projeto pedagógico do curso – para além da administração cotidiana do curso, desempenhada pelo Colegiado de Curso. Suas atribuições são contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e zelar pelo

cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (ver Parecer CONAES n°. 04, de 17 de junho de 2010).

As normas para composição do NDE (Art. 3º, incisos I-III, da Resolução CONAES n° 01, de 17 de junho de 2010; Art. 3º, incisos I e III, da Resolução CONSUP n° 08, de 23 de fevereiro de 2011) são: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso, tendo ao menos 60% desses membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo ao menos 20% em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva. O coordenador do curso ocupará também o cargo de presidente do NDE.

Quadro 11 - Lista de professores que compõem o NDE

Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos (coordenador do curso)	Doutor em História	DE
Eduard Henry Lui	Mestre em História	DE
Jael dos Santos	Doutor em História	DE
Milton Aparecido Azevedo	Mestre em História	DE
Tiago Wolfgang Dopke	Mestre em História	DE

#### 6.1.4 Relação do Corpo docente

Nome Completo	Curso de Graduação	Maior Titulação	Regime de Trabalho (DE, 40h, 20h)	Link Currículo Lattes
Benito Eduardo Araújo Maeso	Filosofia	Doutorado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/5093612140985687">http://lattes.cnpq.br/5093612140985687</a>
Camilla Carpanezzi La Pastina	Artes	Mestrado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/2231622010908446">http://lattes.cnpq.br/2231622010908446</a>

Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos	História	Doutorado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/9791474624070516">http://lattes.cnpq.br/9791474624070516</a>
Eduard Henry Lui	História	Mestrado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/3475635976631326">http://lattes.cnpq.br/3475635976631326</a>
Elaine Cristina Arantes	Administração	Doutorado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/9056089845348500">http://lattes.cnpq.br/9056089845348500</a>
Eliege Cristina Pepler	Letras	Doutorado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/5454294780094430">http://lattes.cnpq.br/5454294780094430</a>
Hugo Koji Miura	Pedagogia	Mestrado	20h	<a href="http://lattes.cnpq.br/3180404029986851">http://lattes.cnpq.br/3180404029986851</a>
Hugo Leonardo Marandola	Geografia	Mestrado	20h	<a href="http://lattes.cnpq.br/8382506373857083">http://lattes.cnpq.br/8382506373857083</a>
Jael dos Santos	História	Doutorado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/7044412874996212">http://lattes.cnpq.br/7044412874996212</a>
João Paulo Partala	Letras	Mestrado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/5106931631012361">http://lattes.cnpq.br/5106931631012361</a>
Julio Cesar Gonçalves da Silva	Ciências Sociais	Mestrado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/8752509168966095">http://lattes.cnpq.br/8752509168966095</a>
Maura Aparecida de Paula	Economia Doméstica	Mestrado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/3957483463403388">http://lattes.cnpq.br/3957483463403388</a>
Milton Aparecido Azevedo	História	Mestrado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/5548464872550979">http://lattes.cnpq.br/5548464872550979</a>
Mirele Carolina Werneque Jacomel	Letras	Doutorado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/9386456433889574">http://lattes.cnpq.br/9386456433889574</a>
Paulo Cesar Medeiros	Geografia	Doutorado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/5009334319606056">http://lattes.cnpq.br/5009334319606056</a>
Tiago Wolfgang Dopke	História	Mestrado	DE	<a href="http://lattes.cnpq.br/9758230354258632">http://lattes.cnpq.br/9758230354258632</a>

### 6.1.5 Colegiado de Curso

O Colegiado do Curso é um órgão deliberativo, normativo e consultivo setorial, tendo como finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, propor alterações dos currículos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso.

Conforme a Resolução nº 08 de 30 de abril de 2014, a qual regulamenta o regimento interno comum dos Campi do IFPR, o Colegiado de Curso será constituído:

- por todos os Docentes que estão atuando no curso;
- 02 (dois) representantes discentes, de turmas distintas. O representante discente que não comparecer a três (03) reuniões, consecutivas ou não, perderá o direito de representação, e caberá aos seus representados indicar o novo representante.
- 01 (um) representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver.

As reuniões do Colegiado ocorrerão em sessões ordinárias ou extraordinárias com a presença de no mínimo a metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas pela maioria simples dos votos.

#### **6.1.6 Políticas de Capacitação do Corpo Docente**

A Resolução nº 48/2011, normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR no seu artigo primeiro ao artigo quinto. O Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos contemplará, quando possível, os seguintes níveis formativos, nas modalidades EAD e presencial:

- I. Cursos de Graduação;
- II. Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: aperfeiçoamento e especialização;
- III. Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: mestrado e doutorado;
- IV. Estágio Pós-Doutoral;

Outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

Além dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, a formação permanente do corpo docente será objeto de discussão e definição de estratégias formativas, com vistas a atender aos objetivos do curso, devendo ocorrer em semanas pedagógicas, oficinas específicas, participação em eventos formativos institucionais e de realização de estudos acadêmico-científicos de forma continuada.

## 6.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O corpo técnico-administrativo do Instituto Federal do Paraná, conforme registra o Regimento Geral do IFPR – Resolução nº. 56, de 03 de dezembro de 2012, “[...] é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFPR, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades técnicas, administrativas e operacionais, visando o apoio ao ensino, pesquisa e extensão”.

As atribuições gerais dos cargos Técnico Administrativo em Educação estão descritas no art. 8º. da Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e as atribuições dos servidores Técnicos Administrativos em Educação, no Instituto Federal do Paraná, são definidas na Resolução nº. 08, de 30 de abril de 2014, que regulamenta o Regimento Interno Comum aos Campi do IFPR.

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Regime de Trabalho (40h, 30h ou 20h)</b>	<b>Cargo</b>
Alex de Oliveira Chaves	Ensino Médio	40 horas	Assistente em Administração
Antônio Daudt	Biblioteconomia	40 horas	Bibliotecário
Cassandra Santiago Cardoso Tavares Goes	Ciências Contábeis	40 horas	Auxiliar em Administração
Edineia Groszevicz	Pedagogia	40 horas	Pedagoga
Everton Barbosa Cardoso	Direito	40 horas	Assistente de Alunos



Fabio de Matos	Direito	40 horas	Assistente em Administração
Giseli Cristina da Silva Schneider	Psicologia	40 horas	Psicóloga
Jefferson Adriano Brunelli	Letras e Administração	40 horas	Assistente de Alunos
Joana Daic Lopes Nagamoto	Administração	40 horas	Auxiliar de Administração
Juliano Alberi dos Santos	Tecnologia em gestão Pública	40 horas	Técnico em Contabilidade
Kerly Cristina de Souza	Administração	40 horas	Assistente em Administração
Luiz Fernando da Rocha	Administração	40 horas	Assistente em Administração
Mariana do Amaral Rocha	Comunicação Social - Rádio e TV	40 horas	Assistente em Administração
Marianne Heringer Nogueira Zanirato	Pedagogia	40 horas	Pedagoga

### 6.2.1 Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação

O PDI/IFPR (2019-2023) aborda as Políticas de capacitação, destacando que a política tem como fundamento legal o Decreto nº 5.707/2006 e a Lei nº 11.091/2005.

Cabe citar que as Políticas de capacitação do Técnico Administrativo em Educação no IFPR em Educação visam ampliar a formação dos servidores, bem como proporcionar melhoria na eficiência do serviço público, tendo como base a qualidade dos processos de trabalho. Cabe ainda citar, neste item, que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas competente "planejar, superintender, coordenar, fomentar as Políticas de gestão de pessoas, visando ao alcance das metas e ao cumprimento da missão institucional" (p. 315).

No âmbito do Instituto Federal do Paraná, fundamentado nas legislações supracitadas, as políticas de capacitação dos servidores Técnicos Administrativos em Educação estão amparadas nas seguintes normativas institucionais:

- Resolução nº. 04, de 05 de março de 2021, que dispõe sobre as normas gerais de afastamento integral, no Brasil ou no Exterior, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em programa de pós-graduação stricto sensu, pós-doutorado, e estágio vinculado a um programa de pós-graduação stricto sensu ou pós-doutorado;
- Resolução nº. 48, de 21 de dezembro de 2011, que institui o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores do IFPR;
- Instrução Interna de Procedimentos IIP PROGEPE Nº. 007/2017, que dispõe sobre os procedimentos para afastamento parcial, no país, ou integral, no país ou no exterior, para participação em programa de pós-graduação lato sensu, stricto sensu ou de pós-doutorado, e estágio vinculado ao programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado para Técnico Administrativo em Educação;
- A Portaria PROGEPE Nº. 1.540, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão de horário especial ao servidor estudante do IFPR;
- Portaria PROGEPE Nº. 1.541, de 18 de julho de 2017, que regulamenta, no âmbito do IFPR, a concessão de incentivo à qualificação para os servidores da carreira dos técnicos administrativos em educação;
- Portaria PROGEPE Nº. 1.542, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão de progressão por capacitação profissional para os servidores da carreira dos técnicos administrativos em educação;
- Portaria PROGEPE Nº. 1.543, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão de licença para capacitação dos servidores do IFPR.

## 6.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

### 6.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão

Os artigos 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecem os princípios e responsabilidades da IES na implementação da Gestão Democrática.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (LDB, 2005, p. 12).

Considerando a lei supracitada, o IFPR, regulamenta por meio das Resoluções nº 08/2014 e nº 22/2014 os regimentos internos de cada campus e regimento internos dos colegiados de cada campus do IFPR, respectivamente.

O Colégio de Dirigentes do Campus – CODIC consiste em um órgão que auxilia e assessoria a Gestão do campus. O CODIC é órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico-político à gestão do Campus. A função consultiva e propositiva corresponde às competências para assessorar a gestão do campus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares exercidas pelas Unidades Executivas. A função avaliativa corresponde às competências para diagnosticar, avaliar e fiscalizar o cumprimento das ações desenvolvidas pelo campus. A função mobilizadora corresponde às competências para apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino e do acesso à escola. A função normativa corresponde à função de orientar e disciplinar, por meio de normas complementares, diretrizes e indicações, dentro do âmbito de sua competência, obedecendo aos marcos legais do IFPR. O CODIC é constituído pela Direção Geral, Direção de Planejamento e Administração, Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenações

de Curso, representante Docente, representante de Técnico Administrativo em Educação, representante Discente, representante de Pais de estudante do ensino médio integrado e representante da Sociedade Civil.

O Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus – CGPC consiste em auxiliar na gestão pedagógica, com atuação regular e planejada na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa. A competência do CGPC será exercida nos limites da legislação em vigor, das diretrizes da política educacional vigente expedida pelo IFPR e do compromisso de serem centros permanentes de debates e órgãos articuladores dos setores escolares e comunitários. O CGPC é coordenado pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e tem como membros a Coordenação de Ensino, as Coordenações de Curso, o Coordenador do NAPNE e uma Pedagoga da SEPAAE.

Os Colegiados de cursos são órgãos consultivos e deliberativos do Campus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar. Os colegiados de curso são compostos: pelos docentes dos componentes curriculares do curso; 01 representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso; 02 representantes discentes de turmas distintas. O Colegiado é coordenado por um(a) docente e na sua ausência pela Coordenação de Ensino do Campus.

### **6.3.2 Representatividade da Comunidade Acadêmica**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) possui a missão de conduzir os processos de avaliação internos da Instituição, sendo um canal importante para dar voz à comunidade acadêmica. Regulamentada pelo Regimento Geral do IFPR (Resolução nº 56/2012), com base nas determinações do Art. 11º da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a CPA assegura a participação de todos os segmentos da comunidade interna e sociedade civil no processo de avaliação do IFPR; quantifica a qualidade, tanto do ensino, como das ações vinculadas a gestão. Estes índices permitem detectar potencialidades e fragilidades da instituição, objetivando corrigir problemas e reforçar pontos fortes. A participação de servidores e discentes também ocorre por meio de reuniões

pedagógicas, reuniões de professores e reuniões de colegiado, onde há presença de um discente, representante da turma em questão.

Em relação aos assuntos pedagógicos, os campi do IFPR possuem uma Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), a qual é responsável por auxiliar os docentes e estudantes nas ações referentes ao processo ensino-aprendizagem articulado com a Assistência Estudantil.

As Resoluções constituídas pelo IFPR por meio do CONSUP e as IN (Instruções Normativas) das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, orientam tanto servidores quanto estudantes em relação ao que pode ou não ser feito, garantindo a legalidade na tomada de decisões.

### **6.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso**

A participação e colaboração da Sociedade Civil na Gestão do Campus Colombo e, por consequência, na gestão do Curso Superior de Licenciatura em História, se dá por meio da atuação dos membros do CODIC. Suas atribuições são consultivas, propositivas, avaliativas, mobilizadoras e normativas e ocorrem no âmbito do apoio técnico-político à gestão do campus, bem como dos participantes da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF). No CODIC, conforme estabelecido pela Resolução nº 8 de 30 de abril de 2014, é assegurada a participação da sociedade civil, por meio de 2 representantes, sendo 1 indicado por entidades patronais e 1 indicado por entidades dos (das) trabalhadores (as). Participam também no CODIC: as diretorias do campus; representantes dos docentes, técnicos e estudantes, 1 representante dos pais dos alunos da Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio.

## **7. INFRAESTRUTURA**

### **7.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS**

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
----------	-----------	-------------	------------------------

Salas de aula	07	sim	678,53
Sala de professores	01	sim	96,09
Coordenadoria de curso	Sim	sim	24,83
Sala de reuniões	Não	sim	37,89

## 7.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Biblioteca	sim	sim	98,91
Laboratório de informática	sim	sim	192,03
Laboratório de física	sim	sim	16,70
Laboratório de química	sim	sim	16,70
Laboratório de biologia	sim	sim	10,65

### I- Laboratório de Informática

Abaixo encontram-se listados os itens existentes nos três Laboratórios de Informática do campus Colombo:

Materiais e equipamentos	Quantidade
*Microcomputador HP Compaq Pro 6305 com monitor	120
Cadeiras	120
Mesas	120
Tela para projeção	3
Quadro branco	2

Ventilador	2
Armário	1

\*Configuração do Microcomputador:

**RECURSOS DO SISTEMA:** Sistema operacional Windows® 7 Professional 64 Processador AMD A6-5400B com gráficos Radeon HD 7540D (3,6 GHz, 1MB de cache L2, 65 W) Chipset AMD A75 Form factor Pequeno formato Ambiental Baixo halogênio **MEMÓRIA:** Memória padrão: DDR3 SDRAM 1600 MHz de 8 GB Slots de memória 4 DIMM **ARMAZENAMENTO:** Baías para unidades internas Um de 3,5" Baías para unidades externas Um de 3,5"; Um de 5,25" Unidade interna SATA de 500 GB 7200 rpm Unidade óptica Gravador de DVD SATA SuperMulti **MONITOR E GRÁFICOS:** Vídeo Gráficos Integrados AMD Radeon HD 7540D **RECURSOS DE EXPANSÃO:** Portas 4 USB 3.0 6 USB 2.0 2 PS/2 1 VGA 1 DisplayPort 1 entradas para áudio 1 saídas para áudio 1 RJ-45 1 serial 1 fone de ouvido 1 microfone (Portas opcionais incluem 1 serial, 1 eSATA, 1 paralelo, 1 Leitor de cartões de mídia 22 em 1) Slots de expansão 1 PCI de perfil baixo 1 PCIe x1 de perfil baixo 1 PCIe x16 de perfil baixo (x16) 1 PCIe x16 de perfil baixo (x4); **DISPOSITIVOS DE MÍDIA:** Áudio Áudio de alta definição com codec Realtek ALC221 (todas as portas são estéreo) **COMUNICAÇÕES:** Interface de rede Broadcom NetXtreme Gigabit Ethernet BCM 5761 (padrão) **REQUISITOS DE ALIMENTAÇÃO E OPERAÇÃO:** Eficiência de energia qualificado pela ENERGY STAR® Fonte de alimentação 240 W padrão, PFC ativo; 240 W com PFC ativo e 90% de eficiência Gama de temperaturas de funcionamento 10 a 35°C Intervalo de umidade para funcionamento 10 a 90% **UR DIMENSÕES E PESO:** Dimensões (L x P x A) 33,8 x 37,9 x 10 cm Peso A partir de 7,6 kg (O peso exato depende da configuração) **GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA:** Gestão de segurança Trusted Platform Module (TPM) 1.2, desabilitação de porta SATA (via BIOS) Bloqueio de unidade Ativação/desativação de porta serial, paralela, USB (através da BIOS) Porta USB opcional desativada de fábrica (configurável pelo usuário através da BIOS) Controle de gravação/inicialização de mídia removível Senha de inicialização (através da BIOS) Senha de configuração (através da BIOS) Sensor/bloqueio da tampa por solenoide HP Suporte para dispositivos do cadeado do chassi e bloqueio de cabo. Teclado e Mouse padrão HP PS/2.

### 7.3 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Áreas de esportes	Sim	Não	1396
Cantina/ Refeitório	Sim	Não	36,34
Pátio coberto	Sim	Não	890

#### 7.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

<b>Ambiente</b>	<b>Existente</b>	<b>A construir</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
Atendimento psicológico	Sim	Não	6,37
Atendimento pedagógico	Sim	Não	84,86
Atendimento odontológico	Não	Não	-
Primeiros socorros	Não	Não	-
Serviço social	Não	Não	-

#### 7.5 ÁREAS DE APOIO

<b>Ambiente</b>	<b>Existente</b>	<b>A construir</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
Auditório	Sim	Não	331,21
Salão de convenção	Não	Não	-
Sala de audiovisual	Sim	Não	9,43
Mecanografia	Não	Não	-

#### 7.6 BIBLIOTECA

A Seção de Biblioteca do Campus Colombo é biblioteca integrante da Rede de Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR), funciona nos termos previstos no Regulamento Geral das Bibliotecas do IFPR, Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos, Instrução Interna de Procedimentos de Seleção e Descarte, Manual de Competências, padrões nacionais e internacionais de documentação e informação, políticas de ensino, Conselho Federal de Biblioteconomia e demais normativas internas e de órgãos reguladores. É um órgão encarregado de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão através da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação,



disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica.

A Rede de Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR) faz uso do sistema PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas para gerenciamento de acervos. Com inúmeros módulos de gerenciamento, o sistema permite a Biblioteca do Campus Colombo, entre outras atividades, o gerenciamento de seus empréstimos, por meio do Módulo de Circulação de Materiais, que tem por objetivo fornecer o controle dos processos de empréstimos, devoluções, renovações, controle de reservas, atualização de débitos, serviços, etc, previamente cadastrados no módulo de catalogação.

A Biblioteca Virtual Pearson (BV Pearson) tem acesso garantido e as/os usuárias/os têm acesso a diversos títulos em suporte digital, com várias editoras parceiras que integram a plataforma. O acesso remoto pode ser realizado pela internet, tanto pelo site ou aplicativo (Android e iOS) da BV Pearson, quanto pelo Sistema Pergamum.

O acesso às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e International Organization for Standardization (ISO) também é um serviço à disposição das/os usuárias/os e pode ser realizado de forma remota (Sistema Pergamum) e consulta local.

A seção de Biblioteca do Campus Colombo disciplina em seu Regulamento Geral de Bibliotecas os serviços prestados e as normas de utilização de seus serviços, também norteia o número de obras que cada categoria de usuários pode emprestar, bem como a quantidade de dias que as obras podem ficar emprestadas para o mesmo usuário. Assim, respeita a seguinte orientação:

<b>Categoria de Usuário</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Prazo</b>
Alunos de ensino médio regular/EAD	3 títulos	15 dias
Alunos de graduação/EAD	3 títulos	15 dias
Alunos de pós-graduação	3 títulos	15 dias
Docentes	5 títulos	15 dias
Técnicos-administrativos	5 títulos	15 dias

Terceirizados/estagiários	3 títulos	7 dias
---------------------------	-----------	--------

O horário de funcionamento da Biblioteca do Campus Colombo é estabelecido de acordo com o horário das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim seu funcionamento é descrito a seguir:

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
8h às 21h	8h às 21h	8h às 21h	8h às 21h	8h às 21h

Quanto ao seu acervo, a Biblioteca do Campus Colombo, possui 3816 exemplares distribuídos nas áreas de atuação do campus. Especificamente, a área de História/Ciências Humanas conta com 416 exemplares, conforme detalhado no Anexo B. A Biblioteca do campus Colombo ainda dispõe do acesso ao Portal de Periódicos da Capes e oferece suporte por meio de seus serviços de referência.

Anualmente, o acervo é atualizado com base na bibliografia básica e complementar dos PPCs. Com o objetivo de atender as bibliografias do Curso Superior em Licenciatura em História, será efetuado um levantamento de todos os títulos citados nas ementas para que seja feita a adequação da quantidade, seguindo as orientações e exigências do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES/MEC).

## **8. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

### **8.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE**

De acordo com as informações apresentadas no item 6.1 (Corpo Docente), identifica-se um corpo docente amplo, com diversos profissionais habilitados ao oferecimento do Curso Superior de Licenciatura em História. Contudo, tendo em vista a correta integralização do curso, evidencia-se a necessidade de novas contratações de docentes para o curso a ser oferecido no Campus Colombo.

Em um primeiro momento, essas contratações se mostram imediatas para docentes das áreas associadas ao curso de História. São profissionais essenciais para um curso marcado pela interdisciplinaridade com diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. A carga horária dedicada às áreas de Filosofia, Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política e Antropologia) e Pedagogia exige a presença de mais docentes desses campos. Atualmente, o campus Colombo conta com apenas 3 (três) profissionais habilitados nessas áreas, com cargas horárias compartilhadas entre os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Administração, Alimentos e Informática) e os cursos Superiores (Alimentos, Desenvolvimento de Sistemas e Processos Gerenciais). Essa situação evidencia a necessidade de expansão do corpo docente de tais disciplinas, em vista da implementação do Curso Superior de Licenciatura em História.

<b>Componente curricular</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Período da oferta</b>	<b>Formação</b>	<b>Titulação</b>	<b>Ano de contratação</b>
Filosofia da Educação	40 h/a	1º período	Filosofia	Mestrado ou Doutorado	2025
Psicologia da Educação	40 h/a	2º período	Pedagogia	Mestrado ou Doutorado	2025
Introdução à Sociologia	80 h/a	3º período	Ciências Sociais	Mestrado ou Doutorado	2026
Introdução à Ciência Política	80 h/a	4º período	Ciências Sociais	Mestrado ou Doutorado	2026

Em relação ao corpo docente com formação específica na área de História, não se mostram necessárias contratações de forma imediata para o início do curso. Contudo, com o decorrer da integralização da Licenciatura ao longo dos semestres letivos, é preciso considerar alguns fatores: a entrada de novos estudantes a cada ano (40 estudantes/ano) e a expansão dos componentes curriculares da área de História (notadamente nos 5º e 6º períodos, cada período com 04 componentes específicos da área de História com 80 h/a semestrais). Tais fatores levam à projeção da necessidade de docentes dedicados à área de História.

Esta projeção considera que os atuais docentes do componente em exercício no Campus Colombo já efetuam sua carga horária nos atuais cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Administração, Alimentos e Informática), nos cursos Superiores (Alimentos, Desenvolvimento de Sistemas e Processos Gerenciais) e nos cursos de Ensino à Distância oferecidos no Campus Colombo. Desta forma, tendo em vista componentes curriculares específicos da área de História bem como às orientações aos estudantes nos Trabalhos de Conclusão de Curso.

## 8.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO

No que se refere à projeção de aquisição de materiais de consumo e permanente, o Curso Superior de Licenciatura em História será beneficiado pela conclusão do Bloco Didático do Campus Colombo, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), com as obras iniciadas em 2019 e com conclusão estimada para o final de 2024. Este Bloco Didático, cujo projeto foi cedido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), tem área total 6.482,94 (m<sup>2</sup>). Trata-se de uma edificação com quatro pavimentos mais o subsolo. A construção contempla salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, cantina e setor administrativo.

A conclusão da obra do Bloco Didático está prevista para o final do ano de 2024, com habilitação para funcionamento a partir de 2025, data do início das atividades da Licenciatura em História. Na possibilidade da ocorrência de imprevistos que postergarem a inauguração do Bloco Didático conforme o prazo acordado, estabeleceu-se uma alternativa provisória, caso haja a necessidade. Foi oferecida pela Prefeitura de Colombo a utilização temporária de uma escola do município (Ofício 196/2022). A Secretaria Municipal de Educação da cidade informou a possibilidade de cessão da Escola Municipal Padre Durval Secchi, localizada na Rua Genésio Moreschi, 505, no bairro Jardim Guaraituba.

## 8.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A atualização do acervo se dará a partir das diretrizes da Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos e Instrução Interna de Procedimentos de Seleção e Descarte, com previsão no Plano de Desenvolvimento Orçamentário/PDO. Esclarece-se que a partir do ano de

2012, após a avaliação da conveniência e da oportunidade da realização da licitação para sistema de registro de preços, esta administração adotou o pregão eletrônico como modalidade de licitação para aquisição do acervo bibliográfico, neste processo não há necessidade de pesquisa de mercado, visto que no ato da contratação deverá ser apresentado o preço praticado pelas editoras por meio dos seus catálogos oficiais. Por isso, o preço utilizado é o do valor de capa indicado nos sites das editoras. Esta proposta permitirá que, ao fechamento de novo ciclo avaliativo, o acervo contemple o proposto pelo curso, desde o primeiro semestre, na sequência do curso, até a integralização da matriz, bem como possível reformulação. Este investimento tende a diminuir gradativamente, destinando-se, em um determinado momento, mais intensamente à atualização do acervo e com menos intensidade à sua ampliação.

Ressalta-se, que os livros a serem solicitados seguem o quantitativo definido na Instrução Normativa nº 1 de 19 de agosto de 2021, de acordo com as bibliografias básicas e complementares definidas em cada disciplina da matriz curricular presente no projeto pedagógico do curso. A atualização da bibliografia das unidades curriculares será responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante, que avaliará as necessidades e demandas para a aquisição de livros atualizados que visam atender as especificidades de cada componente curricular.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm). Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Resolução nº 13, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf> Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm) . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-

Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm) . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.645, de 11 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm) . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa/MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010**. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <https://www3.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2011/Portarias/Janeiro/PORTARIA%20N%2023%20-1-12-10.pdf> . Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm) . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) . Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf) . Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 8.268, de 18 de junho de 2014**. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm) Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm) Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3ª



Edição. Brasília, DF, 2016. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category\\_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192) . Acesso em 27 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n° 246, de 15 de abril de 2016**. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519882](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519882) . Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução n° 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192) . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução n° 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192)> . Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n° 14.038 de 17 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Ato2019-2022/2020/Lei/L14038.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2019-2022/2020/Lei/L14038.htm) . Acesso em: 16 out. 2023.

CASTRO, Evandra Campos (org.). **Manual de normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná**: padrão ABNT. Curitiba: Editora IFPR, 2023.

DRIVER, R. (et al). Construindo conhecimento científico em sala de aula. **Química Nova na Escola**, São Paulo, n.9, p. 31-40, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Colombo**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/colombo/panorama> . Acesso em: 16 out. 2023..

\_\_\_\_\_. **Informações Econômicas**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 64, de 21 de junho de 2010**. Aprova a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-64-2010/> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 08, de 23 de fevereiro de 2011.** Institui o Núcleo Docente Estruturante– NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-082011/> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 13/2011.** Aprova a Mudança e Consolida o Estatuto do IFPR. 2011. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/estatuto.pdf> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 48, de 21 de dezembro de 2011.** Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-482011/> Acesso: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 55/2011.** Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Resolucao-55.11-ODP-Superior.pdf> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 56, de 03 de dezembro de 2012.** Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-56-2012/>. Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 08, de 30 de abril de 2014.** Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Câmpus do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-082014/> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 15, de 10 de junho de 2014.** Altera a Resolução 08/2011-CONSUP que instituiu o NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação do IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-152014/> Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Observatório Regional do IFPR (PROPLAN), 2015.** Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/S%c3%adntese-dos-Estudos-Populacionais-para-Ensino-M%c3%a9dio-no-IFPR.pdf> Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 02/2015.** Altera o Anexo I do Estatuto do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2015/02/Res.-02.2015.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 19, de 24 de março de 2017.** Estabelece a Política Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no IFPR e aprova o Regulamento para Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura no IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-192017/>. Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 50, de 14 de julho de 2017.** Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Res.-50.2017-1.pdf> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 4, de 28 de março de 2019.** Aprova e institui a Política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito do Instituto Federal do Paraná e dá outras orientações. Disponível em: [https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/SEI\\_IFPR-0243447-Resolucao-aprova-e-institui-politicas-de-inovacao-e-estimulo-empreendedorismo.pdf](https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/SEI_IFPR-0243447-Resolucao-aprova-e-institui-politicas-de-inovacao-e-estimulo-empreendedorismo.pdf) Acesso em: 28 dez. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 58, de 13 de dezembro de 2019.** Aprova e institui as diretrizes para as atividades de pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=614467&id\\_orgao\\_publicacao=0&gl=1\\*dd9s6r\\*ga\\*NjI2NjY5OTE2LjE2ODQxNDkyODY.\\*ga\\_Z8DEPESPKF\\*MTcwMzc2ODMwNi43OS4xLjE3MDM3NjgzNjluNC4wLjA.&ga=2.237863424.1400823912.1703708993-626669916.1684149286](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=614467&id_orgao_publicacao=0&gl=1*dd9s6r*ga*NjI2NjY5OTE2LjE2ODQxNDkyODY.*ga_Z8DEPESPKF*MTcwMzc2ODMwNi43OS4xLjE3MDM3NjgzNjluNC4wLjA.&ga=2.237863424.1400823912.1703708993-626669916.1684149286) Acesso em: 28 dez. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n° 1540, de 18 de julho de 2017.** Regulamenta o Horário Especial ao Servidor Estudante. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/1540-HORARIO-ESPECIAL-DE-SERVIDOR-ESTUDANTE-DO-IFPR.pdf> Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n° 1541, de 18 de julho de 2017.** Regulamenta o Incentivo à Qualificação. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/1541-INCENTIVO-%C3%80-QUALIFICACAO-PARA-OS-SERVIDORES-DA-CARREIRA-PCCTAE-1.pdf> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n° 1542, de 18 de julho de 2017.** Regulamenta a Progressão por capacitação. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/1542-PROGRESSAO-POR-CAPACITACAO-PARA-OS-SERVIDORES-DA-CARREIRA-PCCTAE.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n° 1543, de 18 de julho de 2017.** Regulamenta a Licença para Capacitação. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/1543-LICEN%C3%87A-CAPACITACAO-PARA-SERVIDORES-DO-IFPR.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 65/2017.** Dispõe sobre a instituição e funcionamento do Centro de Línguas do IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-no-65-2017/> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 69/2017**. Dispõe sobre a Regulamentação dos Núcleos de Arte e Cultura do IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Res.-69-2017-Final.pdf> Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 11, de 27 de março de 2018**. Aprova e institui as diretrizes para as atividades de extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-no-11-2018-2/>. Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 71/2018**. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: [https://ifpr.edu.br/goioere/wp-content/uploads/sites/13/2022/06/SEI\\_IFPR-0139417-Resolucao-NEABI.pdf](https://ifpr.edu.br/goioere/wp-content/uploads/sites/13/2022/06/SEI_IFPR-0139417-Resolucao-NEABI.pdf). Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023 Campus Colombo**. Atualizado em 2020. Disponível em <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/relatorio-pdi-2019-2023-ifpr-colombo.pdf> Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Interna de Procedimentos n° 5 de 5 de julho de 2019**. Atualiza e define os critérios para abertura de cursos técnicos e cursos de graduação, ajuste de projetos pedagógicos de curso, suspensão e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, nos termos do artigo 14 da Resolução IFPR n° 54/2011 e do artigo 25 da Resolução IFPR n° 55/2011. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=377632&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=377632&id_orgao_publicacao=0) . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 4, de 05 de março de 2021**. Dispõe sobre as normas gerais de afastamento integral, no Brasil ou no Exterior, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em programa de pós-graduação stricto sensu, pós-doutorado, e estágio vinculado a um programa de pós-graduação stricto sensu ou pós-doutorado. Disponível: [https://ifpr.edu.br/londrina/wp-content/uploads/sites/18/2022/04/Resolucao-CONSUP\\_IFPR.pdf](https://ifpr.edu.br/londrina/wp-content/uploads/sites/18/2022/04/Resolucao-CONSUP_IFPR.pdf) . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n° 26, de 25 de maio de 2021**. Atualiza e define os critérios para abertura de cursos técnicos e cursos de graduação, ajuste de projetos pedagógicos de curso, suspensão e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, nos termos do artigo 14 da Resolução IFPR n° 54/2011 e do artigo 25 da Resolução IFPR n° 55/2011. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=1293498&id\\_orgao\\_publicacao=0&gl=1\\*1u3eb8t\\*ga\\*Nj12NjY5OTE2LjE2ODQxNDkyODY.\\*ga\\_Z8DEPESPKF\\*MTY5NzY0OTkwOS41NS4xLjE2OTc2NTI5NDguNjAuMC4w&ga=2.24191033.2001000042.1697639702-626669916.1684149286](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1293498&id_orgao_publicacao=0&gl=1*1u3eb8t*ga*Nj12NjY5OTE2LjE2ODQxNDkyODY.*ga_Z8DEPESPKF*MTY5NzY0OTkwOS41NS4xLjE2OTc2NTI5NDguNjAuMC4w&ga=2.24191033.2001000042.1697639702-626669916.1684149286) . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Normativa Reitoria n° 1, de 26 de julho de 2021.** Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5ScM9JcrthdfQRcJ2b6ooHYuhRNB9-AHGQRBqy7uU3IMuuQXn09kc337gGHQ9s7I2PiVPI63rZaZtKxZW56APE](https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5ScM9JcrthdfQRcJ2b6ooHYuhRNB9-AHGQRBqy7uU3IMuuQXn09kc337gGHQ9s7I2PiVPI63rZaZtKxZW56APE) . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Missão e valores.** 2022. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/missao-e-valores/>. Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 82, de 02 de junho de 2022.** Dispõe sobre a política de estágios do IFPR e define as orientações para sua realização. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/londrina/wp-content/uploads/sites/18/2023/05/Resolucao-n-82.2022.pdf> . Acesso em: 16 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portal de Informações do IFPR - INFO.** Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/> . Acesso em: 26 out. 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. PAC. **Proposta de Abertura de Curso - Licenciatura em História.** Campus Colombo, 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 148, de 11 de outubro de 2023.** Institui as normas para a adaptação de materiais e atividades, e a Flexibilização Curricular no IFPR. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mN1U5U0UAA5dYNOq8hopD4E7CTNNkplm/view> . Acesso em: 20 fev. 2024.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 159, de 12 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre as diretrizes do Trabalho do Docente de Educação Especial no IFPR. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1R4o-EpG9wVHuogUk\\_fvtBIRoYvuU6ur1/view](https://drive.google.com/file/d/1R4o-EpG9wVHuogUk_fvtBIRoYvuU6ur1/view) Acesso em: 20 fev. 2024.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n° 160, de 12 de dezembro de 2023.** Institui as Diretrizes da Coordenadoria do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CNAPNE). Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/11rGP7fTouRMw83NFqs6W-FGC9jPzwjQdt0qpCXnSEpQ/edit> Acesso em: 20 fev. 2024.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis. **Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA NO SÉCULO XXI, 15., 2015, Mar Del Plata. Anais. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136064> . Acesso em: 26 out. 2023

INEPE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2020**. Brasília: Inepe, 2021.

IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Colombo**. 2022. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83400&btOk=ok>. Acesso em: 16 out. 2023.

LEÃO, Gabriel Mathias Carneiro; TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. **Itinerários Formativos: Caminhos Possíveis na Educação Profissional**. XII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Anais. Curitiba, 26 a 29 de outubro de 2015.

NASCIMENTO, T. R. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 265–304, 2014.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Agência Estadual de Notícias. **Em 12 anos, Região Metropolitana de Curitiba ganha 523 mil novos habitantes**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Em-12-anos-Regiao-Metropolitana-de-Curitiba-ganha-523-mil-novos-habitantes>. Acesso em: 16 out. 2023.

PDESC. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Colombo**. FIEP/PR. Prefeitura Municipal de Colombo, 2019. Disponível em: <http://www.colombo.pr.gov.br/20mais/PDESColombo.pdf> . Acesso em: 16 out. 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Inove com a ACIC. Pesquisa com associados 2019**. Outubro a Novembro/2019.

SEED. Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. **Consulta Escolas. Município de Colombo**, 2020. Disponível em; <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=454&codigoMunicipio=580> . Acesso em: 28 abr. 2020.

SEED. Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. **SEED em Números**, 2023. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/> . Acesso em: 10 fev. 2023.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Cadernos CEDES**, 20(50), 2000, p. 26–40.

UFPR. Cursos e Profissões. **Feira de Cursos (História - Licenciatura e bacharelado)**, 2023a. Disponível em: <http://www.feiradecursos.ufpr.br/portal/cursos/historia-curitiba6/> . Acesso em: 10 fev. 2023.

UFPR. Núcleo de Concursos. **Processos Seletivos da UFPR** (Vestibulares anteriores), 2023b.

Disponível em: <https://servicos.nc.ufpr.br/PortalNC/VestibularesAnteriores> . Acesso em: 10 fev. 2023.

VIGOTSKI, Lev. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**APÊNDICE A - Quantitativo do acervo físico e virtual da biblioteca do *Campus Colombo*, por títulos e exemplares, referente à área do curso**



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 1  
14/02/2023  
19:49:50

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catálogo,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

**27 - Colombo**

**1 - Livros**

ABBAGNANO, Nicola; BENEDETTI, Ivone Castilho. <b>Dicionário de filosofia</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2000. Classificação : R 103 A122d 2000 (PG) (FI) (CO) R 103 A122d 4. ed. (LD-IPO) (PI) Ac.272045	Quantidade : 1
ADAS, Sérgio. <b>Propostas de trabalho e ensino de filosofia</b> : especificidade das habilidades; eixos temáticos-históricos e transversalidade. São Paulo: Moderna, 2012. Classificação : 107 A221p 2012 (CO) Ac.295593	Quantidade : 1
ADICHIE, Chimamanda Ngozi. <b>Para educar crianças feministas</b> : um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Classificação : 305.23 A235p 1. ed. 2017 (JG) 305.42 A235p (BA) (QI) (CV) (FI) 305.42 A235p 2017 (CO) ( Ac.313822	Quantidade : 1
ADICHIE, Chimamanda Ngozi. <b>Sejamos todos feministas</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Classificação : 305.42 A235s (CV) (CS) (QI) (AS) (TB) (LD-ZN) (PI) (CL) 305.42 A235s 2015 (FI) (CO) (UM Ac.310015	Quantidade : 1
ALVES, Ricardo Luiz Pedrosa. <b>Ciências humanas e suas tecnologias</b> : sociologia. Curitiba: LT, 2013. Classificação : 301.07 A474s (PV) (CS) (IR) (AS) (IV) (QI) (TB) 301 A474s 2013 (CO) (JA) 301.07 A474e 2 Ac.290346	Quantidade : 4
ANDERSON, Perry. <b>Passagens da antiguidade ao feudalismo</b> . São Paulo: Ed. UNESP, 2016. Classificação : 909.07 A548p 2016 (CO) 909.07 A548p (UV) (CS) 940.1 A548p (BA) (CT) Ac.311385	Quantidade : 1
ANTUNES, Celso. <b>Manual de técnicas de dinâmica de grupo, de sensibilização de ludopedagogia</b> . Petrópolis: Vozes, 2012. Classificação : 302.3 A636m 27. ed. (CA) (CV) (FI) (JG) (BA) (TB) (GO) (PI) (QI) (CT) (CL) (PV) (EAD) 3 Ac.294996	Quantidade : 2
ANTUNES, Ricardo L. C. <b>Riqueza e miséria do trabalho no Brasil</b> . São Paulo: Boitempo, 2006. Classificação : 306.36 R594 2006 (PG) (CO) 306.36 R594 (CV) (CA) Ac.290697	Quantidade : 8
ANTUNES, Ricardo L. C.; BRAGA, Ruy (Org.). <b>Infoproletários</b> : degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. Classificação : 306.3 I43 2009 (PG) (CO) (AC) 306.36 I43 2009 (GO) Ac.308232	Quantidade : 1
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. <b>Filosofando</b> : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009. Classificação : 101 A662f 4. ed. 101 A662f 2009 (JA) (CO) 100 A662f 4. ed., rev. 2009 (JG) (CA)101 A662 Ac.276955	Quantidade : 2
ARIÈS, Philippe. <b>História social da criança e da família</b> . Rio de Janeiro: LTC, 1981. Classificação : 305.23 A698h 1981 (PG) (PM) (JA) 392 A698h 2. ed. (PV) 305.23 A698h 2.ed. (IV) (CT) (CO) Ac.278301	Quantidade : 1
BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tania; RIVERO, Patricia S.. <b>Conhecimento e imaginação</b> : sociologia para o ensino médio. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Classificação : 301 B238c (LD-ZN) (PV) (TB) 301 B238c 2012 (JA) (UM) (AC) (CO) (FI) (JG) Ac.289697	Quantidade : 1
BARBOSA, Muryatan Santana. <b>A razão africana</b> : breve história do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: Todavia, 2020. Classificação : 306.096 B238r 2020 (PG) (CO) Ac.330150	Quantidade : 1
BARROS, Fernando R. de Moraes. <b>Estética filosófica para o ensino médio</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Classificação : 111.85 B277e 2012 (JA) 107 B277e (LD-ZN) (PV) (QI) (CA) 107 B277e 2012 (UM) (AC) (CO) ( Ac.289823	Quantidade : 1
BAUMAN, Zygmunt. <b>A ética é possível num mundo de consumidores?</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Classificação : 330.9017 B347e (IR) 174.4 B347e (CS) (CO) Ac.294226	Quantidade : 4
BAUMAN, Zygmunt. <b>Amor líquido</b> : sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Classificação : 302.5 B347a (CT) (PV) (AS) (TB) (IR) (LD-ZN) (BA) 302.5 B347a 2004 (PG) (UM) (CO) (PN) Ac.286758	Quantidade : 1
BAUMAN, Zygmunt. <b>Ética pós-moderna</b> . São Paulo: Paulus, 1997. Classificação : 170 B347e (UM) 170 B347e (PV) 170 B347e 1997 (CO) Ac.291424	Quantidade : 1





**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 2  
14/02/2023  
19:49:51

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. <b>Cegueira moral</b> : a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, c2014. Classificação : 302 B347c (PV) 303.4 B347c (CT) (AS) (UV) (TB) (BA) 303.4 B347c 2014 (PG) (CO) (CA) 303 Ac.294042	Quantidade : 1
BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. <b>Aprendendo a pensar com a sociologia</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Classificação : 301 B347a (PM) (PV) (FI) (BA) (TB) (IV) (CS) 301 B347a 2010 (PG) (PM) (GO) (CO) (UM) (J Ac.282879	Quantidade : 5
BAZZO, Walter Antonio. <b>Ciência, tecnologia e sociedade</b> : e o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: Ed. UFSC, 2017. Classificação : 303.483 B364c 5. ed. (CT) (JG) 303.483 B364c 2017 (CO) (PG) 303.483 B362c 5. ed. (TB) ( Ac.313567	Quantidade : 8
BEAUVOIR, Simone de. <b>O segundo sexo</b> : a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Classificação : 305.4 B386s 3. ed. v. 2 (UV) (LD-ZN) (CV) (CA) (CO) 305.4 B386s v. 2 2016 (PG) 305.4 B3 Ac.313590	Quantidade : 2
BELTRÁN, Rebecca. <b>Vire a página</b> : livro de atividades para esquecer o seu ex. Campinas: Verus, 2015. Classificação : 306.7 B426v 2015 (CO) Ac.309864	Quantidade : 1
BENJAMIN, Walter. <b>Magia e técnica, arte e política</b> : ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. Classificação : 193 B468m 2012 (CO) 700.1 B468m 8. ed. rev. 2012 (JG) 700.1 B468m 8. ed. (CT) (TB) (PI) Ac.298025	Quantidade : 7
BERAS, Cesar, FEIL, Gabriel Sausen. <b>Sociologia do rock</b> . Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015. Classificação : 301 B482s 2015 (CO) Ac.331301	Quantidade : 1
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). <b>O saber histórico na sala de aula</b> . São Paulo: Contexto, 2013. Classificação : 907 S115 (IV) 907 S115 12. ed. (CT) (PI) (BA) 907 S115 2013 (CO) Ac.288319	Quantidade : 1
BLIKSTEIN, Izidoro. <b>Técnicas de comunicação escrita</b> . São Paulo: Contexto, 2016. Classificação : 302.2244 B648t 23. ed. (IR) (CO) 808.066 B648t 23.ed. (PV) Ac.308502	Quantidade : 4
BLOCH, Marc Leopold Benjamin. <b>Apologia da história, ou o ofício de historiador</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Classificação : 907.2 B651a 2001 (PM) (IV) (CO) (GO) 907.2 B651a (LD-ZN) (BA) (CT) (IR) (PI) (TB) Ac.89196	Quantidade : 5
BOMENY, Helena. <b>Tempos modernos, tempos de sociologia</b> . São Paulo: Editora do Brasil, 2010. Classificação : 300.7 T288 1. ed. (LD) (LD-IPO) 300.7 T288 2010 (CO) Ac.291398	Quantidade : 1
BRAGA, Ruy. <b>A rebeldia do precariado</b> : trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017. Classificação : 306.36 B813r 2017 (PG) (CO) Ac.327068	Quantidade : 1
BREEN, Marta. <b>Mulheres na luta</b> : 150 anos em busca de liberdade, igualdade e sororidade. São Paulo: Seguinte, 2019. Classificação : 305.42 B832m 2019 (UM) (PG) 305.42 B832m (CO) (GO) (CV) (CA) (CT) 741.5 B832m (BA) (UV) Ac.319720	Quantidade : 2
BRODBECK, Marta de Souza Lima. <b>Vivenciando a história</b> : metodologia de ensino da história. Curitiba: Base Editorial, 2012. Classificação : 907 B864v 2012 (CO) Ac.295654	Quantidade : 1
BULFINCH, Thomas. <b>O livro da mitologia</b> : a idade da fábula. São Paulo: Martin Claret, 2006. Classificação : 292 B936l 2006 (PN) (CO) Ac.316514	Quantidade : 1
BURKE, Peter (org.). <b>A escrita da história</b> : novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, c1992. Classificação : 907.2 E74 1992 (PM) (PG) (CO) (JA) 907.2 E74 (CT) (CV) (BA) Ac.20409	Quantidade : 9
BUTLER, Judith. <b>Problemas de gênero</b> : feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Classificação : 305.42 B985p 15. ed. (UV) (CS) (BA) (CO) Ac.313648	Quantidade : 1
BUZZI, Arcângelo R. <b>Introdução ao pensar</b> : o ser, o conhecimento, a linguagem. Petrópolis: Vozes, 2012. Classificação : 101 B992i 2012 (PG) (CO) 101 B992i 36. ed. (CT) Ac.309752	Quantidade : 3



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**  
 Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
 Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catálogo,  
 Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
 Período : -  
 Público alvo : Todos  
 Localização de exemplar : Todos  
 Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

Pag. 3  
14/02/2023  
19:49:51

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar**: o ser, o conhecimento, a linguagem. Petrópolis: Vozes, 2012.  
 Classificação : 101 B992i 2012 (PG) (CO) 101 B992i 36. ed. (CT) Ac.309752

CANDAU, Vera Maria (coord.) **Somos todos/as iguais?**: escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. Quantidade : 2  
 Classificação : 305.80981 S697 2. ed. (AS) (CV) (CO) 305.80981 S697 2012 (AC) (PG) (PM) 303.38796081 S6 Ac.290314

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 2011. Quantidade : 1  
 Classificação : 901 D671 2. ed. (PV) 901 D671 2. ed. 2011 (UM) 901 D671 2011 (AC) (CO) Ac.283528

CARNIEL, Fagner; FEITOSA, Samara (org.) **A sociologia em sala de aula**: diálogos sobre o ensino e suas práticas. Curitiba: Base Editorial, 2012. Quantidade : 1  
 Classificação : 301 So678 1. ed. (LD-IPO) (PV) (TB) 301 C288s 2012 (JA) (UM) (AC) (CO) (FI) (PG) (JG) Ac.289713

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003. Quantidade : 1  
 Classificação : 306.43 C311j 2003 (CO) Ac.311459

CASAGRANDE JUNIOR, Eloy Fassi; PERALTA AGUDELO, Líbia Patricia. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: LT, 2012. Quantidade : 10  
 Classificação : 304.25 C334m (PV) (CT) (AS) 304.25 C334m 2012 (JA) (UM) (GO) (CO) (PM) 363.7 C334m 2012 Ac.284456

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014. Quantidade : 1  
 Classificação : 306.4 C418i 22. ed. (CT) 306.4 C418i 2014 (CO) Ac.306437

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013. Quantidade : 1  
 Classificação : 306.4 C418i 2014 (CO) Ac.311393

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2015. Quantidade : 3  
 Classificação : 100 C496c 14. ed. 2011 (GO) (UM) 100 C496c 2011 (PG) (PM) (PN) (JA) 100 C496c 14. ed. (Ac.278747

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011. Quantidade : 2  
 Classificação : 306 C496c 2011 (CO) Ac.298024

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Iniciação à filosofia**: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010. Quantidade : 2  
 Classificação : 101 C496i 2010 (CO) 107 C496i (CL) Ac.295632

CHAUÍ, Marilena de Souza; SANTIAGO, Homero (org.) **Conformismo e resistência**: aspecto da cultura popular no Brasil. São Paulo: Autêntica, 2014. Fundação Perseu Abramo. Quantidade : 1  
 Classificação : 306.0981 C496c 2014 (CO) Ac.305267

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016. Quantidade : 2  
 Classificação : R 398.03 C527d 2016 (CO) (QI) Ac.310728

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação**: teoria e ideologia. Petrópolis: Vozes, 2014. Quantidade : 1  
 Classificação : 302.2 Ac.329679

CORTELLA, Mario Sergio. **Não se desespere!**: provocações filosóficas. Petrópolis: Vozes, 2014. Quantidade : 2  
 Classificação : 100 C827n 7. ed. 2014 (UM) 100 C827n 2014 (JA) (CO) 190 C827n 7. ed. (PI) 199.81 C827no Ac.308845

CORTELLA, Mario Sergio; BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética e vergonha na cara!**. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2014. Quantidade : 1  
 Classificação : 172 C827e (CS) (QI) 170 C827e (BA) (CL) (UV) (LD-ZN) (LD-DB) (TB) (CA) 170 C827e 2014 (Ac.305425



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 4  
14/02/2023  
19:49:51

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

CUNHA, Maria Lourdes da; GOUVEIA, Lene Revoredo (Org.). <b>A ética como fundamento dos projetos humanos</b> . São Paulo: Saraiva, 2012. Classificação : 128 E83 2012 (CA) 170 E83 (CV) (FI) (JG) (TB) (GO) (QI) (CT) (PI) (PV) (UV) 170 E83 201 Ac.295231	Quantidade : 2
DA EMPOLI, Giuliano. <b>Os engenheiros do caos</b> . São Paulo: Vestigio, 2021. Classificação : 302.24 E55e (CS) (CO) Ac.328812	Quantidade : 2
DANIELS, Mark. <b>A história da mitologia para quem tem pressa</b> . Rio de Janeiro: Valentina, 2016. Classificação : 292.13 D186h 2016 (CO) 292.13 D186h 2. ed. 2016 (JG) Ac.312296	Quantidade : 2
DAVIS, Angela Y.. <b>Mulheres, cultura e política</b> . São Paulo: Boitempo, 2017. Classificação : 305.4 D261m (UV) (PI) (CT) (PN) (FI) (BA) (JG) (CA) (LD-IPO) 305.4 D261m 2017 (PG) (CO) Ac.312691	Quantidade : 1
DAVIS, Angela Y.. <b>Mulheres, raça e classe</b> . São Paulo: Boitempo, 2016. Classificação : 305.4 D261m (CS) (UV) (CT) (CV) (CA) (AS) (TB) (PI) (PN) (BA) (JG) (PV) (QI) 305.4 D261 Ac.308498	Quantidade : 4
DAWKINS, Richard. <b>Deus, um delírio</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Classificação : 211.8 D271d (LD-IPO) (CS) 211.8 D271d 2007 (CO) (PM) 211.8 D271d (CT) Ac.307574	Quantidade : 1
DEL PRIORE, Mary (org.). <b>História das mulheres no Brasil</b> . São Paulo: Contexto, 2011. Classificação : 305.40981 H673 2011 (PG) (JA) (CO) 305.40981 H673 10. ed. (IR) (LD-ZN) (CL) (UV) (CS) ( Ac.279681	Quantidade : 3
DELEUZE, Gilles. <b>O que é a filosofia?</b> . São Paulo: Editora 34, 2010. Classificação : 101 D348q 3. ed. (IR) (PV) (LD-DB) (LD-ZN) (CT) (AS) (QI) 101 D348q 3. ed. 2010 (JG) (G Ac.282833	Quantidade : 5
DEMO, Pedro. <b>Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social</b> . São Paulo: Atlas, 2002. Classificação : 301 D383i 2002 (PM) (AC) (CO) 301 D383i (IR) (CT) (BA) Ac.84444	Quantidade : 5
DEMO, Pedro. <b>Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas</b> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012. Classificação : 121 D383p 7. ed. 2012 (UM) (CV) 121 D383p 7. ed. (CA) (GO) (QI) (TB) (CT) (FI) (UV) 121 Ac.287888	Quantidade : 2
DIAS, Maria Odila Leite da Silva. <b>Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX</b> . São Paulo: Brasiliense, 1995. Classificação : 305.42098161 D541q 1995 (CO) Ac.312099	Quantidade : 3
D'ORIO, Paolo. <b>Nietzsche na Itália: a viagem que mudou os rumos da filosofia</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Classificação : 193 D594n 2014 (CO) Ac.309997	Quantidade : 1
ECO, Umberto (org.). <b>História da beleza</b> . Rio de Janeiro: Record, 2013. Classificação : 111.85 H673 3. ed. (BA) (CO) Ac.307458	Quantidade : 1
EINHORN, Stefan. <b>A arte de ser gentil: a bondade como chave para o sucesso</b> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. Classificação : 179.9 E35a (CT) (CO) 179.9 E35a 2007 (PG) Ac.280952	Quantidade : 1
ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das ideias religiosas: volume I : da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Classificação : 291 E42h 2010 (CO) 201 E42h v. 1 (UV) 201 E42h (CS) Ac.308371	Quantidade : 5
ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das ideias religiosas: volume II : de Gautama Buda ao triunfo do cristianismo</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Classificação : 291 E42h 2011 201 E42h v. 2 (UV) 201 E42h (CS)291 E42h 2011 Ac.308376	Quantidade : 10
ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das ideias religiosas: volume III : de Maomé à Idade das Reformas</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Classificação : 291 E42h 2011 201 E42h v. 3 (UV) 201 E42h (CS)291 E42h 2011 Ac.308377	Quantidade : 5



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 5  
14/02/2023  
19:49:51

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

ELIADE, Mircea. <b>O sagrado e o profano</b> : a essência das religiões. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Classificação : 200 E42s 2010 (PM) (CO) 211 E42s 3. ed. (CT) Ac.277003	Quantidade : 5
FELINTO, Renata (org.). <b>Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula</b> : saberes para os professores, fazeres para os alunos : religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. Classificação : 306.896081 C968 2012 (CO) Ac.295638	Quantidade : 1
FERNANDES, Florestan. <b>O negro no mundo dos brancos</b> . São Paulo: Global, 2007. Classificação : 305.896081 F363n 2007 (PG) (CO) 305.8981 F634n 2.ed. (RE) (CV) 305.800981 F634n 2. ed. Ac.279610	Quantidade : 5
FERRARI, Sônia Campaner Miguel. <b>Filosofia</b> : ensinar e aprender. São Paulo: Saraiva, 2012. Classificação : 107 F375f (LD-IPO) (PV) (TB) 107 F375f 2012 (UM) (AC) (CO) (FI) (JA) (JG) Ac.289902	Quantidade : 1
FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lílian de Cassia Miranda de. <b>Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental</b> : conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012. Classificação : 907 F476e 2012 (CO) Ac.295649	Quantidade : 1
FIGUEIREDO, Vinícius de (org.). <b>Filósofos na sala de aula, 2</b> . São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2007. Classificação : 109.2 F488 2007 (CO) 109.2 F488 (CS) (QI) Ac.297789	Quantidade : 2
FIGUEIREDO, Vinícius de (org.). <b>Filósofos na sala de aula, 3</b> . São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. Classificação : 109.2 F488 2009 (CO) 109.2 F488 (CS) (QI) Ac.297786	Quantidade : 2
FIGUEIREDO, Vinícius de. <b>Filosofia</b> : temas e percursos. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2013. Classificação : 100 F475f 2013 (CO) Ac.308364	Quantidade : 2
FISCHER, Rosa Maria. <b>Televisão e educação</b> : fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Classificação : 302.2345 F529t 4. ed. (CT) 302.2345 F529t 2013 (CO) Ac.293476	Quantidade : 2
FOUCAULT, Michel. <b>A hermenêutica do sujeito</b> : curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Classificação : 126 F762h 3. ed. 2010 (UM) 126 F762h 2010 (PG) 126 F762h 3. ed. (CO) (GO) (UV) (CV) (CA) Ac.296772	Quantidade : 2
GALLO, Silvio (coord.). <b>Ética e cidadania</b> : caminhos da filosofia (elementos para o ensino de filosofia). Campinas: Papirus, 2012. Classificação : 323.6 E84 20. ed. (CA) (CT) (PV) 107 E84 20. ed. (BA) (CV) (FI) (JG) (TB) (GO) (AC) (QI) Ac.295411	Quantidade : 3
GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (colab.). <b>A docência em história</b> : reflexões e propostas para ações. Erechim: Edelbra, 2012. Classificação : 907 G463d 2012 (CO) Ac.295592	Quantidade : 1
GLEISER, Marcelo. <b>A dança do universo</b> : dos mitos de criação ao Big Bang. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. Classificação : 113 G557d (PV) (IV) (BA) (PI) 113 G557d 2006 (UM) (CO) (GO) 113 G557d 1. ed. (LD-IPO) Ac.283281	Quantidade : 2
GOMES, Nilma Lino (org.). <b>Um Olhar além das fronteiras</b> : educação e relações sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 Classificação : 305.896 O45 2010 (AC) (CO) Ac.294199	Quantidade : 1
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. <b>Os (des)caminhos do meio ambiente</b> . São Paulo: Contexto, 2011. Classificação : 304.2 G635d 15. ed. (LD-DB) (CT) (CS) (LD-IPO) (PI) (UV) (IV) (TB) 304.2 G635d 2011 (AC) Ac.284264	Quantidade : 5
GUIMARÃES, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; ASSIS, Marcos Archanjo de. <b>Educar pela sociologia</b> : contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012. Classificação : 301 G963e 1. ed. (LD-DB) (LD-IPO) (PV) (TB) 301 G963e 1. ed. 2012 (UM) 301 G963e 2012 ( Ac.290011	Quantidade : 1
GUIMARÃES, Marcella Lopes. <b>Capítulos de história</b> : o trabalho com fontes. Curitiba: Aymará Educação, 2012. Classificação : 900.8 G963c 2012 (UM) (AC) (CO) 907.2 G963c 1. ed. (LD-ZN) (PV) (TB) 907 G963c 2012 (FI) Ac.290757	Quantidade : 1



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 6  
14/02/2023  
19:49:51

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

GUINSBURG, J. (org.). <b>A República de Platão</b> : obras I. São Paulo: Perspectiva, 2014. Classificação : 184 R426 2. ed. (CT) (PI) (BA) 180 R426 2. ed. 2014 (JG) (CO) Ac.296065	Quantidade : 1
HAESBAERT, Rogério. <b>O mito da desterritorialização</b> : do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021. Classificação : 304.2 H136m 2021 (CO) Ac.329664	Quantidade : 4
HAGUETTE, Teresa Maria Frota. <b>Metodologias qualitativas na sociologia</b> . Petrópolis: Vozes, 2013. Classificação : 300.72 H147m 2013 (PG) (CO) 300.72 H147m 14. ed. (IR) Ac.309866	Quantidade : 1
HARARI, Yuval N. <b>Sapiens</b> : uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2017. Classificação : 576.8 H254s 2017 (PN) (PM) 576.8 H254s 25. ed. (UV) 909 H254s 2017 (CO) Ac.313330	Quantidade : 1
HARAWAY, Donna Jeanne; KUNZRU, Hari. <b>Antropologia do ciborgue</b> : as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Classificação : 306 H23 2. ed. 2013 (UM) 306 H254a 2013 (CO) Ac.285068	Quantidade : 2
HIPÓLIDE, Márcia Cristina. <b>Contextualizar é reconhecer o significado do conhecimento científico</b> . São Paulo: Phorte, 2012. Classificação : 907 H667c (LD-ZN) (PV) (TB) 907 H667c 2012 (UM) (CO) (FI) (AC) (JG) 901 H667c 2012 (JA) Ac.289647	Quantidade : 1
HIRATA, Helena Sumiko; ABREU, Alice Rangel de Paiva; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). <b>Gênero e trabalho no Brasil e na França</b> : perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. Classificação : 305.42 G326 2016 (PG) (CA) (CO) (PN) Ac.315665	Quantidade : 9
HOBBSBAWM, E. J. <b>A era das revoluções</b> : 1789-1848. São Paulo: Paz & Terra, 2015. Classificação : 909.08 H684e 35. ed. (BA) (AS) (CS) (GO) 909.08 H684e 2015 (CO) (JA) 909.08 H684e 35. e Ac.307009	Quantidade : 5
HOBBSBAWM, E. J. <b>A era dos impérios</b> : 1875-1914. São Paulo: Paz & Terra, 2016. Classificação : 909.08 909.08 H684e 2016 (CO) 909.08 H684e 21. ed. (AS) (CA) Ac.310891	Quantidade : 3
HOBBSBAWM, E. J. <b>Era dos extremos</b> : o breve século XX : 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Classificação : 909.82 H684e 1995 (PM) (PG) (CL) (AC) (CO) (JA) (PN) 909.82 H684e 2. ed. (PV) (TB) (CT) Ac.26298	Quantidade : 5
HOBBSBAWM, E. J. <b>Sobre história</b> : ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Classificação : 901 H684s 2013 (CO) (PG) 901 H684s (CT) (PI) 901 H684s 1. ed. 2013 (JG) Ac.297798	Quantidade : 5
HUISMAN, Denis. <b>Dicionário de Obras Filosóficas</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2000. Classificação : R 103 H899d 2000 (PM) (CO) R 103 H899d (CT) (UV) R 103 H911d 1. ed (IR) Ac.85630	Quantidade : 1
IBRAHIM, Francini Imene Dias. <b>Educação ambiental</b> : estudo dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade. São Paulo: Érica; Saraiva, 2014. Classificação : 304.28 I14 1. ed. 2017 (FI) (CO) Ac.320944	Quantidade : 3
JONAS, Hans. <b>O princípio responsabilidade</b> : ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Classificação : 170 J76p 2006 (PG) (JG) (CO) 170 J76p (IR) Ac.305858	Quantidade : 1
KABENGELE MUNANGA; GOMES, Nilma Lino. <b>O negro no Brasil de hoje</b> . São Paulo: Global, 2016. Classificação : 305.896 K11n 2016 (CO) (PM) (QI) 305.896 K11n 2. ed. (CT) (PN) (FI) (BA) (JG) (UV) 305. Ac.310890	Quantidade : 3
KAISER. <b>Manipulados</b> : como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2020. Classificação : 303.483 K13m 2020 (CO) Ac.330072	Quantidade : 1
KARNAL, Leandro (org.). <b>História na sala de aula</b> : conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2013. Classificação : 907 H58 2015 (CO) (PM) 907 H58 6. ed. (UV) (CS) (PI) 907 H673 6. ed. (BA) Ac.298082	Quantidade : 5



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 7  
14/02/2023  
19:49:51

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

KRENAK, Ailton. <b>Ideias para adiar o fim do mundo</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Classificação : 304.28 K92i 2. ed. 2020 (GO) 304.28 K92i 2020 (PN) (PG) (CO) 304.28 K92i 2. ed. 2020 (U Ac.326000	Quantidade : 1
LARALA, Roque de Barros. <b>Cultura</b> : um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. Classificação : 301.2 L318c 1986 (PM) 306 L318c (TB) (CT) (FI) (IV) (AS) (CA) 306 L318c 1986 (UM) (CO) Ac.7277	Quantidade : 8
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. <b>A construção do saber</b> : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Porto Alegre: Artmed, 1999. Classificação : 300.72 L412c 1999 (PM) (PG) (CA) 300.72 L412c (CT) (CO) (GO) (CV) 001.42 L412c (BA) (PI) Ac.26296	Quantidade : 2
LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm Freiherr von; PIAUÍ, William de Siqueira; SILVA, Juliana Cecci. <b>Ensaio de teodiceia sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal</b> . São Paulo: Estação Liberdade, 2017. Classificação : 193 L525e 2017 (CO) Ac.331300	Quantidade : 1
LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). <b>Corpo, gênero e sexualidade</b> : um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2013. Classificação : 306.7 C822 2013 (CO) 370.11 C812 2013 (PG) Ac.311423	Quantidade : 2
LÖWY, Michael. <b>O que é o ecossocialismo?</b> . São Paulo: Cortez, 2014. Classificação : 304.2 L912q 2. ed. (CL) (UV) 304.2 L912q 2014 (CO) Ac.310195	Quantidade : 1
MACGREGOR, Neil. <b>A história do mundo em 100 objetos</b> . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. Classificação : 909 M147h 1. ed. (LD-IPO) (RE) 909 M147h (QI) (CO) (GO) (UV) (CV) (CA) (BA) (CT) Ac.309122	Quantidade : 2
MACHADO, Lia Zanotta. <b>Feminismo em movimento</b> . São Paulo: Francis, 2010. Classificação : 305.42 M149f 2. ed. (CO) (GO) (UV) (CV) (CA) (BA) (CT) Ac.320806	Quantidade : 2
MAGNOLI, Demétrio. <b>O mundo contemporâneo</b> : os grandes acontecimentos mundiais da Guerra fria aos nossos dias - com questões do ENEM e de vestibulares. São Paulo: Atual, 2013. Classificação : 909 M198m (CS) (QJ) 909 M198m 2013 (CO) Ac.305804	Quantidade : 1
MARRIOTT, Emma. <b>A história do mundo para quem tem pressa</b> : mais de 5 mil anos de história resumidos em 200 páginas! Rio de Janeiro: Valentina, 2016. Classificação : 909 M359h 2016 (CO) Ac.312294	Quantidade : 2
MARTINO, Luís Mauro Sá. <b>Estética da comunicação</b> : da consciência comunicativa ao "eu" digital. Petrópolis: Vozes, 2007. Classificação : 302.2 M386e (BA) (CO) Ac.320331	Quantidade : 1
MATOS, Francisco Gomes de. <b>Ética na gestão empresarial</b> : da conscientização à ação. São Paulo: Saraiva, 2011. Classificação : 174.9658 M433 2. ed. (CA) (CV) 174.4 M433e 2. ed. (BA) (FI) (GO) (QI) (CT) (IR) (PN) (J Ac.295923	Quantidade : 3
MEKSENAS, Paulo. <b>Sociologia</b> . São Paulo: 2010. Cortez, Classificação : 301 M516s 2010 (PG) (CO) Ac.292598	Quantidade : 5
MICHAUD, Yves. <b>Filosofia para adolescentes</b> . São Paulo: Escala Educacional, 2007. Classificação : 108.35 M622f 2007 (CO) Ac.305300	Quantidade : 5
MINOIS, Georges. <b>História do ateísmo</b> : os descrentes no mundo ocidental, das origens aos nossos dias. São Paulo: Ed. UNESP, 2014. Classificação : 211.8 M666h 2014 (CO) Ac.331272	Quantidade : 1
MINOIS, Georges. <b>História do riso e do escárnio</b> . São Paulo: Ed. UNESP, 2003. Classificação : 306 M666h 2003 (CO) Ac.331271	Quantidade : 1
MIRANDA, Simão de. <b>Novas dinâmicas para grupos</b> : a aprendizagem do conviver. Campinas: Papyrus, 2013. Classificação : 302.3 M672n 7. ed. (CA) (CV) (JG) (TB) (GO) (PI) (EAD) 302.3018 M672n 2013 (CO) 302.3 M Ac.295935	Quantidade : 2



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 8  
14/02/2023  
19:49:51

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

MORIN, Edgar. <b>Cultura de massas no século XX</b> : o espírito do tempo : neurose e necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018. Classificação : 909 M858c 11. ed. (CO) (GO) (UV) (CV) (CA) (BA) (CT) Ac.320473	Quantidade : 2
NELSON, Maggie. <b>Argonautas</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2017. Classificação : 306.76 N426a 2017 (CO) (PG) Ac.314960	Quantidade : 1
NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. <b>A genealogia da moral</b> . Petrópolis: Vozes, 2013. Classificação : 170 N677g 4.ed. (CT) (CO) Ac.310383	Quantidade : 1
NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. <b>Assim falou Zaratustra</b> : um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Martin Claret, 2012. Classificação : 193 N677a (TB) 193 N677a 2012 (PN) (CO) Ac.284596	Quantidade : 1
<b>O livro da filosofia**</b> O LIVRO da filosofia. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2011. Classificação : 100 L788 (CT) (CL) 100 L788 2011 (UM) (CO) Ac.287276	Quantidade : 5
OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. <b>Sociologia para jovens do século XXI</b> : ensino médio, volume único. Rio de Janeiro: Impenal Novo Milênio, 2013. Classificação : 301 O48s 2013 (PG) (CO) 301 O48s 3. ed. (BA) (PV) Ac.290800	Quantidade : 3
OLIVEIRA, Regina Soares de; CANO, Marcio Rogério de Oliveira (coord.). <b>História</b> . São Paulo: Blucher, 2012. Classificação : 907 O48h 2012 (CO) Ac.295646	Quantidade : 1
ORDINE, Nuccio. <b>A utilidade do inútil</b> : um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. Classificação : 300.1 O65u 2016 (CO) 300.1 O65u (TB) Ac.312406	Quantidade : 1
PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. <b>Cadernos temáticos da diversidade</b> : sexualidade. Curitiba: SEED, 2009. Classificação : 306.76 S518 2009 (FI) (CO) Ac.272357	Quantidade : 1
PERROT, Michelle (dir.). <b>História das mulheres no Ocidente</b> . Porto: Afrontamento, 1990. Classificação : 305.409 H673 1990 (PM) (BA) 305.409 H673 (CO) Ac.36117	Quantidade : 1
PINTO, Julio Pimentel; TURAZZI, Maria Inez. <b>Ensino de história</b> : diálogos com a literatura e fotografia. São Paulo: Moderna, 2012. Classificação : 907 P659e 2012 (CO) 907 P659e (CT) Ac.295662	Quantidade : 1
PONCHIROLLI, Osmar. <b>Ética e responsabilidade social empresarial</b> . Curitiba: Juruá, 2007. Classificação : 170 P795e 1. ed. (IR) (JG) (TB) (CO) 170 P795e 2007 (JG) Ac.307954	Quantidade : 1
PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. <b>Clássicos sobre a revolução brasileira</b> . São Paulo: Ed. Expressao popular, 2012. Classificação : 303.64 P896c 2012 (CO) Ac.315073	Quantidade : 8
QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. <b>Um toque de clássicos</b> : Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Classificação : 301 Q7t 2002 (PM) (JA) (IV) (PG) (CA) (CO) 301 Q7t 2. ed. 2009 (UM) 301 Q7t 2. ed. (CV) Ac.276483	Quantidade : 1
QUIRINO, Raquel (org.). <b>Relações de trabalho, educação e gênero</b> . Jundiaí: Paco Editorial, 2014. Classificação : 306.36 R382 2014 (CO) 305.42 R382 2014 (PN) Ac.308551	Quantidade : 1
RIBEIRO, Darcy. <b>O povo brasileiro</b> : a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. Classificação : 301 R484p (FI) (BA) (CS) 301 R484p 2006 (PM) (CO) (CL) Ac.189924	Quantidade : 5
ROBLES, Martha. <b>Mulheres, mitos e deusas</b> . São Paulo: Aleph, 2021. Classificação : 305.42 R666m 3. ed. (LD-ZN) (CO) Ac.329547	Quantidade : 1



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Pag. 9  
14/02/2023  
19:49:51

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

RODRIGO, Lídia Maria. <b>Filosofia em sala de aula</b> : teoria e prática para o ensino médio. Campinas: Autores Associados, 2009. Classificação : 107 R696f (LD-DB) (LD-IPO) (PV) (CT) (CA) (TB) 107 R696f 2009 (UM) (AC) (CO) (FI) (JG) Ac.289581	Quantidade : 1
RUSSELL, Bertrand. <b>História da filosofia ocidental</b> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. Classificação : 190 R961h 2015 (CO) Ac.331299	Quantidade : 3
RUSSELL, Jeffrey Burton; ALEXANDER, Brooks. <b>História da bruxaria</b> . São Paulo: Aleph, 2019. Classificação : 133.43 R964h 2. ed. (BA) (CO) 133.4309 R964h 2. ed. (LD-ZN) Ac.320327	Quantidade : 1
SÁ, A. Lopes de. <b>Ética profissional</b> . São Paulo: Atlas, 2009. Classificação : 174.4 S111e 9. ed. (CT) (BA) (CV) (QI) (PI) 174.4 S111e 9. ed. 2009 (UM) (CL) 174 S111e Ac.278972	Quantidade : 3
SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. <b>A mulher na sociedade de classes</b> : mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Classificação : 305.4 S128m 2013 (CO) 305.4 S128m (CV) 305.409 S128m 2013 (JA) Ac.315066	Quantidade : 8
SAGAN, Carl. <b>O mundo assombrado pelos demônios</b> : a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. Classificação : 306.45 S129m (CT) 306.45 S129m 1. ed. (LD-ZN) 501 S129m (BA) (CV) (CL) 306.45 S129m 200 Ac.281299	Quantidade : 1
SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. <b>Ética</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Classificação : 170 S211e 2014 (AC) (PG) (PN) (CO) (EAD) 170 S211e 36. ed. (CA) (BA) (CS) (CV) (QI) (CT) Ac.291734	Quantidade : 2
SANTAELLA, Lúcia. <b>Comunicação ubíqua</b> : repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013. Classificação : 303.4833 S222c (CT) (GO) (QI) (IV) (PI) 303.4833 S222c 2013 (CO) Ac.307418	Quantidade : 1
SANTOS, Milton. <b>Por uma outra globalização</b> : do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2021. Classificação : 306.3 S237p 32. ed. (LD-ZN) (CO) Ac.328502	Quantidade : 4
SANTOS, Milton. <b>Técnica, espaço, tempo</b> : globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008. Classificação : 307.76 S237t 2008 (PG) 307.76 S237t 5. ed. (TB) (CA) (CO) Ac.290622	Quantidade : 1
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. <b>O Brasil</b> : território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2021. Classificação : 306.3 S237b 22. ed. (CO) (CL) Ac.329657	Quantidade : 2
SAVIAN FILHO, Juvenal. <b>Argumentação</b> : a ferramenta do filósofo. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Classificação : 168 S267a 2010 (PG) (CO) Ac.292016	Quantidade : 3
SCHNEIDER, Graziela (org.). <b>A revolução das mulheres</b> : emancipação feminina na Rússia soviética : artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017. Classificação : 305.42 R454 2017 (CO) (PG) 305.42 R454 (UV) Ac.310713	Quantidade : 3
<b>Seis filósofos na sala de aula**</b> SEIS filósofos na sala de aula: para ler Platão, Descartes, Kant, Maquiavel, Voltaire, Sartre. São Paulo: Berliand & Vertecchia, 2010. Classificação : 109.2 S462 2010 (CO) 109.2 F488 (CS) (QI) Ac.298090	Quantidade : 2
SILVA, Afrânio et al. <b>Sociologia em movimento</b> . São Paulo: Moderna, 2013. Classificação : 300.7 S678 2013 (CO) 301 S678 1. ed. (LD-ZN) Ac.295631	Quantidade : 1
SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart (org.). <b>Identidade e diferença</b> : a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. Classificação : 302 I19 2014 (CO) (PG) 302 I19 15. ed. (PV) (PI) (CT) Ac.305060	Quantidade : 1
SIMONATO, Regina Bratfisch. <b>Dinâmicas de grupo para treinamento motivacional</b> . Campinas: Papyrus, 2012. Classificação : 302.3 S589d 8. ed. (CA) (BA) (CV) (GO) (QI) (CT) (PI) (PN) (LD-DB) 302.3 S589d 2012 (CO) Ac.295773	Quantidade : 2





**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**  
**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**  
Período : 01/01/2000 a 14/02/2023  
Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catalogação,  
Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,  
Período : -  
Público alvo : Todos  
Localização de exemplar : Todos  
Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

Pag. 10  
14/02/2023  
19:49:51

SLOTTERDIJK, Peter. <b>Bolhas</b> . São Paulo: Estação Liberdade, 2016. Classificação : 128 S634e 2016 (CO) Ac.331281	Quantidade : 1
SLOTTERDIJK, Peter. <b>Crítica da razão cínica</b> . São Paulo: Estação Liberdade, 2012. Classificação : 183 S634e 2012 (PG) (CO) Ac.290434	Quantidade : 1
SOLNIT, Rebecca. <b>A mãe de todas as perguntas</b> : reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Classificação : 305.42 S689m 2017 (PG) (CO) 305.42 S688m (LD-ZN) (CA) Ac.318504	Quantidade : 1
SOLNIT, Rebecca. <b>Os homens explicam tudo para mim</b> . São Paulo: Cultrix, 2017. Classificação : 305.42 S688h (BA) (LD-IPO) 305.42 S688h 2017 (CO) Ac.314752	Quantidade : 1
SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. <b>Iniciação à história da filosofia</b> : dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Classificação : 109 M321i 2. ed. (UV) (CA) 109 S729i 2. ed (BA) (IV) (CV) 109 S729i 2. ed. rev. e ampl. Ac.297343	Quantidade : 3
STEFANUTTI, Paola; GREGORY, Valdir. <b>Do couvert ao café... pescadores, memórias e comidas</b> . Curitiba: Ed. IFPR, 2018. Classificação : 306.40981 S816d 2018 (FI) (UV) (UM) (IV) (PM) (CO) (AC) (PG) (CA) (PN) (CV) (GO) (PI) (Ac.321088	Quantidade : 1
SUMPTER, David. <b>Dominados pelos números</b> : do Facebook e Google às fake news os algoritmos que controlam nossa vida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. Classificação : 303.483 S955d 2019 (CO) Ac.330048	Quantidade : 1
TARINI, Ana Maria de Fátima Leme; ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira (org.). <b>Mulheres sobre mulheres</b> : reflexões à luz da análise de discurso. Curitiba: Ed. IFPR, 2018. Classificação : 305.42 M954 (RE) (UV) (IV) (QI) (PV) (CO) (CT) (CA) (PN) (CV) (CL) (TB) (IR) (JG) (CS) Ac.321647	Quantidade : 1
TOMAZI, Nelson Dacio. <b>Sociologia para o ensino médio</b> : volume único. São Paulo: Atual, 2014. Classificação : 301 T655s 2014 (PG) (PN) (CO) 301 T665s 4. ed. (PI) (AS) (CS) (QI) 301 T665s 4. ed. 201 Ac.292406	Quantidade : 3
VAN LENTE, Fred. <b>Filósofos em ação</b> : volume dois. São Paulo: Gal, 2010. Classificação : 741.5 V217f (CT) 100 V217f 2010 (CO) Ac.295080	Quantidade : 2
VAN LENTE, Fred. <b>Filósofos em ação</b> : volume um. São Paulo: Gal, 2010. 2008 Classificação : 741.5 V217f (CT) 100 V217f 2008 (CO) Ac.295081	Quantidade : 2
VERGÈS, Françoise. <b>Um feminismo decolonial</b> . São Paulo: Ubu, 2020. Classificação : 305.42 B985p 1. ed. (CO) (CT) 305.42 V495f 2020 (PG) 305.42 V496f (CT) Ac.330097	Quantidade : 1
VIGARELLO, Georges. <b>História do corpo</b> : da Renascença às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2012. Classificação : 306.4 H673 5. ed. (CT) (RE) 306.4 H673 2012 (CO) Ac.286496	Quantidade : 15
VILA NOVA, Sebastião. <b>Introdução à sociologia</b> . São Paulo: Atlas, 2004. Classificação : 301 V695i 6. ed. (CT) (CL) (CA) 301 V695i 6. ed. (IR) 301 V695i 2004 (PG) (CO) Ac.281418	Quantidade : 5
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. <b>A inconstância da alma selvagem</b> : e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Ubu, 2017. Classificação : 306.08981 V857i 2017 (PG) 305.898081 V857i 2017 (CO) Ac.318659	Quantidade : 4
WEYNE, Bruno Cunha. <b>O princípio da dignidade humana</b> : reflexões a partir da filosofia de Kant. São Paulo: Saraiva, 2013. Classificação : 193 W546p 2013 (CO) Ac.330046	Quantidade : 2

Legenda: \*\* = Acervo incompleto

Total títulos / Livros : 168

Total de exemplares / Livros : 416  
Total de material adicional / Livros : 0



**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

**Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas**

**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO POR AUTOR**

Período : 01/01/2000 a 14/02/2023

Situação do acervo : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Interrompido,6 - Pré-catálogo,

Situação do exemplar : Todos,0 - Normal,1 - Excluído,2 - Não disponível,3 - Desaparecido,4 - Malote,

Período : -

Público alvo : Todos

Localização de exemplar : Todos

Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

**Total títulos / Colombo : 168**

**Total geral de títulos : 168**

**Total de exemplares / Colombo : 416**  
**Total de material adicional / Colombo : 0**

**Total geral de exemplares : 416**  
**Total geral de material adicional : 0**

Pag. 11  
14/02/2023  
19:49:51

## APÊNDICE B - REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS COLOMBO

AUTORIZADO PELO PARECER CONSEPE Nº 39/2020

### CAPÍTULO I DAS REGRAS GERAIS DE ESTÁGIO

Art. 1º Este Regulamento Geral de Estágio (RGE) abrange todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do Campus Colombo, sendo seus dispositivos alinhados à [resolução IFPR nº 36/2019](#), a [lei nº 11.788/2008](#) e demais dispositivos legais pertinentes.

Parágrafo único. O estágio, como ato educativo, prioriza a formação do estudante para o mundo do trabalho e o fortalecimento dos conhecimentos construídos no ambiente acadêmico.

Art. 2º Os estudantes que realizam as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório são considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, desde que estejam regularmente matriculados no curso do campus e que as atividades propiciem experiência acadêmico-profissional e contextualização curricular.

Parágrafo único: entende-se por estágio obrigatório e não obrigatório as definições expressas no Art. 4 e Art. 5 da [resolução IFPR nº 36/2019](#).

Art. 3º Para realização de estágio obrigatório o estudante deverá:

- I) matricular-se no componente de estágio;
- II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio;
- III) formalizar Termo de Compromisso e Plano de Estágio (TCE/PE) com a unidade concedente de estágio (UCE), utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Pró-reitoria de Ensino (Sae/Proens) e Seção de Estágios e Relações Comunitárias do campus (Serc).

Parágrafo único: Nesta modalidade de estágio, os estudantes somente poderão atuar como estagiários a partir do terceiro período do curso.

Art. 4º Para realização de estágio não obrigatório, o estudante deverá:

- I) verificar as oportunidades de estágio na região e as parcerias firmadas com o IFPR, em especial os agentes de integração;

II) receber orientação dos professores orientadores e coordenador do curso sobre as possibilidades de estágio e a adequação ao seu curso;

III) formalizar, com o auxílio da Serc, o TCE/PE com a UCE, utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Sae//Proens.

§ 1º. O estágio não obrigatório é facultativo, entretanto, o estudante ao optar por realizá-lo estará vinculado aos dispositivos da [resolução IFPR nº 36/2019](#) e às normas da UCE.

§ 2º. Os estudantes poderão atuar como estagiários a partir do primeiro semestre do curso, desde que as atribuições do estágio sejam compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso e atendam às exigências do artigo 54 da [resolução IFPR nº 36/2019](#).

§ 3º. A compatibilidade das atividades desenvolvidas nesta modalidade de estágio serão validadas pelo coordenador do curso com consentimento do professor que irá ser responsável pela orientação.

§ 4º. Os estágios não poderão ter início antes do primeiro dia letivo e deverão ser encerrado até o último dia de aula.

Art. 5º O estudante deve estar coberto por seguro contra acidentes pessoais durante a vigência do estágio, que será informado no TCE/PE e respeitando os incisos VII e VIII do art. 25 da [resolução IFPR nº 36/2019](#).

Parágrafo único. Nos casos em que o seguro seja custeado pela UCE ou agente de integração, é necessário que a SERC requisite a apólice de seguro e incorpore ao processo de “Acompanhamento de estágio”.

Art. 6º A caracterização e definição do estágio será feita entre o IFPR e a UCE, por meio do TCE/PE, no qual estarão acordadas todas as condições de sua realização, e que será periodicamente reexaminado.

Parágrafo único. É responsabilidade do professor orientador e da Serc a verificação se o TCE/PE está em conformidade e se o estudante cumpre continuamente os artigos 6º, 17 e 26 da [resolução IFPR nº 36/2019](#), não eximindo o estudante do cumprimento do art. 18 da mesma resolução.

Art. 7º A responsabilidade por verificar se o estudante estará em local apropriado para estágio, alinhado aos princípios pedagógicos do IFPR, em ambiente de formação para o mundo do trabalho e em acordo com o PPC é responsabilidade do professor orientador, antes da formalização do TCE/PE, sendo a formalização do documento garantia da inspeção do campo de estágio.

Parágrafo único. O Conselho de Estágio do curso e o Colegiado do respectivo curso poderão ser consultados nos casos em que o professor orientador apresente dúvidas quanto à possibilidade e relevância da realização do estágio na UCE.

Art. 8º Para os casos em que seja possível o estágio de 40 (quarenta) horas semanais, em acordo com a [resolução IFPR nº 36/2019](#), em especial o §1 do art. 17, devem ter a sua previsão de execução definida no TCE/PE ou mediante aditivo ao TCE/PE.

Parágrafo único. No caso de estágio durante as férias, a orientação será indireta, retornando a orientação prevista no TCE/PE após esse período.

Art. 9º Toda alteração ao TCE/PE será realizada por meio de aditivo, que deverá ser formalizado, com intermédio da Serc, durante a vigência do TCE/PE.

Art. 10. O TCE/PE, aditivos, equivalências, relatórios e demais requisições deverão ser realizados por meio dos formulários próprios disponibilizados pela Sae/Proens e Serc, nos prazos estabelecidos e divulgados pelo campus.

Art. 11. Não serão aceitos TCE/PE e aditivos ao TCE/PE:

- I) com data retroativa;
- II) antes do período indicado;
- III) que contenham rasuras ou indicativos de alteração;
- IV) com informações obrigatórias faltantes;
- V) sem a assinatura do estudante e do professor orientador.

Parágrafo único. Como regra, o chefe da Serc assinará somente após a assinatura das demais partes.

Art. 12. Os documentos da relação de estágio deverão ser entregues e protocolados na Secretaria Acadêmica do campus, que fará o encaminhamento para a Serc, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a tramitação necessária e os lançamentos referente a formalização via SEI.

§ 1º. : Identificada a oportunidade de estágio, o estudante deverá verificar com os professores responsáveis pela orientação a aderência das atividades do estágio com o PPC do curso..

§ 2º. : Havendo compatibilidade das atividades atestadas pelo professor orientador, o estudante deverá proceder o protocolo dos documentos de estágio junto à secretaria acadêmica, conforme expresso no caput deste artigo, com todas as vias assinadas pelo estudante e pelo supervisor na UCE.

§ 3º. : Concluída a averiguação da documentação, a Serc procederá com a coleta da assinatura do professor orientador e com os lançamentos necessários para a formalização via SEI.

§ 4º. : Após o prazo expresso no caput o estudante deverá retirar a documentação na secretaria acadêmica.

Art. 13. A Serc abrirá processo no SEI, com a tipologia “Acompanhamento de estágio”, por oferta de curso, que conterà:

I) todos os documentos da relação de estágio (TCE/PE, aditivos ao TCE/PE, relatórios, etc);

II) o relatório dos estudantes que realizaram estágio não obrigatório, que trará as informações necessárias ao lançamento pela Secretaria Acadêmica em histórico escolar do estudante;

§ 1º. O processo será tramitado para Sae/Proens para fins de controle;

§ 2º. A Serc abrirá um novo processo de “Acompanhamento de estágio”, vinculado ao processo de oferta, para casos em que seja requerida equivalência para análise do colegiado do curso;

§ 3º. Ao término da oferta, deverá ser registrado o quantitativo de estudantes que realizaram estágio obrigatório e não obrigatório, por meio de despacho final à Sae/Proens, que poderá ser realizado pelo coordenador do curso com o auxílio da SERC.

§ 4º As relações de estágio são comprovadas pelos documentos do processo.

Art. 14. O convênio de estágio, quando necessário, deverá ser formalizado antes do início da realização de estágio, sendo de responsabilidade da Comissão Orientadora de Estágios do curso a sua verificação, de acordo com o artigo 22 da [resolução IFPR nº 36/2019](#).

Parágrafo único: Caberá a SERC a formalização do convênio e à Sae/Proens, a supervisão e orientação neste processo.

## CAPÍTULO II DA EQUIVALÊNCIA

Art. 15. As horas de estágio não obrigatório poderão ser utilizadas para horas de atividades complementares, sendo o percentual máximo de utilização de 25%.

Art. 16. O estudante, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 28 da [resolução IFPR nº 36/2019](#), poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência de até 70% da carga horária de estágio, considerando:

- a) estágios de até 200h (duzentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 3 meses de experiência nos últimos 2 (dois) anos;
- b) estágios de até 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 6 meses de experiência nos últimos 3 (três) anos;
- c) estágios superiores a 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 12 meses de experiência nos últimos 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Caberá ao colegiado do curso avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e definir o percentual de equivalência por estudante limitado ao valor do caput.

Art. 17. O estudante, no caso previsto no inciso III do art. 28 da [resolução IFPR nº 36/2019](#), poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio.

Parágrafo único. Caberá ao colegiado do curso avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e aprovar ou não a equivalência pretendida.

Art. 18. O estudante, no caso previsto no inciso IV do art. 28 da [resolução IFPR nº 36/2019](#), poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio. Para tanto, o colegiado do curso considerará:

- I - a compatibilidade das atividades desenvolvidas com o componente curricular de estágio obrigatório;
- II - a compatibilidade das horas totais.

§ 1º No caso das licenciaturas, o nível de ensino previsto no componente curricular de estágio deverá ser considerado.

§ 2º Para os casos do Pibid e Residência Pedagógica, os professores orientadores responsáveis pelos programas emitirão pareceres de equivalência para os componentes de estágio obrigatório.

Art. 19. Os documentos comprobatórios para a solicitação de equivalência de carga horária de estágio segue o rol exemplificativo do §1 do art. 28 da [resolução IFPR nº 36/2019](#).

Art. 20. A matrícula, sua confirmação e a frequência regular no curso são itens indispensáveis para iniciar e continuar em estágio, sendo de responsabilidade do professor orientador notificar as mudanças na situação do estudante à Comissão Orientadora de Estágios do respectivo curso do estudante.

Parágrafo único. O professor orientador e o coordenador de curso, com intermédio da Serc, podem, justificadamente, não iniciar ou interromper estágio de estudante que não mantenha as condições acadêmicas mínimas, notificando formalmente por e-mail a UCE ou agente de integração, os fatores que embasaram a decisão.

### CAPÍTULO III DO DESLIGAMENTO

Art. 21. A rescisão do estágio deverá ocorrer por meio de formulário próprio, respeitando-se as regras previstas no art. 31 da [resolução IFPR nº 36/2019](#), considerando que a Serc tem o prazo de 5 dias úteis para tramitações necessárias.

### CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 22. A orientação de estágio não obrigatório será da forma indireta, nos termos da [resolução IFPR nº 36/2019](#), exceto se previsto de forma diferente no PPC.

Art. 23. Para orientação de estágio não obrigatório, é computada a carga horária de 1 (uma) hora-aula semanal para até 10 (dez) estudantes e de 2 (duas) horas-aulas semanais para mais de 10 estudantes, considerando-se o limite de 20 estudantes por professor.

Parágrafo 1: Para efeito de lançamento no Plano de Trabalho Docente as atividades de orientação de estágio não obrigatório serão consideradas Atividades de Apoio ao Ensino, respeitando o limite de carga horária expresso no caput.

Parágrafo 2: Os professores orientadores receberão declaração de orientação de cada estudante a ele vinculado.

Art. 24. Para avaliação e acompanhamento do estágio, são consideradas as mesmas concepções que orientam o processo de ensino e aprendizagem, conforme previsto no PPC, observando-se:

I – a articulação entre teoria e prática em produções e vivências do estudante, durante a realização do estágio;

II – a participação do estudante nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério de assiduidade no componente curricular;



III – a autoavaliação do estudante;

IV – elaboração e construção do plano de estágio, nas etapas acordadas; V – elaboração e entrega dos relatórios de estágio, nas etapas acordadas;

VI – participação em eventos específicos com a socialização das experiências e resultados do estágio.

## CAPÍTULO V

### DA RESPONSABILIDADE

Art. 25. A [resolução IFPR nº 36/2019](#) trata das responsabilidades dos estagiários durante todo o texto, em especial no art. 18, que se complementam com as seguintes:

I - aceitar as normas de estágio do IFPR e da UCE;

II - escolher seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados pelo IFPR, com o auxílio do professor orientador;

III - elaborar o TCE/PE, aprovado pelo professor orientador e a UCE;

IV - assinar e cumprir o TCE/PE;

V - entregar relatórios, fichas de frequências e demais documentos necessários que formalizam a relação de estágio.

Art. 26. A [resolução IFPR nº 36/2019](#) trata das responsabilidades dos professores orientadores de estágio durante todo o texto, que se complementam com as seguintes:

I - pesquisar os campos de estágio que executam práticas compatíveis com as atividades de estágio;

II - elaborar e organizar o plano de estágio junto aos agentes nele envolvidos, objetivando o cumprimento do PPC;

III- manter encontros periódicos com seus orientandos para acompanhamento das atividades;

IV - oferecer aos estagiários condições necessárias para o desenvolvimento da execução das atividades programadas no plano de atividades;

V - orientar os estudantes, em conjunto com a Serc, sobre os procedimentos de estágio; VI - interagir com os supervisores de forma a garantir sua participação ativa no planejamento e acompanhamento do estágio;

VII- acompanhar, orientar e direcionar o estudante no decorrer de sua prática profissional;

VIII - cumprir as exigências normativas em relação ao acompanhamento de desempenho, frequência e avaliação do estudante, em caráter parcial e final;

IX- manter em dia a documentação referente aos estágios supervisionados que lhe dizem respeito;

X- acompanhar o trâmite dos processos a que seus estagiários estão vinculados, cobrando desses o cumprimento dos prazos processuais.

## CAPÍTULO VI DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Art. 27. Os estudantes com deficiência poderão iniciar seu estágio a qualquer tempo, sendo a orientação, nestes casos, da forma semidireta.

## CAPÍTULO VII DO REGISTRO PELA SECRETARIA ACADÊMICA

Art. 28. De acordo com o inciso II, art. 13, deste regulamento, a Secretaria Acadêmica procederá ao registro do estágio não obrigatório do estudante no sistema acadêmico, considerando:

I- o relatório de estágio, que trará as informações necessárias ao lançamento, contendo: a) número da matrícula; b) nome do estudante; c) carga horária total;

II- quando não houver possibilidade de registro no sistema acadêmico, a Secretaria Acadêmica devolverá o processo para a Serc, informando quais estudantes não foram possíveis os registros, e solicitando a emissão das declarações de conclusão de estágio por esta unidade ou UCE;

§ 1º Para os casos especificados no item I, a Secretaria Acadêmica deverá registrar no sistema acadêmico a informação: “O estudante concluiu XXX horas de estágio não obrigatório no decorrer do curso”.

§ 2º Para os casos especificados no item II, a Secretaria Acadêmica, após receber a declaração de conclusão do estágio, deverá arquivar na pasta individual do estudante.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 Será criada uma Comissão Orientadora de Estágios que será composta por professores do colegiado que estejam orientando estudantes, pela Coordenação do Curso e pelo membro da Serc, que se reunirá com presença mínima de três membros, para eventuais deliberações quando motivados por qualquer um dos seus membros.

Parágrafo único: A Comissão Orientadora de Estágios tem por objetivo dar celeridade na resolução de situações de menor complexidade, devendo ser deliberada pelo Colegiado do Curso situações de maior complexidade e as elencadas nos artigos 13 § 2, art.19 VI, art. 28 § 4, art. 35 § 1 e art. 50 da [resolução IFPR nº 36/2019](#)..

Art. 30. Sugere-se a definição de dois professores de cada curso como responsáveis pela orientação dos estudantes que vierem a estagiar.

Parágrafo 1: Os professores orientadores obrigatoriamente farão parte da Comissão Orientadora de Estágios.

Parágrafo 2: O número de estudantes orientandos por professor deve respeitar o limite expresso no art. 23 e, caso ambos professores atinjam esse limite, um novo professor do colegiado do curso será convidado para compor a Comissão Orientadora de Estágios.

Art. 31. A necessidade de atualização deste RGE será avaliada periodicamente pelos colegiados de curso, os quais, caso a verificarem, utilizar-se-ão dos mesmos trâmites de aprovação deste documento.

Parágrafo único. Caso a atualização do RGE seja constatada na criação ou ajuste de curso, a proposta de alteração deverá ser inserida como anexo do PPC e, após a sua aprovação, atualizada na página do campus.

Art. 32. Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso ao qual o estudante está relacionado, e em última instância, pela direção de ensino.

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. Os PPC que não contiverem a menção ao estágio não obrigatório terão o prazo de 2 (dois) anos para adequação, sendo, neste ínterim, permitida a sua realização, desde que o perfil do egresso esteja alinhado ao estágio do estudante.

Art. 34. Para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo eles o Técnico em Alimentos e Técnico em Informática, a área administrativa também é parte integrante do perfil do egresso, constituindo possibilidade para área de estágio do estudante, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando realizado o ajuste curricular.

Art. 35. Para os casos em que a orientação não esteja definida em PPC, será considerada a orientação semidireta, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando realizado o ajuste curricular.

Art. 36. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os regulamentos de estágios presentes nos PPC do campus.